

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 022/2026
Data: 05/02/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
LEILÃO DE MEGATERMINAL EM SANTOS PODE SER ADIADO DEVIDO A IMPASSE NO GOVERNO FEDERAL; ENTENDA	4
SANTOS RECEBE VISITA DA PRESIDENTE DO PORTO DE ITAQUI PARA TROCA DE EXPERIÊNCIAS	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
GÁS CHEGA AO ARARIPE EM MARÇO COM INVESTIMENTO INICIAL DE R\$ 60 MI.....	6
GOVERNO DE PERNAMBUCO ABRE EDITAL PARA SOLUÇÕES AMBIENTAIS EM SUAPE	7
COM FERTIRRIGAÇÃO, MASTERBOI RECEBE RECONHECIMENTO NO PRÊMIO ESG FIEPE 2025.....	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	10
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DO LANÇAMENTO DO PACTO NACIONAL BRASIL CONTRA O FEMINICÍDIO	10
ACORDO ENTRE MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E A FEDERAÇÃO NACIONAL DAS OPERAÇÕES PORTUÁRIAS REFORÇA AGENDA ESG NO SETOR	11
CANAIS DE ACESSO FORTALECEM LOGÍSTICA PORTUÁRIA E INAUGURAM NOVO MODELO DE GESTÃO NO BRASIL	12
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....	14
EM MINAS GERAIS, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ACOMPANHA ENTREGA DE LOCOMOTIVAS PARA A FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA	14
RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DA CNH: MAIS DE 685 MIL MOTORISTAS JÁ FORAM BENEFICIADOS	14
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	15
EDITORIAL – VOCAÇÃO PARA O CRESCIMENTO	15
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - PORTO DE SÃO SEBASTIÃO: A GOIABA ESTÁ MADURA!	16
BRASIL EXPORT - MINISTRO DESTACA RECORDES DA AVIAÇÃO E APOSTA EM NOVO CICLO PORTUÁRIO	19
BRASIL EXPORT - AUTORIDADES APONTAM AMBIENTE REGULATÓRIO FAVORÁVEL A NOVOS INVESTIMENTOS	20
BRASIL EXPORT - GRUPO BRASIL EXPORT VAI PROMOVER 14 FÓRUMS AO LONGO DE 2026	21
BRASIL EXPORT - MANOEL FERREIRA JÚNIOR CELEBRA TRAJETÓRIA MARCADA PELA SIMPLICIDADE	23
BRASIL EXPORT - CASA BRASIL EXPORT REFORÇA ARTICULAÇÃO DA INFRAESTRUTURA EM BRASÍLIA.....	24
TRANSPORTES – PORTOS - MPOR E FENOP FIRMAM ACORDO PARA DIFUNDIR PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	26
TRANSPORTES - PORTOS - RECEITA INTERCEPTA 240 KG DE COCAÍNA NA PRIMEIRA APREENSÃO DO NAÔ	27
TRANSPORTES - PORTOS – OPINIÃO - DRAGAGEM É SERVIÇO, NÃO OBRA.	27
PETRÓLEO E GÁS - SUSPENSÃO DE LIMINARES REFORÇA OBRIGAÇÃO COM O RENOVABIO, DIZ SINDICOM	29
PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO FECHA EM ALTA DE MAIS DE 1% COM TENSÕES NO IRÃ E OTIMISMO SOBRE DEMANDA	30
ENERGIA - BNDES FINANCIARÁ MAIOR FÁBRICA NACIONAL DE BATERIAS	31
ENERGIA - “A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PRECISA ALCANÇAR QUEM MAIS PRECISA”, DIZ SILVEIRA	32
MINERAÇÃO - MPF PEDE BLOQUEIO DE R\$ 200 MILHÕES DA VALE POR VAZAMENTO EM MINA	32
MINERAÇÃO - OURO SOBE COM TENSÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E IRÃ.....	33
MINERAÇÃO - EUA ARTICULAM ALIANÇAS GLOBAIS PARA GARANTIR SUPRIMENTO DE MINERAIS	34
INDÚSTRIA - PACOTE DE R\$ 2 BI TENTA FREAR CRISE DA INDÚSTRIA QUÍMICA EM CUBATÃO	35
COMÉRCIO EXTERIOR - MERCOSUL-UE: EVENTUAL REGULAÇÃO DE SALVAGUARDAS GERA TEMOR.....	37
COMÉRCIO EXTERIOR - SOBRETAXAS SÃO USADAS PARA REDUZIR TARIFAS APLICADAS AOS EUA , DIZ BESSANT	38
POLÍTICA - NÃO TEM COMO HADDAD FUGIR DESSA MISSÃO, DIZ TEBET	38
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	39
<i>Tecon Santos 10, o novo cronograma.....</i>	<i>40</i>
<i>A batida de martelo.....</i>	<i>40</i>
<i>Acordo com a UE.....</i>	<i>40</i>
<i>O atraso e a expectativa</i>	<i>40</i>
POLÍTICA - REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS TEM IMPACTO DE R\$ 4,3 BI ANUAIS.....	40
POLÍTICA - CPMI DO INSS AVALIA CONDUÇÃO COERCITIVA DE DANIEL VORCARO.....	41
POLÍTICA - ALIADO DE EDUARDO BOLSONARO QUER PL CONTRA TARCÍSIO EM SP	42
POLÍTICA - MICHELLE DECLARA APOIO A CAROLINE DE TONI APÓS IMPASSE SOBRE SENADO EM SC	43
FINANÇAS - FATURAMENTO DOS SHOPPINGS CRESCE 1,2% EM 2025	43
FINANÇAS - IBOVESPA TEM MAIOR QUEDA DESDE DEZEMBRO	44
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - COMO O PORTA-VOZ PROTEGE DADOS SEM PARECER EVASIVO	45
JUSTIÇA - BOLSONARO FEZ DESCASO COM PRECEITOS ÉTICOS MILITARES, DIZ MPM.....	46
JUSTIÇA - DEFESA RELATA PIORA DA SAÚDE DO EX-PRESIDENTE E COBRA LAUDO DA PF	47
INTERNACIONAL - JUSTIÇA ARGENTINA PEDE AOS EUA EXTRADIÇÃO DE MADURO	48



INTERNACIONAL - GOVERNO TRUMP ANUNCIA A SAÍDA DE 700 AGENTES DE MINNESOTA	49
JORNAL O GLOBO – RJ.....	49
LULA AMPLIA PRESSÃO ELEITORAL E DIZ QUE HADDAD E ALCKMIN SABEM QUE TÊM ‘PAPEL A CUMPRIR’ EM SÃO PAULO	49
PLENÁRIO DO STF ANALISA EM 25 DE FEVEREIRO DECISÃO DE DINO SOBRE PENDURICALHOS	51
INVESTIGAÇÃO APONTA INDÍCIOS DE QUE VORCARO, EX-SÓCIO DO MASTER E FUNDADOR DA REAG APORTARAM R\$ 1 BI NO BRB.....	52
GOVERNO ANUNCIA QUE SEIS EMPRESAS DEVEM PARTICIPAR DE LEILÃO DO GALEÃO	53
EXPORTAÇÕES PARA OS EUA CAEM PELA SEXTA VEZ E ENCONTRO LULA-TRUMP É APOSTA DO SETOR	54
ARGENTINA ASSINA ACORDO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO COM OS EUA.....	55
BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 4,3 BILHÕES EM JANEIRO	56
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	57
LULA DIZ QUE RECEBEU VORCARO E AFIRMOU QUE NÃO HAVERIA POSIÇÃO POLÍTICA ‘PRÓ OU CONTRA’ MASTER	57
VORCARO ESTEVE 17 VEZES NO BC EM 2025, EM QUATRO ÁREAS DO ÓRGÃO, E CHEGOU A FICAR 8H EM UM ÚNICO DIA	58
COM AUMENTO DE CAPITAL, FATIA DA VOTORANTIM NA HYPERA DEVE CRESCER NOVAMENTE	60
INTERCEMENT DIZ QUE JUSTIÇA AMERICANA RECONHECEU PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	61
LEILÃO DO GALEÃO ENTRA NA RETA FINAL APÓS REUNIÃO COM INVESTIDORES; SEIS EMPRESAS MOSTRAM INTERESSE.....	62
RIO TINTO E GLENCORE ABANDONAM CONVERSAS DE FUSÃO PARA CRIAR GIGANTE DA MINERAÇÃO	62
BALANÇA COMERCIAL: BRASIL REGISTRA SUPERÁVIT DE US\$ 4,3 BI EM JANEIRO, ABAIXO DAS PROJEÇÕES.....	63
VALOR ECONÔMICO (SP).....	64
GOVERNO FEDERAL CONCLUI APRESENTAÇÃO DO GALEÃO A INVESTIDORES COM SEIS EMPRESAS INTERESSADAS	64
IBOVESPA PERDE FORÇA NO FIM DO PREGÃO COM PIORA EM NY E TEM ALTA LEVE; VALE CEDE 3,4%	65
PRESIDENTE DO PANAMÁ DIZ QUE CONCESSÕES PORTUÁRIAS ‘NUNCA MAIS’ SERÃO DE UMA ÚNICA EMPRESA	67
DFC APROVA FINANCIAMENTO DE US\$ 565 MILHÕES À SERRA VERDE, MINERADORA DE TERRAS RARAS	68
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	69
NA INGLATERRA, MÚCIO DESTACA POTENCIAL MULTIPROPÓSITO DO FUTURO NDM ‘OIAPOQUE’	69
ARTIGO - ENTRE A VIRTUDE DA REVISÃO E O VALOR DA ESTABILIDADE REGULATÓRIA	70
SUAPE PROJETA ATINGIR USO DE 50% DE ENERGIA LIMPA NESTE SEMESTRE	71
MP DO ‘GÁS DO POVO’ AUMENTA EM R\$ 800 MILHÕES DEPRECIACÃO ACELERADA PARA NAVIOS	71
DIVERSIFICAÇÃO LEVOU PORTOCEL AO SEU MAIOR VOLUME DE CARGAS MOVIMENTADAS	72
CONAB PREVÊ PRODUÇÃO DE 66,2 MILHÕES DE SACAS DE CAFÉ EM 2026	73
MAERSK REGISTROU CRESCIMENTO EM TODOS OS SEGMENTOS EM 2025	74
SAAM TEM PLANOS PARA 4 NOVOS REBOCADORES.....	74
JANELA DE AVALIAÇÃO DO IDA 2025 VAI ATÉ 16 DE FEVEREIRO	75
CHINESA PPC PEDE INDENIZAÇÃO AO PANAMÁ ALEGANDO DESCUMPRIMENTO DE CONCESSÃO.....	75
ELD ENERGY E MODEC DESENVOLVERÃO SOLUÇÕES DE BAIXO CARBONO PARA FPSOs	76
ESTUDO DA CNI MOSTRA ESTABILIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NO RANKING MUNDIAL DE EXPORTAÇÃO E PRODUÇÃO ..	77
FENOP FIRMA ACORDO COM MPOR PARA REFORÇAR AGENDA ESG.....	78
CHINA MANTÉM PELO 16º ANO POSIÇÃO DE MAIOR CONSTRUTOR NAVAL DO MUNDO	78
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	79
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	79



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

LEILÃO DE MEGATERMINAL EM SANTOS PODE SER ADIADO DEVIDO A IMPASSE NO GOVERNO FEDERAL; ENTENDA

MPor havia indicado licitação até abril, mas divergências internas e pressão externa colocam cronograma em dúvida

Por Bárbara Farias e Maurício Martins 5 de fevereiro de 2026



Megaterminal ampliará em 50% a capacidade de movimentação de contêineres no cais santista, que deverá atingir a saturação até 2028 (Alexsander Ferraz/AT)

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, informou há três semanas que o leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Sabó (STS10), no Porto de Santos, ocorreria até abril. Contudo, a promessa não deve ser cumprida. A Tribuna apurou que Costa Filho pediu à área técnica do MPor o adiamento do certame para maio. Depois disso, porém, um impasse sobre o megaterminal se instalou no governo, o que gera incertezas sobre o cronograma do leilão.

Reunião

Na segunda-feira, Silvio Costa Filho foi convocado para uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e com o ministro da Casa Civil, Rui Costa. A pauta de discussão não foi divulgada, mas a Reportagem apurou que o Tecon Santos 10 esteve no centro do debate.

A proibição da participação de armadores (donos das frotas de navios) no leilão, recomendada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e que o MPor disse que vai acatar, desagradou a gigante chinesa Cosco, interessada no ativo. A armadora é controlada pelo governo da China, principal parceiro comercial do Brasil e com quem Lula tem excelente relação.

Em meio às tratativas para escolher quem vai substituí-lo no ministério, já que ele precisa sair até abril para ser candidato ao Senado, Costa Filho foi chamado para apagar esse incêndio. Nesta quarta-feira (4), ele se reuniu com os ministros do TCU Bruno Dantas e Antônio Anastasia, que divergiram sobre o modelo de licitação do Tecon Santos 10 durante análise da matéria na Corte de Contas no ano passado. Além de armadores, o TCU vedou ainda a participação de empresas que já possuem terminais de contêineres em Santos.

Modelagem

A modelagem estará no edital, que ainda não foi lançado. O MPor foi procurado diversas vezes pela Reportagem, mas optou pelo silêncio diante dos questionamentos.

O terminal ocupará área de 621,9 mil metros quadrados (m²) para operação de 3,25 milhões de TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) e 91 mil toneladas de carga geral por ano. O contrato é de 25 anos, com investimento de R\$ 6,45 bilhões.

Centronave pede reavaliação

Para o diretor-executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), Claudio Loureiro, a paralisação do cronograma do leilão seria positiva. Ele, que defende os interesses dos armadores, espera que, após uma reanálise pelo Governo Federal e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a opção seja pela ampla concorrência.

“Nossas associadas são empresas afeitas ao risco, estão acostumadas e equipadas para isso. Então, em uma concorrência livre, a tendência seria oferecer bons valores de outorga porque as empresas têm muita confiança naquilo que elas conhecem e naquilo que elas sabem”.

Loureiro reiterou que as empresas não se opõem às regras impostas. “Adeririam de bom grado às regras regulatórias que o Governo assim determinasse. Se a regra for desinvestir ou submeter preço, não teria problema, porque o grave problema hoje é capacidade, temos que aumentar a capacidade. Todos os outros problemas deixam de ter relevância, porque o que nós precisamos muito é de capacidade, melhorar a infraestrutura. Esse é o problema crítico do País e do Porto de Santos também”.

TCU e APS

Procurado, o TCU não respondeu aos questionamentos da Reportagem sobre o leilão do Tecon Santos 10 até o fechamento desta edição.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, também foi procurado para comentar o caso, mas não foi localizado.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/02/2026

SANTOS RECEBE VISITA DA PRESIDENTE DO PORTO DE ITAQUI PARA TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Oquerlina Costa cumpre agenda no Porto de Santos e destaca intercâmbio administrativo e operacional

Por Anderson Firmino 5 de fevereiro de 2026



Ana Maranhão, Elen Guimarães, a presidente do Porto do Itaqui, Oquerlina Costa, e Maxwell Rodrigues (Sílvio Luiz/AT)

A presidente do Porto do Itaqui (MA), Oquerlina Costa, aposta na troca de experiências com o Porto de Santos para levar importantes lições para o aprimoramento do principal hub logístico do Arco Norte do Brasil.

Ela cumpre agenda em Santos desde quarta-feira (4), quando, ao lado de sua comitiva, teve encontro com diretores da Autoridade Portuária de Santos (APS), conhecendo em seguida o canal do estuário, onde viu de perto os berços de atracação. Nesta quinta-feira (5), deve visitar alguns terminais.

Em meio à agenda, ela esteve nesta quarta-feira (4) na sede do Grupo Tribuna, onde participou do podcast Porto 360° Entrevista, comandado pelo consultor para assuntos portuários do grupo, Maxwell Rodrigues, e também conversou com A Tribuna.

Oquerlina, que assumiu o cargo em outubro do ano passado, crê que a visita a Santos será de grande importância.

“A gente vê uma necessidade de trocar experiências, conhecer cases de sucesso, e Santos é um porto de referência. Foi um dos primeiros portos que a gente realmente agendou visita para conhecer a questão administrativa e operacional. Nosso interesse é trocar experiências”, afirma.

Oquerlina diz que há situações que são implementadas em Itaqui, mas desconhecidas, por exemplo, para o Porto de Santos, e vice-versa. “Está sendo uma experiência muito positiva”.

Movimentação

O Porto do Itaqui, que fica na capital maranhense São Luís, vem registrando resultados expressivos. Em 2024, alcançou a maior movimentação de sua história, com 36,8 milhões de toneladas de cargas, superando o recorde anterior, registrado em 2023.

No dia 29 de janeiro, o Governo do Maranhão e o Governo Federal oficializaram a renovação do Convênio de Delegação do Porto do Itaqui por mais 25 anos.

Com isso, a administração do complexo portuário segue sob responsabilidade estadual, da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap).

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/02/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

GÁS CHEGA AO ARARIPE EM MARÇO COM INVESTIMENTO INICIAL DE R\$ 60 MI

O projeto será implantado em três etapas e o fornecimento de gás no Araripe poderá alcançar 46 empresas na fase final

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



O gás vai chegar ao Araripe nos caminhões da GNLink, empresa escolhida pela Copergás para ser a fornecedora do combustível. Foto: GNLink/Divulgação

A Companhia Pernambucana de Gás (Copergás) escolheu a empresa GNLink para ser a fornecedora do Gás Natural Liquefeito (GNL) que será levado, de caminhão, até as cidades do Sertão do Araripe. O projeto é muito importante porque vai fazer com que indústrias do polo gesseiro deixem de usar lenha nos seus fornos, contribuindo para menos desmatamento da caatinga. Na primeira fase do

projeto, será realizado um investimento de R\$ 60 milhões pela Copergás e parceiros.

“A previsão é de fornecer 4 milhões de metros cúbicos de gás natural por ano na primeira etapa do projeto. Num primeiro momento, a nossa intenção é atender oito empresas”, comenta o assessor técnico especial da diretoria, Jacinto Sousa. Nesta primeira etapa, além da compra do gás, a Copergás está construindo 5 km de gasodutos que ficarão prontos até agosto e também será implantado um pequeno terminal de regaseificação.

O projeto inteiro prevê o fornecimento de 40 milhões de metros cúbicos por ano que serão usados em 46 indústrias com a implantação de um total de três terminais de regaseificação e um investimento total de cerca de R\$ 300 milhões. “Na última etapa do projeto, a rede de gasodutos vai quadruplicar”, afirma Sousa, acrescentando que isso deve ocorrer no final de 2028 ou começo de 2029.

Os recursos investidos são da Copergás e seus parceiros. O primeiro terminal de regaseificação do Araripe será implantado pela GNLink, empresa que venceu o chamamento público para fornecer o gás naquela região. A GNLink pertence à Lorinvest e Copa Energia.

O gás que vai para o Araripe vai vir de um terminal de liquefação de gás que a GNLink tem no município de Assú, no Rio Grande do Norte. O contrato da Copergás com a GNLink é de quatro anos. A Copergás já leva gás, de caminhão, para Petrolina e Garanhuns, comprado de outros fornecedores.

Antes do atual projeto, a Copergás iniciou o fornecimento de gás, num projeto piloto, para a SM Gesso, no município de Trindade, testar a viabilidade técnica e econômica do gás numa fábrica de

gesso. Esse fornecimento vem a partir de Gravatá e vai continuar até chegar o GNL da GNLink à região do Araripe.



Assessor técnico especial da diretoria da Copergás, Jacinto Sousa, fala das vantagens de substituir a lenha pelo gás natural. Foto: Copergás/Divulgação

“A chegada de uma maior oferta de gás a região é uma oportunidade para que as empresas deixem de desmatar e tenham melhorias operacionais como uma maior produtividade no forno”, argumenta Sousa, acrescentando que o forno que produzia 50 toneladas diárias pode chegar entre 80

e 90 toneladas por dia devido ao controle mais rigoroso neste processo, além de poluir muito menos. A troca da lenha por gás natural resulta numa diminuição de 90% da fuligem.

GNLink começou a operar a unidade de gás em Assú (RN)

Com investimento de R\$ 125 milhões, a GNLink iniciou a operação da sua unidade de liquefação e compressão de gás natural em Assú, no Rio Grande do Norte, na semana passada após receber a Autorização de Operação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A instalação é a primeira do tipo no estado e contou com a parceria da PetroReconcavo no suprimento do gás. É a terceira planta construída pela empresa em três anos de atuação.

A unidade potiguar tem capacidade total de produção de até 100 mil metros cúbicos de gás por dia. A planta é a segunda da GNLink dedicada à liquefação e compressão de gás natural voltada ao atendimento do interior do Nordeste. “O nosso objetivo é chegar onde o gasoduto não chega em parceria com a distribuidora”, afirma o diretor-presidente da GNLink, Marcelo Rodrigues.

A estrutura do terminal do Assú foi projetada para abastecer localidades em um raio de até 1.000 quilômetros que não possuem acesso à rede canalizada de gás. A distância entre Trindade, no Sertão do Araripe, e Assu é de cerca de 500 km.

“O projeto do Araripe é o mais importante, ambientalmente, no País. Vamos fornecer gás para o principal polo produtor de gipsita em cidades como Trindade, Araripina e Ouricuri, que operam basicamente com lenha”, resume Marcelo.

A GNLink já leva gás para o interior do Ceará e da Bahia. Em 2025, a GNLink firmou contratos de fornecimento com distribuidoras estaduais no Nordeste. A empresa venceu a chamada pública da Companhia de Gás do Ceará (Cegás) para fornecimento de 79,3 milhões de metros cúbicos de gás natural ao polo Crajubar, no Ceará, e implantou uma unidade de regaseificação em Juazeiro do Norte, com capacidade de 50 mil metros cúbicos por dia. Na Bahia, firmou contrato com a Bahiagás para atender Vitória da Conquista, com previsão de fornecimento de 54,7 milhões de metros cúbicos de gás natural.

Com a entrada em operação da planta de Assú, a GNLink está com três unidades concluídas e um total de R\$ 450 milhões investidos. O primeiro ciclo de investimentos a implantação de uma planta em Itabuna, na Bahia, Barra Bonita, no Paraná, e, por último, a de Assú, no Rio Grande do Norte. As três têm uma capacidade total instalada de 300 mil metros cúbicos de gás por dia.

Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 05/02/2026

GOVERNO DE PERNAMBUCO ABRE EDITAL PARA SOLUÇÕES AMBIENTAIS EM SUAPE

O edital busca soluções capazes de detectar, monitorar e reduzir vazamentos na bacia de contenção do Píer de Granéis Líquidos de Suape

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Porto de Suape/Foto: Divulgação/Suape

O Governo de Pernambuco abriu inscrições, até 2 de março de 2026, para a 20ª rodada do Programa Cientista Arretado, que irá selecionar projetos científicos e tecnológicos voltados à mitigação de resíduos oleosos e químicos no Complexo Industrial Portuário de Suape.

O edital é coordenado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco (SECTI-PE), executado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), e tem como órgão demandante o próprio Complexo de Suape, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

A chamada busca soluções inovadoras capazes de detectar, monitorar e reduzir vazamentos em tempo real na bacia de contenção do Píer de Granéis Líquidos 01 (PGL1), área considerada estratégica para a segurança ambiental e operacional do porto.

A bacia de contenção do PGL1 funciona como uma barreira de proteção para impedir que resíduos oleosos e químicos alcancem o ecossistema marinho. O edital prevê o desenvolvimento de tecnologias integradas e automatizadas, com recursos como localização georreferenciada de vazamentos, análise preditiva e integração aos sistemas operacionais já utilizados pelo complexo portuário.

De acordo com a secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco, Mauricélia Montenegro, a iniciativa reforça o papel da ciência na solução de desafios concretos da gestão pública. “Estamos colocando a ciência para atuar onde o desafio é real e urgente. Suape é um ativo estratégico para Pernambuco, e esse edital conecta pesquisadores a uma demanda concreta, com impacto ambiental, econômico e institucional”, afirma.

O edital foi apresentado durante o Desafios Day do Programa Cientista Arretado, realizado na sede da SECTI-PE. A ação reforça a inovação como instrumento de qualificação da gestão pública e aproxima desafios reais do setor público do ecossistema de ciência, tecnologia e inovação.

Para o diretor de Sustentabilidade e Inovação de Suape, Sóstenes Alcoforado, o encontro amplia a cooperação entre o governo e a comunidade científica. “O Desafios Day reforça a inovação como instrumento de qualificação da gestão pública. Ao apresentar um desafio ambiental concreto na área portuária, Suape convida o ecossistema de ciência, tecnologia e inovação a contribuir com soluções técnicas consistentes, aplicáveis e alinhadas às agendas de sustentabilidade e descarbonização”, destaca.

As propostas devem atender a critérios técnicos e regulatórios, incluindo operação em áreas classificadas, robustez para ambientes portuários, viabilidade econômica e conformidade com normas ambientais. Os projetos também devem contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente aqueles relacionados à água, inovação e ação climática.

O processo seletivo será realizado em duas etapas. A primeira fase recebe propostas até 2 de março de 2026, por meio do sistema AgilFAP. A contratação do projeto aprovado está prevista a partir de maio de 2026.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 05/02/2026

COM FERTIRRIGAÇÃO, MASTERBOI RECEBE RECONHECIMENTO NO PRÊMIO ESG FIEPE 2025

Projeto transforma efluentes da Masterboi em biofertilizante, gera ganhos ambientais e agrônômicos e consolida a governança socioambiental da empresa em Pernambuco

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Fertirrigação circular na unidade de Masterboi, em Canhotinho/Foto: divulgação

A Masterboi consolida a fertirrigação circular como um dos pilares de sua estratégia ambiental e de governança. Desenvolvido em todas as suas unidades industriais, o projeto fecha o ciclo do uso responsável da água ao transformar efluentes tratados em biofertilizante de elevado valor orgânico, minimizando possíveis impactos negativos e ampliando a eficiência produtiva. A iniciativa rendeu à empresa o reconhecimento no Prêmio ESG Fiepe 2025, na categoria Grande Empresa pela experiência desenvolvida na unidade de Canhotinho, no Agreste pernambucano.

O sistema adotado garante que toda a água utilizada no processo industrial passe por tratamento rigoroso antes de ser reaproveitada. Segundo Jéssica Santos, gerente regional de Meio Ambiente da Masterboi em Canhotinho, os efluentes deixam de ser um passivo ambiental e passam a integrar o ciclo produtivo de forma segura. “Além de não lançar poluentes no meio ambiente, a fertirrigação aplica nutrientes no solo. Trabalhamos com controle total do consumo de água e com responsabilidade ambiental”, afirma.

Para a gestora, o projeto reflete um posicionamento estrutural na forma de produzir. “A água é um bem universal. Nosso compromisso é produzir de forma mais limpa e contribuir para o desenvolvimento socioambiental das regiões onde atuamos. O Prêmio ESG Fiepe 2025 reconhece exatamente esse esforço coletivo e o trabalho integrado das equipes”, destaca.

O projeto de fertirrigação circular surgiu a partir da definição sobre a destinação adequada dos efluentes tratados. De acordo com Hugo Milhomens, gerente regional de Meio Ambiente da Masterboi, a legislação permite o lançamento dos efluentes tratados em corpos hídricos (em rios, lagoas, no mar) ou no solo. “Optamos pelo solo formado com pastagens, mas para isso desenvolvemos um sistema que capta, trata e devolve esse material como um biofertilizante rico em nutrientes. Com isso, contribuímos para a conservação dos serviços ecossistêmicos e para o microclima local”, explica.

Banefícios se revertem para a Masterboi

Além dos ganhos ambientais, a iniciativa traz benefícios diretos à produção. As áreas fertirrigadas apresentam pastagens mais nutritivas e produtivas, o que possibilita a criação de animais em espaços menores e com melhor aproveitamento do solo. “É um modelo que fecha o ciclo, minimiza possíveis impactos negativos e aumenta a eficiência”, resume Milhomens.

A fertirrigação circular é adotada em todas as unidades da Masterboi, tornando-se uma prática estruturante da governança ambiental da empresa. O reconhecimento no Prêmio ESG Fiepe 2025 reforça a iniciativa como referência em sustentabilidade no setor agroindustrial e demonstra que é possível aliar inovação, responsabilidade ambiental e competitividade econômica.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 05/02/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DO LANÇAMENTO DO PACTO NACIONAL BRASIL CONTRA O FEMINICÍDIO

Iniciativa inédita une os Três Poderes em ações permanentes; MPor integra esforço nacional com campanhas de conscientização em portos e aeroportos



Estratégia de proteção às mulheres, unindo Executivo, Legislativo e Judiciário - Foto: Presidência da República

O Governo Federal deu um passo histórico no enfrentamento à violência de gênero nesta quarta-feira (4). Em cerimônia no Palácio do Planalto, foi lançado o Pacto Nacional Brasil contra o Femicídio, uma estratégia de Estado que une os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em uma atuação coordenada e permanente. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, esteve presente no ato, reforçando o compromisso da pasta com a pauta de proteção às mulheres.

A iniciativa surge em resposta a um cenário alarmante: atualmente, quatro mulheres são vítimas de feminicídio a cada 24 horas no Brasil. Para mudar essa realidade, o Pacto cria um Comitê Interinstitucional de Gestão e estabelece metas claras para garantir medidas protetivas mais ágeis, unificar dados de inteligência e combater o machismo estrutural sob o lema "Todos Juntos por Todas".

O evento contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do vice-presidente, Geraldo Alckmin; dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre; e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta; do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin; e do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Também estavam presentes ministros do governo, parlamentares e autoridades.

Em seu discurso, o presidente Lula destacou a necessidade de engajamento masculino no enfrentamento ao problema. "Talvez esta seja a primeira vez em que nós, homens, estamos aqui, juntos com as nossas companheiras, dizendo: 'a luta não é só de vocês'. Essa batalha não se resolve apenas com leis; ela só termina quando a sociedade inteira, homens e mulheres, perseguir de forma indefinida a punição para que nunca mais um homem agrida uma mulher", afirmou o presidente.

"Estamos aqui, juntos com as nossas companheiras, dizendo: a luta não é só de vocês"

Luiz Inácio Lula da Silva

Para o ministro Silvio Costa Filho, a união dos poderes envia uma mensagem clara de tolerância zero à impunidade. Presente na solenidade, ele destacou a urgência de ampliar o debate na sociedade. "É fundamental que nós, homens, independentemente de qualquer posição, ampliemos a defesa das mulheres e o debate sobre o feminicídio. Infelizmente, todos os dias, quatro mulheres são vítimas desse crime no país, e não podemos aceitar essa realidade. Por isso, o Governo Federal, o Judiciário e o Legislativo vão avançar em leis mais severas. Vamos juntos trabalhar a favor das brasileiras", declarou o ministro.



Silvio Costa Filho presente no evento

Compromisso do MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos já atua ativamente nessa frente. Em dezembro de 2025, a pasta lançou a campanha "Assédio Não Decola, Femicídio Também Não", uma evolução das ações iniciadas em parceria com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e as concessionárias aeroportuárias.

A iniciativa aproveita a grande circulação dos terminais de passageiros para conscientizar a população e inibir comportamentos abusivos. A ação estabeleceu protocolos claros de prevenção e denúncia contra a importunação sexual e a violência política de gênero no ambiente aéreo, distribuindo guias de orientação e ampliando os canais de suporte para criar uma rede de proteção efetiva, tanto em solo quanto dentro das aeronaves.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 05/02/2026

ACORDO ENTRE MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E A FEDERAÇÃO NACIONAL DAS OPERAÇÕES PORTUÁRIAS REFORÇA AGENDA ESG NO SETOR

Iniciativa conjunta promove a sustentabilidade e incentiva a adoção de critérios ambientais, sociais e de governança no setor portuário



As atividades vem para contribuir com o amadurecimento do setor em relação à sustentabilidade - Foto: Sérgio Frances

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) firmaram, nesta quarta-feira (4), um Acordo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento e a implementação do projeto Portos e Pontes, iniciativa voltada à promoção e à disseminação de boas práticas de sustentabilidade no setor portuário brasileiro. A parceria visa fortalecer a agenda de sustentabilidade conduzida pelo MPor e está alinhada às diretrizes do Programa Nacional de Descarbonização dos Portos (PND), aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas e aos compromissos climáticos assumidos pelo Brasil no cenário internacional.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a assinatura do acordo representa um avanço importante para a consolidação de uma agenda sustentável. “Essa assinatura representa a construção de uma agenda portuária alinhada à sustentabilidade nos portos brasileiros, fortalecendo cada vez mais as boas práticas no setor”, afirmou.

Projeto Portos e Pontes

Com foco nos pilares Ambiental, Social e de Governança (ESG), o projeto busca estimular a incorporação da sustentabilidade às práticas de gestão e operação portuária, promovendo o engajamento de operadores portuários, Órgãos de Gestão de Mão de Obra (OGMOs) e demais atores estratégicos do setor. A proposta parte do entendimento de que a agenda ESG deve ser tratada de forma transversal entre os portos e os territórios onde estão inseridos.

Entre as ações previstas no âmbito do projeto Portos e Pontes estão a divulgação de casos e experiências exitosas, a realização de eventos técnicos e atividades de sensibilização, a mobilização do setor para adesão a iniciativas sustentáveis e o monitoramento periódico da evolução das práticas ESG nos portos brasileiros. As atividades vem para contribuir com o amadurecimento do setor em relação à sustentabilidade.

Para o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias, Sérgio Aquino, o projeto reforça o compromisso da entidade com a responsabilidade social e ambiental no setor portuário. “A Fenop possui diversos comitês técnicos, entre eles o de responsabilidade social e ambiental. Foi a partir desse comitê que surgiu o programa Portos e Pontes, sob uma coordenação muito forte, com atuação destacada da nossa executiva, Maria Cristina Dutra. Estamos muito honrados e satisfeitos em firmar este convênio”, destacou.

Sobre o acordo

A Secretaria Nacional de Portos (SNP) atuará no apoio institucional às ações, na participação técnica e na articulação com outros órgãos públicos e entidades relevantes, além de assegurar o alinhamento

do projeto às diretrizes de sustentabilidade do MPor. À Fenop caberá a coordenação da execução do projeto, a operacionalização das ações previstas e a mobilização dos operadores portuários e dos Órgãos de Gestão de Mão de Obra.

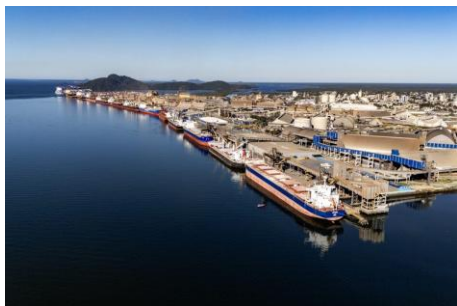
Esse Acordo de Cooperação Técnica terá vigência de até 24 meses e contará com mecanismos de acompanhamento e avaliação conjunta, permitindo ajustes e aprimoramentos ao longo de sua execução.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 05/02/2026

CANAIS DE ACESSO FORTALECEM LOGÍSTICA PORTUÁRIA E INAUGURAM NOVO MODELO DE GESTÃO NO BRASIL

Leilão do canal de acesso de Paranaguá marca avanço histórico, enquanto novos projetos seguem para ampliar segurança, eficiência e competitividade dos portos nacionais



O canal de acesso ao Porto de Paranaguá foi o primeiro a ser leilado no país e marca uma nova etapa. - Foto: Cláudio Neves - Portos do Paraná

A adoção do modelo de concessão dos canais de acesso aos portos brasileiros teve início no ano de 2023, quando o Ministério de Portos e Aeroportos começou uma nova etapa da política pública de modernização da infraestrutura portuária. A diretriz do Governo Federal busca assegurar investimentos contínuos,

ampliar a segurança da navegação e aumentar a capacidade operacional do sistema portuário nacional, preparando os portos para o crescimento da demanda e para a operação de embarcações de maior porte.

O primeiro marco dessa estratégia foi o leilão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, realizado em outubro de 2025, o primeiro do gênero no país. O contrato prevê investimentos superiores a R\$ 1 bilhão ao longo de 25 anos, com possibilidade de prorrogação, e contempla a administração, manutenção e exploração da infraestrutura aquaviária, incluindo canais, bacias de evolução e áreas de fundeio.



Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a iniciativa representa um avanço estrutural para o setor. “Os canais de acesso são tão importantes quanto os próprios terminais portuários. Ao estruturar concessões específicas para essas áreas, estamos garantindo investimentos permanentes, mais segurança para a navegação e melhores condições para que os portos brasileiros operem com navios maiores e mais modernos. Isso fortalece a logística, reduz custos e amplia a competitividade do Brasil no cenário internacional”, afirmou.

Na avaliação do secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, o caso de Paranaguá simboliza não apenas um marco técnico, mas também uma

sinalização clara de maturidade institucional do setor portuário brasileiro.

“Como paranaense, é uma grande satisfação ver Paranaguá liderando esse novo momento. A concessão do canal inaugura um modelo que traz previsibilidade, segurança jurídica e eficiência

operacional. E, quando avançamos com outros canais no país, a mensagem para o mundo é muito clara: o Brasil está se preparando para o futuro, estruturando sua infraestrutura com qualidade, planejamento e capacidade para fazer frente ao crescimento do comércio marítimo internacional.”

A partir do leilão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, o MPor avança na estruturação de novos projetos de concessão, que se encontram em diferentes estágios de estudos e tratativas. O canal de acesso ao Porto de Itajaí (SC) é o que apresenta estágio mais avançado entre as iniciativas em andamento, com o processo já encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU). O projeto prevê investimentos estimados em mais de R\$ 300 milhões e tem potencial para ampliar a capacidade operacional do porto.

4. NOVO MODELO DE CONCESSÃO

DESTAQUE INSTITUCIONAL

Concessões de canais de acesso garantem investimentos contínuos, maior segurança da navegação e eficiência logística de longo prazo.

- Parceria público-privada
- Infraestrutura
- Investimento



5. MARCO HISTÓRICO: PORTO DE PARANAGUÁ (PR)

CANAL DE ACESSO

Primeiro canal de acesso leilado no Brasil

- Investimentos superiores a **R\$ 1 bilhão**
- Contrato de **25 anos**
- Dragagem e manutenção permanentes

GOVERNO DO BRASIL
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

Outros projetos estratégicos, como os canais de acesso aos portos de Santos (SP), Rio Grande (RS) e aos portos sob gestão da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), seguem em fase de estudos, análises técnicas e articulações institucionais, sem cronograma definitivo para leilão.

Além das dragagens, os projetos de canais de acesso envolvem ações permanentes de manutenção, sinalização náutica e gestão integrada do tráfego aquaviário, elementos essenciais para garantir segurança operacional, previsibilidade logística e eficiência no escoamento de cargas.

6. PROJETOS EM ANDAMENTO

EM DIFERENTES ESTÁGIOS DE ESTUDOS E TRATATIVAS



- Porto de Itajaí (SC): Processo encaminhado ao Tribunal de Contas da União
- Portos da Bahia (CODEBA): Projeto em análise
- Portos do Sul e Lagoa Mirim (RS): Estudos em fase inicial
- Porto de Santos (SP): Processo encaminhado à Antaq

*Observação: Projetos sem cronograma definitivo para leilão.

7. RESULTADOS ESPERADOS



- Maior segurança da navegação
- Portos mais eficientes
- Ampliação da capacidade operacional
- Redução de custos logísticos
- Aumento da competitividade dos portos brasileiros

GOVERNO DO BRASIL
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

A estratégia do ministério é consolidar um ambiente regulatório estável e atrativo para investimentos privados, assegurando que a infraestrutura aquaviária acompanhe o crescimento da demanda, a evolução da frota marítima e as necessidades do comércio exterior brasileiro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 05/02/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

EM MINAS GERAIS, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ACOMPANHA ENTREGA DE LOCOMOTIVAS PARA A FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA

Com investimento de R\$ 200 milhões, equipamentos vão ampliar a capacidade do transporte ferroviário de cargas no país

O secretário Nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, participa, nesta segunda-feira (9), em Sete Lagoas (MG), da entrega de novas locomotivas que serão incorporadas à frota que opera na malha da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também estará presente.

Com aporte de R\$200 milhões, os equipamentos, da VLI Multimodal S.A., produzidos pela empresa Progress Rail, vão ampliar a capacidade logística do transporte de cargas no país. A iniciativa reforça a parceria entre o setor privado e o Governo do Brasil, que prevê para este ano 8 leilões ferroviários, que irão gerar R\$140 bilhões em investimentos e fortalecer a infraestrutura do modal no país.

Cobertura de imprensa

Profissionais de imprensa interessados em acompanhar o evento devem realizar o credenciamento até o fim desta quinta-feira (5) pelo link <https://tinyurl.com/3fkn5hcn>

Serviço

Entrega de locomotivas da VLI

Data: Segunda-feira, 9 de fevereiro

Horário: 9h

Local: Av. Padre Tarcísio, 4.080 – Sete Lagoas (MG) – Fábrica da Progress Rail

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 05/02/2026

RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DA CNH: MAIS DE 685 MIL MOTORISTAS JÁ FORAM BENEFICIADOS

Com programa Bom Condutor, brasileiros economizaram cerca de R\$ 499 milhões, que seriam destinados ao pagamento de taxas



Medida Provisória do Bom Condutor já beneficiou 685.325 motoristas em todo o país - Foto: Michel Curvello/MT

Sem filas e de graça. Em pouco menos de dois meses de vigência, a renovação automática da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), prevista na Medida Provisória do Bom Condutor, já beneficiou 685.325 motoristas em todo o país.

Ao permitir a renovação do documento de forma totalmente gratuita e sem etapas presenciais para os motoristas com

bom comportamento no trânsito, a iniciativa gerou uma economia de R\$499,2 milhões para os cidadãos.



O Sudeste, com São Paulo à frente, lidera o ranking, com o maior número de renovações, desde que a MP n.º 1.327, foi publicada, em dezembro de 2025. Em seguida vêm as regiões Sul, com destaque para o Paraná, e Nordeste, com a Bahia liderando.

Quem tem direito?

A MP do Bom Condutor estabelece vantagens para quem não cometeu infração sujeita a pontuação nos últimos 12 meses. O benefício não se aplica a todos. Motoristas com 70 anos ou mais não têm direito à renovação automática. Já quem tem a partir de 50 anos pode utilizar o benefício uma única vez, no vencimento da CNH. A renovação é pessoal e intransferível.

Também ficam fora da medida os condutores que possuem prazo de validade da carteira de motorista reduzido por recomendação médica, em casos de doenças progressivas ou condições que exigem acompanhamento de saúde, além de motoristas com a habilitação vencida há mais de 30 dias, conforme prevê a legislação de trânsito.

CNH física ou digital?

Além da renovação automática, a medida também modernizou a forma de emissão da carteira de motorista. A impressão do documento passou a ser opcional, permitindo que o condutor escolha pelo modelo digital, solicite somente a versão impressa ou mantenha as duas modalidades. A mudança elimina o custo da impressão, que pode chegar a R\$ 100, a depender do estado.

A iniciativa também fixou, em todo o país, o valor máximo de R\$ 180 para a realização dos exames médico e psicológico, necessários para a obtenção da habilitação.

Modernização em várias frentes

A valorização do bom condutor ocorre em paralelo a outras ações estruturantes na área de trânsito. No último domingo (1º), a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) publicou o Manual Brasileiro de Exames de Direção Veicular, documento que atualiza os critérios de avaliação prática e adequa os exames à realidade do trânsito brasileiro.

O manual terá aplicação uniforme em todos os Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans) e estabelece novos procedimentos para garantir maior segurança, transparência e padronização na aplicação dos exames práticos.

Trânsito mais acessível e seguro

As mudanças integram o programa CNH do Brasil, iniciativa liderada pelo Ministério dos Transportes, voltada à modernização dos serviços de trânsito e à ampliação do acesso à habilitação. Desde o lançamento do programa, em dezembro de 2025, o sistema registrou mais de 3 milhões de requerimentos para emissão da primeira CNH pelo aplicativo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 05/02/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – VOCAÇÃO PARA O CRESCIMENTO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O balanço apresentado pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante o lançamento do Calendário 2026 do Grupo Brasil Export, nessa quarta-feira, dia 4, em Brasília, consolida o setor de

transportes como o motor de tração da economia brasileira. Os números recordes da aviação civil, que atingiu a marca histórica de 130 milhões de passageiros em 2025, revelam um país que não apenas recuperou o fôlego pós-pandemia, mas que expandiu sua conectividade a níveis sem precedentes, adicionando 30 milhões de novos usuários ao sistema em apenas três anos. Esse vigor no modal aéreo é acompanhado por uma performance robusta nos portos, onde a movimentação de contêineres saltou mais de 12%, exigindo respostas imediatas em infraestrutura de grande escala.

O anúncio de que o leilão do Tecon Santos 10, megaterminal de contêineres e carga geral a ser implantado no Porto de Santos (SP), ocorrerá entre 30 de março e 20 de abril deste ano, na B3, é o marco definitivo dessa gestão. Após uma década de paralisia e debates, a maior concessão portuária da história do País está prestes a sair do papel, prometendo injetar uma capacidade operacional adicional de 3,5 milhões de contêineres por ano no cais santista. Esta obra é o pilar que sustentará o crescimento do comércio exterior brasileiro pelas próximas décadas, garantindo que o maior complexo portuário da América Latina não se torne um gargalo para o desenvolvimento nacional.

É fundamental destacar que o sucesso desses indicadores está intrinsecamente ligado à previsibilidade regulatória e à segurança jurídica que o Brasil passou a oferecer ao investidor internacional. Com mais de R\$ 30 bilhões em contratos privados já assinados e a previsão de 18 novos leilões portuários somente neste ano, o País sinaliza que a infraestrutura deixou de ser uma promessa para se tornar um canteiro de obras estruturantes. A atração de capital privado é a única via para modernizar terminais e ampliar calados com a agilidade que o mercado global exige.

O “bater do martelo” na B3 para o Tecon Santos 10 será o ápice de um ciclo de planejamento rigoroso. Ao ampliar a capacidade de Santos em mais de 50%, o Governo ataca diretamente o custo logístico, permitindo que o Brasil possa competir em igualdade de condições com os maiores terminais do mundo. A infraestrutura portuária moderna é o passaporte para que o agronegócio e a indústria brasileira alcancem novos mercados com eficiência e preços competitivos.

O ano de 2026 projeta-se como o período de consolidação dessas entregas. A manutenção deste ritmo de leilões e a execução fiel dos contratos assinados são os desafios que restam para garantir que o recorde de 130 milhões de passageiros e o avanço nos contêineres sejam apenas o novo patamar mínimo de uma nação que redescobriu sua vocação para o crescimento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - PORTO DE SÃO SEBASTIÃO: A GOIABA ESTÁ MADURA!



FREDERICO BUSSINGER

Consultor, engenheiro e economista. Ex-diretor da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), ex-presidente da Docas de São Sebastião e ex-secretário-executivo do Ministério dos Transportes
opinioao@portalbenews.com.br

“Vamos botar de lado os entretanto e partir logo pros finalmente”

(Odorico Paraguassu, em O Bem Amado)

Lógico que, para os atuais operadores e trabalhadores portuários avulsos (TPA) do Porto de São Sebastião (PSS), o desejável é que, na modelagem para o arrendamento SSB01, os berços existentes e as áreas atualmente ocupadas sejam mantidas permanentemente como instalações de uso público. Melhor ainda se aquelas hoje ociosas permanecessem livres para possíveis futuras expansões, quando a eles necessárias. Ainda melhor se as existentes fossem expandidas e/ou novas infraestruturas fossem implantadas como compromisso do futuro



arrendatário ou, mesmo, por meio de investimento público. Em síntese, seria o status quo como piso.

Lógico que, para os potenciais arrendatários, o desejável é que todas as infraestruturas e áreas hoje existentes no PSS, bem como as previstas para expansões no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e Plano Mestre, fossem destinadas ao terminal de contêineres. Melhor ainda se disponibilizadas de uma só vez quando da assinatura do contrato (não faseadamente – Cláusula 2.1 da Minuta de Contrato) e sem condicionantes físico-operacionais, prazos e compromissos de movimentações. Ainda melhor se desvinculadas dos compromissos de direito de passagem da dutovia (Olfar S/A). Com riscos (como os geológicos) alocados ao poder público (União ou CDSS)? O melhor dos mundos! Em síntese, liberdade plena para definição de leiaute, tecnologia e cronograma de implantação.

É o que se depreende, sem saudações, congratulações ou rodeios, das cerca de 30 intervenções na audiência pública promovida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) em 26 de janeiro deste ano: cada protagonista, cada segmento fazendo uma clara e tenaz defesa de seus interesses empresariais e/ou pessoais, evidentemente, com dados, fatos e argumentos selecionados para dar suporte à sua visão. Claro, interesses legítimos: não se discute!

Ah! Com cada vez maior frequência, as virtudes desse privilegiado sítio portuário, um dos melhores do Planeta, vêm sendo reconhecidas e verbalizadas pelos agentes e autoridades federais: área naturalmente abrigada, canal de acesso com profundidade mínima de 25 metros (sem necessidade de dragagem), duplo acesso. Também facilidades disponíveis, como o novo acesso rodoviário (Nova Tamoios) recém-inaugurado, bem como características estratégicas: a 100 km do Vale do Paraíba, região industrializada e com expressivo fluxo de comércio exterior (o que significa contêineres!). E, ainda, vizinho do Sul Fluminense e do Sudeste mineiro, regiões também economicamente desenvolvidas, como o é Campinas e o interior paulista, acessíveis sem passar pela Região Metropolitana de São Paulo.

Depreende-se, assim, que o Governo Federal passou a ver e tratar o Porto de São Sebastião não mais como um porto da Série “C” ou “D” da “Liga Portuária Brasileira”. Mas como uma alternativa logística relevante para o Sudeste: vale lembrar que, no litoral catarinense, há três complexos portuários (cinco terminais) nos quais contêineres são movimentados, apesar do litoral paulista ser 1,76 vezes maior que o de Santa Catarina. Ou seja, um novo porto em São Paulo, focado também nessas movimentações, aparentemente passou a ser de interesse e uma política pública. E sua implementação, uma urgência do Governo Federal.

A equação

De uma visada, esses três conjuntos de objetivos e diretrizes parecem envolver condições de remota compatibilização. Só parecem!

Rigorosamente, em meio às dezenas de apontamentos feitos pelos técnicos, executivos de empresas e entidades, representantes de empresas de engenharia, escritórios de advocacia e consultores, só há uma definição imprescindível para que o edital possa ser publicado: arrendamento total x arrendamento parcial. Não que as demais questões não sejam relevantes – e o são; mas ou decorrem dessa decisão basilar e/ou, se não equacionadas até então, poderão vir a ser tratadas/resolvidas em etapas posteriores do processo: não comprometem.

Pela modelagem, tal como está, as instalações de uso público devem ser incorporadas ao arrendamento a partir da conclusão da 3ª Etapa Transitória (10º ano). Em tais condições, o arranjo final seria muito similar àquele apresentado na audiência pública de 7 de fevereiro de 2022: como se fosse um “TUPão”. A diferença é que, pelo modelo atual, haveria uma “carência” de nove anos (Cláusulas 2.2.2 e 7.1.2.3 da Minuta de Contrato), algo que inexistia no modelo concebido por Piloni e Tarcísio no Ministério da Infraestrutura (Minfra, na gestão Bolsonaro).

Esse modelo para os “locais” (operadores e TPAs) é inaceitável; o que ficou mais uma vez claro, tanto na audiência pública do último 26 de janeiro, como em proposta alternativa sistematizada e articulada

pela Prefeitura Municipal, veiculada dez dias antes da audiência. A essa altura do campeonato, dados e argumentos técnicos e jurídicos apenas ornaram o conflito de interesses. Real: os “locais” não admitem tornar-se terceirizados dos “estrangeiros”, dos “chegantes”. Ou, no limite, serem excluídos do mercado portuário. E, pela defesa desses seus interesses, aparentemente, estão dispostos a ir até às últimas consequências.

Como não está clara a correlação de forças entre esses dois polos, difícil prever-se, seja o resultado, sejam os prazos. Por isso algumas dúvidas são inevitáveis: a falta de capacidade portuária de contêineres no Sudeste vai se prolongar? A logística brasileira vai (e pode) esperar? Operadores, TPAs e potenciais arrendatários vão esticar a corda até quanto/quando? Após tantos avanços no modelo, o Governo vai pagar para ver?

Sim; há solução!

E talvez não esteja assim tão distante. Mormente porque o que está sendo disponibilizado são áreas hoje ociosas e a possibilidade de expansões sobre o espelho d’água que, inclusive, pode vir a ser ampliadas, seja lateral, seja frontalmente.

Por que não se analisar uma proposta combinada, compatibilizando o essencial desses interesses? P.ex: a) manutenção dos atuais berços públicos e uma área (pública) para “pulmão operacional” (termo do documento-proposta da Prefeitura de São Sebastião) – uma parcela dos 68.000 m2 pleiteados; b) disponibilização imediata, ao arrendatário, de toda a área destinada ao terminal (eliminando-se o faseamento de entregas – não de obrigações de implantação). Ou seja, o Porto Organizado de São Sebastião passaria a ter um conjunto de instalações públicas, de um lado, e um terminal arrendado de outro, com acessos e “gates” independentes.

Ah! “Assim a área do terminal seria reduzida!”, podem alegar. OK. Se for o caso, compense-se com a utilização de parte da área hoje prevista para “Expansão a Longo Prazo” (PDZ/2024, Fig.15, pg. 22/36) como, aliás, era previsto no projeto licenciado (pg. 75) em 2014: Licença Prévia LP nº 474/2013 (Processo nº 02001.005403/2004-01).

Vale ser registrado que, ao contrário do que foi informado por um dos escritórios de advocacia na audiência pública, essa LP não foi “revogada” pela Justiça. Ela perdeu a validade dois anos após, em janeiro de 2016 (caducou), e não houve pedido de renovação. Já o Inquérito Civil nº. 14.0701.0000105/2011-9 (GAEMA – Litoral Norte), em face da Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), para “apurar a ocorrência de danos ambientais ... na Baía do Araçá”, foi arquivado em 30 de novembro de 2018 pelo promotor de Justiça Alfredo Luis Portes Neto, sem não antes lembrar que: “... os recursos, materiais e humanos, do Ministério Público do Estado de São Paulo, através deste GAEMA-LN, serão melhor empregados através do acompanhamento diligente do cumprimento das condicionante da atual Licença de Operação... e dos projetos de ampliação apresentados, racionalizando a atuação institucional e garantindo maior eficiência nas intervenções necessárias”.

Cascas de banana:

Afora a recomendável compatibilização dos interesses ora em oposição, a nova modelagem reservou duas surpresas que foram também exploradas, na audiência pública: o contrato da dutovia (Olfar) e a OIT-169.

Dutovia: o “contrato de passagem”, ocupando área de 1.500 m2, vige desde 4 de dezembro de 2020 (Extrato no Diário Oficial do Estado/DOE de 17 de dezembro de 2020). Tinha 60 dias para apresentação do projeto executivo e 24 meses para início da operação (DOE – 14 de maio de 2021; pg. 557). Mais de cinco anos se passaram: nem a dutovia foi implantada, nem os 29 tanques em área externa ao Porto; tampouco, ao que se sabe, o licenciamento ambiental foi iniciado. Faz sentido, em tais condições, manter-se tal contrato ativo, nas condições originais, gerando incertezas específicas para o projeto maior de arrendamento SSB01? Como tal instrumento não é complexo, tampouco a própria dutovia, não seria mais razoável no mínimo congelar-se tal contrato? Será que R\$ 22.500,00 (valor da época) de receita para a CDSS compensa as incertezas que ele gera para o processo? Não seria mais indicado a autoridade-administradora, por instrumento hábil, garantir ao empreendedor o

direito de, se e quando regularizar-se com a Prefeitura e os órgãos ambientais, firmar um novo contrato; então já consentâneo com as condições do Porto à época?

OIT-169 (Itens 8.1.8; e 13.3 do EVTEA – Seção “F”): a previsão da convenção, como condicionante do licenciamento ambiental do SSB01, é um risco introduzido no processo; no mínimo uma curiosidade, visto que: a) trata-se de uma expansão, e não de uma implantação (greenfield); b) o sítio em questão é uma área urbana, não uma área de floresta ou reserva; c) a licença provisória (LP) versa sobre a possibilidade do empreendimento, e sobre isso o Ibama já se manifestou, afirmativamente, por meio da LP nº 474/2013: caducou, sim, mas o Ibama, órgão que também licenciará o SSB01, não só emitiu a LP, como fizera uma defesa enfática do licenciamento, por meio da proc. Isabella Mariana Sampaio P. De Castro, na Ação Civil Pública – ACP nº 0001121-19.2010.403.6103 (vale a pena também ver a defesa feita pela CDSS, por meio do respeitado advogado e escritor ambientalista Édis Milaré; e a sentença do juiz Renato Barth Pires da 3ª Vara da Justiça Federal – S.J. dos Campos); d) ao longo daquele processo de licenciamento, salvo engano, a OIT-169 não foi tema levantado; nem pelas comunidades, nem pelas autoridades ambientais; e) as comunidades do Araçá, que ora se procura “proteger”, não só tomaram conhecimento do processo como participaram de várias das 152 reuniões realizadas até o protocolar do EIA/RIMA no Ibama (setembro de 2009).

Edmund Burke e George Santayana, com variações, nos ensinam que “quem não conhece sua história está fadado a repetir, principalmente seus erros”: a LP nº 474/2013 foi resultado de um duro trabalho, muita articulação e de uma longa batalha; com derrotas mas também vitórias. Difícil, pois, entender-se o porquê, apesar de já ter incorporado informações e argumentos daquele processo, ele segue sendo formalmente ignorado, e os condutores do processo do SSB01 ainda não o consideram: incluem ao menos a LP e o EIA/RIMA como anexo do atual processo; o que certamente muito facilitará o trabalho (do arrendatário, da CDSS ou do Ministério de Portos e Aeroportos) no futuro processo de licenciamento.

Ministro Sílvio Costa Filho: a goiaba está madura! Determine que se faça esses poucos ajustes e publique o edital: o leilão não será deserto! V. Exa tem condições de bater bumbo ainda antes de sua desincompatibilização!

A LP Nº 474/2013 FOI RESULTADO DE UM DURO TRABALHO, MUITA ARTICULAÇÃO E DE UMA LONGA BATALHA; COM DERROTAS MAS TAMBÉM VITÓRIAS. DIFÍCIL, POIS, ENTENDER-SE O PORQUÊ, APESAR DE JÁ TER INCORPORADO INFORMAÇÕES E ARGUMENTOS DAQUELE PROCESSO, ELE SEGUE SENDO FORMALMENTE IGNORADO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

BRASIL EXPORT - MINISTRO DESTACA RECORDES DA AVIAÇÃO E APOSTA EM NOVO CICLO PORTUÁRIO

Em lançamento do calendário do Brasil Export, Costa Filho ressalta movimentação de passageiros em 2025 e projeta avanço das concessões, com foco no Tecon Santos 10

Por **MARIANA NEROME** redacao.jornal@redebeneuws.com.br



Ao tratar dos investimentos, o ministro Sílvio Costa Filho destacou que o setor portuário brasileiro conta com mais de R\$ 30 bilhões em contratos assinados com a iniciativa privada

Principal autoridade presente na solenidade de lançamento do Calendário 2026 do Grupo Brasil Export, realizada na quarta-feira (4), em Brasília, o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, apresentou um balanço positivo da aviação brasileira em 2025, ano marcado por números recordes de passageiros. O ministro também destacou as expectativas do governo para o avanço das concessões no setor portuário, com ênfase no leilão do Tecon Santos 10, apontado como a maior concessão já realizada na infraestrutura portuária nacional.



Costa Filho afirmou que a aviação brasileira encerrou 2025 com quase 130 milhões de passageiros transportados, o melhor resultado da história do setor. Segundo ele, o desempenho coloca o Brasil como o país que mais cresceu em número absoluto de passageiros no mundo nos últimos anos, refletindo a retomada da atividade aérea após a pandemia.

“Em janeiro de 2023, o país havia registrado 97,7 milhões de passageiros em 2022. Ao final de 2025, esse número saltou para quase 130 milhões – um acréscimo de cerca de 30 milhões de pessoas em três anos”, afirmou o ministro, ao apresentar um balanço dos três anos à frente do Ministério de Portos e Aeroportos.

Costa Filho avaliou que os resultados decorrem da ampliação da malha aérea, do fortalecimento da concorrência entre companhias, da retomada do turismo e do aumento da conectividade regional. Nesse contexto, mencionou brevemente a abertura de uma nova rota aérea internacional ligando Recife a Cabo Verde, com início previsto para 6 de maio.

Além da aviação, o ministro dedicou parte da apresentação às perspectivas do setor portuário, que também registrou desempenho positivo em 2025. Segundo ele, a movimentação total nos portos brasileiros cresceu quase 5% no ano passado, enquanto o segmento de contêineres avançou mais de 12%.

Nesse cenário, Costa Filho reforçou a importância do leilão do Tecon Santos 10, no Porto de Santos, que classificou como a maior concessão da história do setor portuário brasileiro. “Depois de 10 anos de muita discussão, muitos debates e muito diálogo, a gente vai, de maneira conjunta, efetivamente, estar na B3, batendo o martelo”, declarou.

O Porto de Santos movimenta atualmente cerca de 6,5 milhões de contêineres. Com o novo terminal, a capacidade deverá ser ampliada em mais de 3,5 milhões de contêineres. Em declarações feitas em janeiro, Costa Filho já havia indicado que o leilão deve ocorrer entre 30 de março e 20 de abril.

Ao tratar dos investimentos, o ministro destacou que o setor portuário brasileiro conta com mais de R\$ 30 bilhões em contratos assinados com a iniciativa privada. Segundo ele, a previsibilidade regulatória tem sido determinante para atrair capital ao setor.

Somente em 2026, estão previstos 18 leilões de concessões portuárias na B3, o que, na avaliação do ministro, reforça o ritmo de entregas do governo federal na área de infraestrutura.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

BRASIL EXPORT - AUTORIDADES APONTAM AMBIENTE REGULATÓRIO FAVORÁVEL A NOVOS INVESTIMENTOS

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebenews.com.br

O investimento privado em infraestrutura no Brasil dobrou nos últimos 10 anos, passando de R\$ 115 bilhões para R\$ 235 bilhões anuais, segundo dados apresentados pelo diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Carvalho Dias, durante o lançamento do Calendário 2026 do Grupo Brasil Export. Considerando recursos públicos e privados, o total investido no setor subiu de R\$ 170 bilhões para R\$ 280 bilhões no período.

No setor portuário, até novembro de 2025, o país registrou crescimento de 5% em relação ao ano anterior. No segmento de contêineres, a movimentação saltou de 6,7 milhões de TEU em 2010 para cerca de 15 milhões de TEU atualmente.

“Isso significa que a regulação está fazendo o seu papel, dando segurança regulatória, estimulando a concorrência e coibindo os abusos quando necessário”, afirmou Frederico Dias.

Também presente no evento, o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Artur Watt Neto, destacou a integração entre os setores de energia e infraestrutura. Segundo ele, o segmento regulado pela ANP representa cerca de 13% do PIB brasileiro e realiza investimentos bilionários todos os anos. “O setor petrolífero é um dos que mais contratam embarcações de transporte e terminais especializados”, disse.

Mineração

O diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Mauro Henrique Moreira Souza, apresentou dados do setor, como faturamento de R\$ 300 bilhões, previsão de investimentos de R\$ 80 bilhões até 2030 e arrecadação de cerca de R\$ 8 bilhões em royalties no ano passado.

“A Agência Nacional de Mineração tem desenvolvido um trabalho fundamental para garantir que nós tenhamos uma jurisdição no país, uma jurisdição confiável, a previsibilidade regulatória, que é um dos papéis, e não só a fiscalização, não só a regulação, mas ser um elemento que promove um ambiente de investimento”, afirmou Souza.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

BRASIL EXPORT - GRUPO BRASIL EXPORT VAI PROMOVER 14 FÓRUNS AO LONGO DE 2026

Encontros são realizados em todas as regiões do país, com especialistas e autoridades que debatem infraestrutura e soluções

Por **MARIANA NEROME** redacao.jornal@redebeneews.com.br



Fabricio Julião fez um balanço dos resultados alcançados em 2025, que demonstraram a consolidação do Brasil Export como importante plataforma de debate e articulação setorial

O Grupo Brasil Export realizou nesta quarta-feira (4) em Brasília, a Solenidade de Lançamento do Calendário de Eventos 2026, em cerimônia que reuniu autoridades e representantes de diversos setores da infraestrutura

brasileira, entre eles Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos; Tomé Franca, Secretário Executivo do Ministério de Portos e Aeroportos; Mauro Henrique Moreira Souza, Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM); José Luis do Livramento, ministro de Negócios Estrangeiros das Comunidades do Governo de Cabo Verde, entre outros.

Mais cedo, ocorreu também a inauguração da Casa Brasil Export, nova sede do Grupo pensada para fortalecer o diálogo permanente entre os agentes do setor, com encontros e eventos que vão ocorrer ao longo do ano.

“Hoje é um dia importantíssimo para todo o Grupo Brasil Export”, celebrou o CEO do Grupo, Fabricio Julião. Em seu discurso, o executivo anunciou que este ano marca a expansão das atividades, com a entrada do setor de minas e energia na programação. “Esse diálogo vai expandir para outros setores. Nós teremos o setor de minas e energia participando ativamente de toda a nossa programação”, destacou.

Estão previstos para este ano 14 fóruns, realizados em diferentes regiões do país, com o objetivo de reunir especialistas, setores público e privado, empresários e autoridades de todos os segmentos da infraestrutura de transportes. Em novembro, acontece a missão internacional para o Japão.

BALANÇO 2025



Antes de apresentar a programação para o próximo ano, o CEO fez um balanço dos resultados alcançados em 2025, que demonstraram a consolidação do Grupo como importante plataforma de debate e articulação setorial.

Os números revelam mais de 3.400 participantes presenciais, 6.400 pessoas em todos os fóruns, 48 mil participantes online, quase 10 mil minutos de transmissão ao vivo, mais de 440 palestrantes, 390 mil usuários alcançados nas mídias sociais e mais de 100 painéis e debates realizados ao longo do ano.

“Temos ainda cerca de 750 conselheiros espalhados de norte a sul, nos conselhos temáticos, internacionais, e isso é motivo de orgulho para todos nós”, afirmou Julião.

PARCERIA COM PORTUGAL

Um dos grandes anúncios da noite foi a parceria entre o Grupo Brasil Export com o Jornal Público de Portugal, representado por João Pereira Vicente. A colaboração prevê troca de conteúdos e informações entre os dois veículos.

“Esta colaboração é, acima de tudo, uma parceria entre dois veículos que comungam da mesma forma de fazer o seu jornalismo. Ou seja, de uma forma isenta e que possibilita às pessoas a compreensão de todos os temas”, explicou Vicente.

O representante do jornal português destacou que a parceria se alinha ao projeto Público Brasil, lançado em 2024 para dar voz à comunidade brasileira em Portugal, que atualmente soma mais de um milhão de pessoas. “É um projeto que tem mostrado muito daquilo que o Brasil tem de bom”, afirmou.

Outra novidade apresentada foi o novo formato do Jornal Be News, que agora ganhou é Berliner (470 x 315), mais moderno e com novos conteúdos e artigos.

CALENDÁRIO 2026

O calendário de eventos de 2026 tem o primeiro evento marcado para 5 de março. “O ano da infraestrutura está começando agora”, brincou o CEO, ressaltando os desafios de montar uma programação em ano de Copa do Mundo e eleições.

Os eventos programados incluem:

- 5 de março – Pernambuco Export (FIEPE | Recife, PE)
- 19 e 20 de março – Norte Export (Uíara Amazon Resort | Manaus, AM)
- 9 e 10 de abril – Bahia Export (FIEB | Salvador, BA)
- 13 de abril – Brasil Tech Export (Arena B3 | São Paulo, SP)
- 15 de abril – Meeting Brasil-Japão (São Paulo, SP)
- 27 e 28 de abril – Rio de Janeiro Export (Rio de Janeiro, RJ)
- 14 e 15 de maio – Mercosul Export (Buenos Aires, Argentina)
- 28 e 29 de maio – Santos Export (Casa Grande Hotel Resort & SPA | Guarujá, SP)
- 8 e 9 de junho – Nordeste Export (Maceió, AL)
- 22 e 23 de junho – Tocantins Export (Palmas, TO)
- 23 e 24 de julho – Centro-Oeste Export (Rio Verde, GO)
- 13 e 14 de agosto – Sudeste Export (Vitória, ES)
- 17 e 18 de setembro – Sul Export (Foz do Iguaçu, PR)
- 6 a 8 de outubro – Fórum Nacional Brasil Export Infraestrutura | Minas e Energia (Brasília, DF)
- 1 a 6 de novembro – Missão Internacional Brasil Export (Japão)

O CEO ainda enfatizou a importância da diversidade regional do calendário. “Visitar Rio Verde, Manaus e Maceió. Você passa a conhecer diversas realidades espalhadas pelo nosso Brasil”, ressaltando a oportunidade que os eventos proporcionam aos participantes de conhecerem diferentes realidades do país, principalmente relacionadas aos setores de infraestrutura.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

BRASIL EXPORT - MANOEL FERREIRA JÚNIOR CELEBRA TRAJETÓRIA MARCADA PELA SIMPLICIDADE

Livro da série Brasil Export Biografias é lançado em Brasília e reúne relatos sobre a carreira do empresário, sua atuação no Grupo Agemar e a superação de desafios pessoais

Por **PATRÍCIA FAHLBUSCH** redacao.jornal@redenenews.com.br



Manoel Ferreira Júnior com a autora do livro, a jornalista Ivani Cardoso, e a designer gráfica Mônica Mathias

“A gente procura ser o que é. Ter humildade e pé no chão”. Assim se autodescreveu Manoel Ferreira Júnior, que distribuiu autógrafos, sorrisos, gentileza e muita simpatia durante o evento de divulgação do calendário 2026 do Fórum Brasil Export, nesta quarta-feira, 4, em Brasília. Na

ocasião, foi lançado o livro “Manoel Ferreira Jr., Embaixador do Nordeste”, quinto volume da série Brasil Export Biografias, que contou novamente com a parceria da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP).

“Essa história de embaixador foi um gesto de amizade criado por Fabrício [Julião, CEO do Grupo Brasil Export], porque a gente se relaciona com um monte de gente, e a gente tem que ter leveza na vida, e a gente é leve com as pessoas”, contou o homenageado.

As 262 páginas do livro contam com textos e edição da jornalista Ivani Cardoso. O projeto gráfico e a editoração são assinados pela designer gráfica Mônica Mathias, além da apresentação de Fabrício Julião. Para o CEO do Grupo BE, a obra é uma justa homenagem a Manoel e integra uma série dedicada a pessoas que atuaram pelo desenvolvimento do país.

“Manoel Carvalho Ferreira da Silva Júnior carrega em sua essência o perfil de um verdadeiro construtor de relacionamentos. Essa sua característica é, sem dúvida, um dos fatores decisivos para a pavimentação da trajetória que transformou uma pequena agência marítima em uma holding de referência em infraestrutura e logística no Nordeste. Sempre foi uma figura importante, embora discreta, sem buscar holofotes. O Brasil Export ajudou a revelar ao setor sua contribuição e a ampliar o reconhecimento ao seu trabalho”, exaltou Julião.

Humilde, Manoel disse que o sucesso do livro é fruto do trabalho de Ivani Cardoso, que captou sua história e a escreveu.

“Para mim, foi uma dificuldade, não me ‘relembro’ muito do passado, eu gosto do presente e do futuro. Ela me proporcionou a alegria de reviver o passado”, afirmou Manoel.

O homenageado fez história no Grupo Agemar, que inclui o setor de navegação, aeroportos, pátios de triagem e outros negócios, em uma trajetória de mais de quatro décadas. O livro também aborda um dos momentos mais marcantes da vida de Manoel, quando ele superou um câncer, enfrentando tratamentos difíceis sem perder a força e, principalmente, a fé na vida.

“Há dois anos e meio fui acometido por um câncer, passei meses em tratamento, mas com muita fé em Deus e em Santa Teresa [d’Ávila], fiz essa passagem, atravessei, e estou muito bem aqui, trabalhando com força, vontade e resiliência”, declarou.

Por fim, Manoel disse que fazer história é construir um alicerce a partir do que se faz no dia a dia: “História é o que a gente faz para que possa crescer e ficar junto aos companheiros”, finalizou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026



BRASIL EXPORT - CASA BRASIL EXPORT REFORÇA ARTICULAÇÃO DA INFRAESTRUTURA EM BRASÍLIA

Autoridades dos Três Poderes, agências reguladoras e setor produtivo destacam o novo espaço como ambiente contínuo de debates e construção de consensos

Por **ALINE SILVA** redacao.jornal@redenenews.com.br

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, e o secretário executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, descerraram a placa que marca a inauguração da Casa

A inauguração da Casa Brasil Export, nesta quarta-feira (4), em Brasília, marcou um novo capítulo na atuação institucional do Grupo Brasil Export e consolidou a presença definitiva do movimento no centro das decisões políticas do país. Mais do que a abertura de uma sede física, o espaço nasce como um fórum permanente de diálogo, articulação e construção de consensos em torno da infraestrutura brasileira, reunindo representantes do Executivo, Legislativo, Judiciário, agências reguladoras e do setor produtivo. Ao abrir o evento, o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, definiu a Casa como um símbolo da maturidade alcançada pelo movimento ao longo dos últimos anos.

“A Casa Brasil Export é a casa do diálogo da infraestrutura brasileira. Hoje é um dia em que a gente dá um passo importante dentro do Grupo. É mais um daqueles dias que ficam gravados na memória de todos que vêm construindo esse trabalho conosco”, afirmou o CEO, que descerrou a placa de inauguração ao lado do secretário-executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

A escolha de Brasília como sede permanente foi destacada por autoridades como estratégica. Para o secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Marcus Cavalcanti, a capital federal concentra o ambiente decisório necessário para o avanço de projetos estruturantes. Ele ressaltou o momento positivo vivido pelo setor de infraestrutura no país e elogiou a criação de um espaço dedicado exclusivamente ao tema.

“Batemos todos os recordes de leilões de rodovias e terminais portuários, readequamos contratos estressados e isso fez o Brasil avançar não só no crescimento do PIB, mas também na renda do trabalhador e na redução do desemprego. Não existia aqui um espaço concentrado apenas na infraestrutura, e agora ele passa a existir”, disse.

O papel da Casa como ambiente permanente de debates também foi enfatizado pelo vice-presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, o deputado Zé Rocha. Segundo ele, o espaço fortalece a integração entre cadeias produtivas estratégicas e o Parlamento.

“Nós temos uma necessidade muito grande de ampliar nossas exportações e de dar apoio à mineração brasileira, que é um grande ativo do país. Essa Casa vai representar muito, porque aqui vão acontecer reuniões e discussões sobre todo esse programa de desenvolvimento do Brasil”, afirmou.

A presença de parlamentares reforçou o caráter institucional da inauguração. Presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, Cláudio Cajado (PP BA) destacou a importância da aproximação entre o Legislativo e os segmentos diretamente ligados à logística e aos transportes.

“Queremos que as entidades ligadas aos transportes rodoviários, aeroviários, hidroviários, ferroviários e à logística estejam próximas, auxiliando, criticando construtivamente e ajudando a encontrar soluções para os grandes temas nacionais”, afirmou.

O relator do PL 733, deputado Arthur Maia (União BA), ressaltou o papel da Casa como espaço permanente de entendimento e avanço legislativo.

“Aqui será um fórum contínuo de debates e construção de grandes projetos. A expectativa é que possamos apresentar o relatório do PL ainda em março, para votação na comissão e encaminhamento ao plenário”, disse.

A ampliação do diálogo para além da logística tradicional também foi destacada durante a cerimônia. Presidente do Instituto do Petróleo, Gás e Energia (IPEGEN), o deputado Eduardo Pazuello (PL-RJ), ressaltou a integração do setor energético ao escopo do Brasil Export.

“Estamos falando de petróleo, gás e todas as formas de energia com uma visão de transição energética adequada à realidade brasileira. A criação desse braço fortalece a representatividade do setor no Congresso e dá clareza às demandas do segmento”, afirmou.

Representando o governo de São Paulo, o secretário de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima, fez uma defesa enfática da infraestrutura como base do desenvolvimento econômico e social.

“Sou um defensor árduo do Brasil Export. Não existe país que tenha se desenvolvido sem investir fortemente em infraestrutura. Em São Paulo, a maior parte das PPPs (Parcerias Público-Privadas) está voltada para isso porque logística é o que move o desenvolvimento”, afirmou.

Do ponto de vista dos órgãos de controle, o presidente do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo, reforçou a importância da segurança jurídica e da eficiência para atrair investimentos privados.

“Quero um tribunal voltado para a cidadania, capaz de mudar a vida das pessoas. Nada transforma mais do que construir pontes, ampliar portos e garantir segurança jurídica. Sem a iniciativa privada, o país não consegue andar”, destacou.

Também participaram da cerimônia representantes do Judiciário, como o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Guilherme Caputo Bastos, que ressaltou a capacidade de articulação do Grupo Brasil Export entre instituições.

“Hoje vemos Executivo, Legislativo e Judiciário representados aqui. Essa capacidade de agregar pessoas e instituições transformou o diálogo no setor de infraestrutura em algo fluido e produtivo”, afirmou.

Sustentabilidade

A inauguração da Casa Brasil Export foi marcada ainda por manifestações simbólicas de integração e sustentabilidade, com autoridades plantando mudas de árvores.

“Plantar é plantar esperança, renovação e futuro. A instalação dessa Casa aproxima o diálogo com o Parlamento e representa um verdadeiro entrelaçamento entre os setores”, destacou o deputado Júlio Lopes (PP).



“
A CRIAÇÃO DESSE
BRAÇO FORTALECE A
REPRESENTATIVIDADE
DO SETOR NO CONGRESSO
E DÁ CLAREZA
ÀS DEMANDAS
DO SEGMENTO”

EDUARDO PAZUELLO,
deputado federal
e presidente do Instituto
do Petróleo, Gás e Energia
(IPEGEN)



A inauguração da Casa Brasil Export também foi marcada ainda por manifestações simbólicas de integração e sustentabilidade, com autoridades plantando mudas de árvores



NADA TRANSFORMA MAIS
DO QUE CONSTRUIR PONTES,
AMPLIAR PORTOS
E GARANTIR SEGURANÇA
JURÍDICA. SEM A INICIATIVA
PRIVADA, O PAÍS
NÃO CONSEGUE ANDAR"

VITAL DO RÉGO
presidente do Tribunal
de Contas da União



SOU UM DEFENSOR
ÁRDUO DO BRASIL EXPORT.
NÃO EXISTE PAÍS QUE
TENHA SE DESENVOLVIDO
SEM INVESTIR FORTEMENTE
EM INFRAESTRUTURA"

JORGE LIMA
secretário de
Desenvolvimento Econômico
o Estado de São Paulo



HOJE VEMOS EXECUTIVO,
LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO
REPRESENTADOS AQUI.
ESSA CAPACIDADE DE
AGREGAR PESSOAS E INSTITUIÇÕES
TRANSFORMOU O DIÁLOGO NO SETOR
DE INFRAESTRUTURA EM ALGO
FLUIDO E PRODUTIVO"

GUILHERME CAPUTO BASTOS
ministro do Tribunal Superior do Trabalho

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 05/02/2026

TRANSPORTES – PORTOS - MPOR E FENOP FIRMAM ACORDO PARA DIFUNDIR PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Cooperação técnica dá origem ao projeto Portos e Pontes, com foco em ESG, descarbonização e engajamento de operadores portuários em todo o país

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a assinatura do acordo representa um avanço importante para a consolidação de uma agenda sustentável

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) firmaram, nesta quarta-feira (4), um Acordo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento e a implementação do projeto Portos e Pontes, iniciativa voltada à promoção e à disseminação de boas práticas de sustentabilidade no setor portuário brasileiro. A parceria visa fortalecer a agenda de sustentabilidade conduzida pelo MPor e está alinhada às diretrizes do Programa Nacional de Descarbonização dos Portos (PND), aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas e aos compromissos climáticos assumidos pelo Brasil no cenário internacional.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a assinatura do acordo representa um avanço importante para a consolidação de uma agenda sustentável. “Essa assinatura representa a construção de uma agenda portuária alinhada à sustentabilidade nos portos brasileiros, fortalecendo cada vez mais as boas práticas no setor”, afirmou.

Com foco nos pilares Ambiental, Social e de Governança (ESG), o projeto Projeto Portos e Pontes busca estimular a incorporação da sustentabilidade às práticas de gestão e operação portuária, promovendo o engajamento de operadores portuários, Órgãos de Gestão de Mão de Obra (Ogmos) e demais atores estratégicos do setor. A proposta parte do entendimento de que a agenda ESG deve ser tratada de forma transversal entre os portos e os territórios onde estão inseridos.

Entre as ações previstas no âmbito do projeto Portos e Pontes estão a divulgação de casos e experiências exitosas, a realização de eventos técnicos e atividades de sensibilização, a mobilização do setor para adesão a iniciativas sustentáveis e o monitoramento periódico da evolução das práticas ESG nos portos brasileiros. As atividades vêm para contribuir com o amadurecimento do setor em relação à sustentabilidade.

Para o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias, Sérgio Aquino, o projeto reforça o compromisso da entidade com a responsabilidade social e ambiental no setor portuário. “A Fenop possui diversos comitês técnicos, entre eles o de responsabilidade social e ambiental. Foi a partir desse comitê que surgiu o programa Portos e Pontes, sob uma coordenação muito forte, com atuação destacada da nossa executiva, Maria Cristina Dutra. Estamos muito honrados e satisfeitos em firmar este convênio”, destacou.

Sobre o acordo

A Secretaria Nacional de Portos (SNP) atuará no apoio institucional às ações, na participação técnica e na articulação com outros órgãos públicos e entidades relevantes, além de assegurar o alinhamento do projeto às diretrizes de sustentabilidade do MPor. À Fenop caberá a coordenação da execução do projeto, a operacionalização das ações previstas e a mobilização dos operadores portuários e dos Órgãos de Gestão de Mão de Obra.

Esse Acordo de Cooperação Técnica terá vigência de até 24 meses e contará com mecanismos de acompanhamento e avaliação conjunta, permitindo ajustes e aprimoramentos ao longo de sua execução.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

TRANSPORTES - PORTOS - RECEITA INTERCEPTA 240 KG DE COCAÍNA NA PRIMEIRA APREENSÃO DO NÃO

Droga estava escondida em carga de óleo de soja; contêiner tinha Portugal como país de destino, mas faria transbordo em Marrocos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Receita Federal frustrou, na quarta-feira (4), a tentativa de envio ao exterior de 240 kg de cocaína através do Porto de Santos (SP). A droga, escondida em um carregamento de 20 toneladas de óleo de soja acondicionados em latas de 18 litros, foi interceptada durante ações rotineiras de vigilância e repressão aduaneiras realizadas por equipes da Alfândega de Santos. O contêiner tinha Portugal como país de destino, mas faria transbordo no Porto de Tanger Med, no Marrocos.

Durante a fiscalização, dois cães de faro da Alfândega de Santos auxiliaram nos trabalhos de verificação e sinalizaram positivamente para a presença de drogas no interior do contêiner. Além dos cães, imagens de escâneres geradas durante o escaneamento de contêineres ajudaram na descoberta da droga.

Após a confirmação, a Polícia Federal foi acionada para dar continuidade à investigação. Ninguém foi preso.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

TRANSPORTES - PORTOS – OPINIÃO - DRAGAGEM É SERVIÇO, NÃO OBRA.



CRISTINA WADNER

Advogada especialista em Direito Marítimo, Portuário, Aduaneiro e Direito Processual Civil. Proprietária da Advocacia Cristina Wadner

opinioao@portalbenews.com.br



O processo de concessão do canal de acesso do Porto de Santos, que teve início em 4 de julho de 2025, recoloca na agenda um ponto simples: sem acesso aquaviário previsível, a eficiência do porto vira promessa. O Ministério de Portos e Aeroportos encaminhou o projeto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para consulta e audiência públicas, sinalizando que o desenho contratual é tão relevante quanto a engenharia.

A agenda, porém, não está só no pipeline. Em 21 de janeiro de 2026, o Tribunal de Contas da União (TCU) manteve a suspensão de uma licitação de dragagem para aprofundamento do canal para 16 m, diante de controvérsias sobre a desclassificação da proposta mais barata e risco de dano ao erário, dando um recado direto: canal de acesso não é “obra” isolada. É serviço crítico, com risco técnicoambiental elevado e efeitos econômicos sistêmicos.

Por isso, a concessão de um canal de acesso deve ser lida com mudança de paradigma de controle por metros cúbicos dragados, para controle por resultado (calado mínimo, disponibilidade, tempo de resposta, confiabilidade dos levantamentos). A diferença não é semântica. Obrigações de performance, com critérios de medição e auditoria claros, reduzem a zona cinzenta entre “serviço prestado” e “pleito inevitável” de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, prorrogação de prazo, recomposição de custos etc.

O movimento atual de concessões de canais nasce para organizar esse problema. O precedente de Paranaguá/Antonina (PR), descrito pelo Governo como iniciativa inédita e com aval do TCU, indica a aposta em um serviço continuado com responsabilidades amplas de dragagem de aprofundamento, manutenção, sinalização, monitoramento e programas ambientais, sob uma lógica de nível de serviço.

A virtude do modelo, porém, só aparece se a alocação de riscos for “cirúrgica”, com gatilhos objetivos de recomposição e dados auditáveis; sem isso, o conflito apenas muda de fase: do edital para o pós-contrato.

De modo que, do ponto de vista contratual, a matriz de riscos precisa seguir uma lógica simples: alocar ao concessionário o que ele efetivamente controla vinculando essas variáveis a KPIs verificáveis e a um regime de sanções proporcional. Já os riscos sistêmicos ou decorrentes de atos do Poder Público, como licenças e condicionantes, definição de áreas de disposição, interferências supervenientes e fechamentos extraordinários, devem estar amparados por gatilhos objetivos de recomposição, com métricas, prazos e deveres claros de mitigação.

Há ainda um tema que o Direito Marítimo não pode deixar na borda: a segurança da navegação. Se o contrato não definir com precisão quem mede, quem valida, quem comunica restrições e qual é o protocolo de emergência, cria-se um vácuo de deveres e, no incidente, a responsabilidade se pulveriza entre concessionário, Autoridade Portuária e Autoridade Marítima. Transparência de dados e auditoria hidrográfica independente deveriam ser tratados como infraestrutura de confiança.

Nesse sentido, o envio do projeto à Antaq para consulta e audiência públicas deve ser usado para calibrar o nível de serviço, critérios de medição, regras de abatimento por indisponibilidade e arquitetura de reequilíbrio, e se isso não for definido com precisão antes do leilão, o preço aparece depois em aditivos, disputas e paradas operacionais.

A decisão de manter a suspensão reforça que governança de contratação é tão relevante quanto engenharia. Projetos críticos pedem rito robusto, mas previsível: critérios de habilitação e julgamento devem reduzir litígios sobre vícios sanáveis e proteger a vantajosidade real sem relativizar isonomia. E vale prever resolução célere de controvérsias técnicas, como comitê técnico, mediação e arbitragem, porque o tempo do canal não espera a disputa.

Conceder canais de acesso é agenda madura e necessária, mas só vira ganho estrutural se vier com métricas auditáveis de calado e disponibilidade, matriz de riscos objetiva e mensurável, e governança clara entre regulador, Autoridade Portuária e Autoridade Marítima. Sem isso, o Brasil troca um gargalo físico por um gargalo regulatório e dragar, por si, não resolve.

Cristina Wadner escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras

O ENVIO DO PROJETO À ANTAQ PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICAS DEVE SER USADO PARA CALIBRAR O NÍVEL DE SERVIÇO, CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, REGRAS DE ABATIMENTO POR INDISPONIBILIDADE E ARQUITETURA DE REEQUILÍBRIO, E SE ISSO NÃO FOR DEFINIDO COM PRECISÃO ANTES DO LEILÃO, O PREÇO APARECE DEPOIS EM ADITIVOS, DISPUTAS E PARADAS OPERACIONAIS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 05/02/2026

PETRÓLEO E GÁS - SUSPENSÃO DE LIMINARES REFORÇA OBRIGAÇÃO COM O RENOVABIO, DIZ SINDICOM

Para diretor executivo, decisão do STJ consolida a importância de distribuidoras cumprirem as metas ambientais

Do Estadão Conteúdo



O RenovaBio estabelece metas anuais de descarbonização para distribuidoras de combustíveis

A decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que suspendeu liminares favoráveis a distribuidoras de combustíveis inadimplentes com metas de aquisição de Créditos de Descarbonização (CBios) do RenovaBio reforça a necessidade de cumprimento das obrigações ambientais do setor.

Foi isso o que afirmou o diretor executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), Mozart Rodrigues Filho, em nota enviada ao Broadcast Agro, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Para o executivo, o entendimento do tribunal consolida o papel das metas como instrumento central da política climática brasileira.

“A decisão do STJ reforça um princípio essencial da política climática brasileira: não existe transição energética sem responsabilidade ambiental efetiva”, disse Rodrigues Filho. Segundo ele, o RenovaBio foi estruturado para garantir que agentes com maior emissão de gases de efeito estufa contribuam proporcionalmente para a redução das emissões. “Qualquer tentativa de relativizar esse compromisso enfraquece uma política pública estruturante e transfere para a sociedade o custo ambiental das emissões”, afirmou.

O ministro Luis Felipe Salomão atendeu ao pedido da União e determinou a suspensão dos efeitos de liminares concedidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que haviam autorizado distribuidoras a alterar metas compulsórias anuais definidas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Em alguns casos, as decisões permitiam que empresas depositassem valores calculados unilateralmente para aquisição de CBios e evitassem sanções, como o bloqueio da comercialização de combustíveis.

Com a decisão, as liminares permanecem suspensas até o julgamento das eventuais apelações no tribunal de origem ou até o trânsito em julgado das ações. Para o representante do Sindicom, o cumprimento das metas vai além de uma exigência regulatória. “Cumprir as metas de descarbonização é uma obrigação legal, econômica e moral”, declarou.



O RenovaBio estabelece metas anuais de descarbonização para distribuidoras de combustíveis, que devem adquirir CBios, títulos negociados em bolsa que representam a redução certificada de emissões na cadeia de biocombustíveis, como forma de compensar suas emissões e estimular a produção de energia renovável no país.

O RenovaBio integra produtores, distribuidores e o governo para consolidar o Brasil como líder global em bioenergia, conectando sustentabilidade ambiental com desenvolvimento econômico. O objetivo principal é diminuir a intensidade de carbono na matriz de transportes, incentivando fontes renováveis.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO FECHA EM ALTA DE MAIS DE 1% COM TENSÕES NO IRÃ E OTIMISMO SOBRE DEMANDA

A Organização de Países Exportadores de Petróleo e aliados espera que a demanda global pela commodity aumente gradualmente a partir de março e abril

Do Estadão Conteúdo

Os contratos futuros de petróleo fecharam em alta nesta terça-feira, 3, recuperando parcialmente perdas da véspera conforme crescem novamente as tensões entre EUA e Irã, antes de reunião bilateral marcada para esta semana. No Leste Europeu, a Rússia fez novos ataques contra a Ucrânia, apesar das negociações de paz em andamento.

O petróleo WTI para março negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex) fechou em alta 1,72% (US\$ 1,07), a US\$ 63,21 o barril. Já o Brent para abril, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), avançou 1,55% (US\$ 1,03), a US\$ 67,33 o barril.

As tensões entre Estados Unidos e Irã no Oriente Médio cresceram nesta terça-feira, com movimentos intimidatórios do Irã no Estreito de Hormuz e o abatimento de drones do país persa no Mar Árabe por parte dos Estados Unidos.

O risco geopolítico associado à “política externa expansionista dos EUA, especialmente as ameaças em relação ao Irã” tem causado a volatilidade dos preços do petróleo nas últimas quatro semanas, de acordo com analistas da Oanda.

O presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, disse nesta terça-feira que instruiu seu ministro das Relações Exteriores a “buscar negociações justas e equitativas” com os Estados Unidos. O diplomata deve se reunir na próxima sexta-feira em Istambul, na Turquia, com o enviado especial da Casa Branca, Steve Witkoff.

Para Phil Flynn, do Price Futures Group, as negociações de Trump com o Irã buscam uma maior estabilidade na economia global, o que irá trazer benefícios para o comércio como um todo. “Vemos as expectativas de demanda por petróleo aumentando à medida que a economia dos EUA também continua a crescer”, avalia Flynn.

A Organização de Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) espera que a demanda global pela commodity aumente gradualmente a partir de março e abril, de acordo com o vice-primeiro-ministro russo, Alexandre Novak.

No radar, dados compilados pela Bloomberg mostram que as exportações do petróleo russo continuaram estáveis em geral no mês de janeiro, mas que as compras pela Índia caíram ao menor nível desde novembro de 2022.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

ENERGIA - BNDES FINANCIA MAIOR FÁBRICA NACIONAL DE BATERIAS

Por meio do programa Mais Inovação, foram liberados R\$ 280 mi para WEG erguer unidade de sistemas de armazenamento de energia

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A nova unidade da WEG, em Itajaí (SC), será destinada a regularizar e armazenar a produção de fontes solar e eólica

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 280 milhões, via programa Mais Inovação, para a WEG reformar uma planta e erguer, em Itajaí, Santa Catarina, a maior fábrica nacional de sistemas de armazenamento de energia em baterias (BESS).

A nova unidade, destinada a regularizar e armazenar a produção de fontes solar e eólica, é o primeiro projeto contratado no âmbito da Chamada Pública para Seleção de Planos de Negócio para Investimentos na Transformação de Minerais Estratégicos para Transição Energética e Descarbonização - Ação Conjunta de Fomento BNDES-Finep.

“Este projeto tem importância estratégica para o Brasil. É mais um passo importante na agenda de descarbonização, ao contribuir para reforçar a segurança energética, ampliar a resiliência da rede elétrica e a expansão das fontes renováveis. Sob orientação do presidente Lula, o Brasil está construindo um novo ciclo de desenvolvimento, com inovação e sustentabilidade”, afirmou em nota o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Com conclusão prevista para o segundo semestre de 2027, a planta criará 90 empregos diretos e ampliará a capacidade produtiva da WEG em sistemas BESS em 2 GWh ao ano, o equivalente a 400 sistemas de 5 MWh. A linha adotará a arquitetura cell-to-pack, já empregada por líderes globais, e contará com alto grau de automação, robôs móveis autônomos e laboratório de testes para acelerar o desenvolvimento de soluções sob medida e ampliar o domínio tecnológico brasileiro.

Para o presidente da WEG, Alberto Kuba, o investimento posiciona a companhia e o País “de forma mais competitiva no cenário global”, ao atender tanto grandes usinas quanto clientes comerciais e industriais com produtos de maior conteúdo local.

Fundada em 1961, a WEG possui operações industriais em 18 países, emprega 49 mil pessoas e faturou R\$ 38 bilhões em 2024, 57% no exterior. A nova fábrica consolida a estratégia de inserir a indústria brasileira na cadeia global da transição energética e reforçar a autonomia nacional em um mercado em rápida expansão.

Segundo o banco, a nova fábrica terá também grande grau de automação. Haverá linhas de montagem automáticas e semiautomáticas integradas na montagem final dos sistemas. As movimentações internas frequentes serão realizadas por robôs móveis autônomos (AMR em inglês).

Será criada ainda uma estrutura de apoio, com um laboratório de testes e desenvolvimento, uma subestação de energia, e ampliação da planta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

ENERGIA - “A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PRECISA ALCANÇAR QUEM MAIS PRECISA”, DIZ SILVEIRA

Ministro de Minas e Energia destaca papel social deste processo sustentável em evento que reuniu especialistas do setor

Do Estadão Conteúdo

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou, nesta quarta-feira (4/2), da 4ª edição do Tá na Mesa IEJA – A Transição Energética no Brasil: Cenário Atual e Perspectivas, no Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados (IEJA), em Brasília. O encontro reuniu autoridades dos Três Poderes, especialistas e lideranças estratégicas para discutir os rumos da política energética brasileira.

Durante o painel, o ministro apresentou a visão do Governo do Brasil de que a transição energética vai além da modernização tecnológica e precisa estar associada à inclusão social e à redução das desigualdades. Silveira destacou os programas Gás do Povo e Luz do Povo como exemplos de políticas públicas que colocam as pessoas no centro da agenda energética.

“A transição energética precisa alcançar quem mais precisa. Implantamos o Gás do Povo e o Luz do Povo para garantir dignidade, reduzir desigualdades e assegurar que ninguém fique para trás nesse processo”, afirmou o ministro de Minas e Energia.

Alexandre Silveira ressaltou que o Gás do Povo já beneficia milhões de brasileiros com o fornecimento gratuito do botijão de gás, contribuindo para a segurança alimentar, a saúde de mulheres e crianças e a erradicação do uso de combustíveis inadequados no preparo de alimentos. Já o Luz do Povo promove a gratuidade ou descontos na conta de energia elétrica para famílias de baixa renda, ampliando o acesso a um serviço essencial.

O ministro também destacou o protagonismo do Brasil no cenário internacional da transição energética, impulsionado por uma matriz elétrica majoritariamente renovável, políticas públicas estruturantes e investimentos em transmissão, biocombustíveis, hidrogênio de baixo carbono e minerais estratégicos.

Segundo Alexandre Silveira, o país reúne condições únicas para liderar esse processo de forma sustentável, com desenvolvimento econômico e justiça social. “O Brasil não discute mais o potencial. Discute escala, competitividade e liderança global. Estamos prontos para receber investimentos robustos, gerar valor compartilhado e liderar a transição energética de forma segura, sustentável e economicamente viável”, afirmou o ministro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

MINERAÇÃO - MPF PEDE BLOQUEIO DE R\$ 200 MILHÕES DA VALE POR VAZAMENTO EM MINA

Ação envolve a Mina de Viga e aponta falhas operacionais após extravasamento de água e sedimentos que atingiu cursos d’água ligados ao rio Paraopeba

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O caso da Mina de Viga ocorreu menos de 24 horas depois de um incidente semelhante na Mina de Fábrica, também operada pela Vale e localizada a cerca de 22 quilômetros

O Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça Federal o bloqueio de R\$ 200 milhões da Vale e a suspensão da venda ou transferência dos direitos minerários da Mina de Viga, em



Congonhas (MG), em razão de vazamento de água e sedimentos ocorrido no local no fim de janeiro. A medida integra um conjunto de ações ajuizadas pelo órgão após incidentes registrados em duas minas da companhia no município mineiro.

De acordo com o MPF, a ação referente à Mina de Viga é uma segunda cautelar apresentada contra a mineradora. Vistorias técnicas realizadas após o incidente indicaram que o extravasamento ocorreu em estruturas conhecidas como sumps, reservatórios destinados ao controle do fluxo de água. Após um período de chuvas intensas, dois desses tanques transbordaram, provocando um processo erosivo em cascata.

Para os procuradores, o episódio evidencia falhas operacionais. Segundo a ação, as estruturas não dispunham de sistemas de drenagem adequados para suportar eventos de chuva forte, em desacordo com as obrigações da empresa de prevenir extravasamentos. O vazamento atingiu cursos d'água que alimentam o rio Paraopeba, causando assoreamento de córregos e danos à vegetação.

O caso da Mina de Viga ocorreu menos de 24 horas depois de um incidente semelhante na Mina de Fábrica, também operada pela Vale e localizada a cerca de 22 quilômetros. Em relação a esse segundo episódio, o MPF ajuizou outra ação cautelar, com pedido de bloqueio de R\$ 1 bilhão. Somados, os valores requeridos pelo órgão chegam a R\$ 1,2 bilhão, quantia que, segundo o MPF, corresponde a danos ambientais a serem reparados.

Na avaliação do Ministério Público Federal, houve “falha no controle da operação de estruturas de contenção de efluentes da mina”. Além disso, o órgão sustenta que a Vale não comunicou imediatamente o ocorrido às autoridades competentes, o que teria contrariado deveres legais de transparência e dificultado a atuação da Defesa Civil. “Além disso, a mineradora não comunicou o fato imediatamente às autoridades, o que contraria deveres legais de transparência e dificulta a resposta da Defesa Civil”, afirmou o MPF, em nota.

Os procuradores também pediram que a Justiça determine à empresa a contratação de uma auditoria técnica independente para acompanhar as obras necessárias à garantia da segurança das minas. Outra solicitação é que a Vale apresente, em curto prazo, um relatório completo sobre a situação de estruturas semelhantes em todas as suas minas em Minas Gerais.

Outro lado

Procurada, a Vale informou que tomou conhecimento da ação relacionada à Mina de Viga. “A empresa já se manifestou nos autos e apresentará oportunamente a sua defesa, dentro do prazo legal”, afirmou, em nota.

Os vazamentos ocorreram entre os dias 25 e 26 de janeiro. No caso da Mina de Fábrica, houve o rompimento de uma cava, e o material transbordado atravessou o dique Freitas, carreando sedimentos e rejeitos de mineração. Segundo o MPF, cerca de 263 mil metros cúbicos de água turva, contendo minério e outros materiais do processo de beneficiamento mineral, foram liberados no ambiente.

Esse material atingiu inicialmente uma área pertencente à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), provocando danos materiais, e seguiu até o rio Goiabeiras, que atravessa parte da área urbana de Congonhas. O Goiabeiras é afluente do rio Maranhão, que deságua no Paraopeba — o mesmo curso d'água impactado pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, em janeiro de 2019.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

MINERAÇÃO - OURO SOBE COM TENSÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E IRÃ

Avanço do dólar limita ganhos do metal, que fecha abaixo de US\$ 5 mil a onça na Comex
Do Estadão Conteúdo

O contrato mais líquido do ouro fechou em alta na quarta-feira, 4, em sessão volátil marcada pelo aumento das tensões entre os EUA e o Irã, após informações de que a reunião prevista para sexta-feira pode não ocorrer. O avanço do dólar no exterior, no entanto, limitou os ganhos da commodity.

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para abril subiu 0,32%, a US\$ 4.950,80 por onça-troy, novamente abaixo da marca de US\$ 5 mil. A prata para março avançou 1,31%, a US\$ 84,396 por onça-troy. O ouro alternou altas e baixas ao longo do pregão, com investidores ajustando carteiras diante das incertezas geopolíticas. No fim da sessão, informações não oficiais sobre o cancelamento das conversas entre EUA e Irã sobre um acordo nuclear recolocaram o metal em território positivo. Ainda assim, a força do dólar impediu ganhos mais expressivos, distantes da alta de cerca de 2% registrada pela manhã.

O Goldman Sachs vê possibilidade relevante de alta para a projeção de US\$ 5.400 por onça-troy em dezembro, avaliando que a maior diversificação do setor privado pode sustentar a demanda, tanto por compras físicas quanto por estratégias com opções.

Na mesma linha, estrategistas do OCBC Group Research afirmam que os suportes estruturais dos metais preciosos seguem intactos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

MINERAÇÃO - EUA ARTICULAM ALIANÇAS GLOBAIS PARA GARANTIR SUPRIMENTO DE MINERAIS

Acordos com México, União Europeia, Japão e Argentina buscam reduzir dependência da China e reforçar a segurança das cadeias produtivas

Do Estadão Conteúdo



EUA, União Europeia e Japão afirmaram que pretendem desenvolver planos de ação conjuntos e explorar uma iniciativa comercial plurilateral com países de visão semelhante

Os Estados Unidos anunciaram na quarta-feira, 4, um conjunto de alianças internacionais voltadas ao fortalecimento das cadeias de suprimento de minerais críticos, incluindo terras raras, em uma ofensiva diplomática que envolve

México, União Europeia, Japão e Argentina. As iniciativas foram formalizadas após uma reunião ministerial em Washington que reuniu representantes de dezenas de países e refletem a crescente preocupação das economias desenvolvidas com a elevada concentração da produção e do processamento desses insumos estratégicos, hoje dominados pela China.

A principal frente anunciada envolve o México. O Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) informou a promulgação do Plano de Ação EUA–México sobre minerais críticos. Pelo acordo, os dois países vão trabalhar na coordenação de políticas comerciais e na criação de mecanismos destinados a reduzir vulnerabilidades nas cadeias de suprimento da América do Norte. O plano prevê a identificação de minerais críticos de interesse comum e a discussão de instrumentos para mitigar distorções de mercado.

Entre as medidas em análise está a possibilidade de adoção de pisos de preços ajustados na fronteira para importações desses minerais, além da avaliação de como esses mecanismos poderiam ser incorporados, nos próximos 60 dias, a um acordo plurilateral vinculante sobre o comércio de minerais críticos. Segundo o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer, o plano de ação demonstra o compromisso conjunto dos dois países em enfrentar práticas que fragilizaram o abastecimento regional e aprofunda a cooperação bilateral no contexto da revisão do acordo Estados Unidos–México–Canadá (USMCA).

Paralelamente, Washington avançou em entendimentos com a União Europeia e o Japão. Em comunicado conjunto, os três atores anunciaram a decisão de intensificar a cooperação para reforçar a segurança econômica e nacional por meio do fortalecimento das cadeias globais de suprimento de minerais críticos. Como primeiro passo, Estados Unidos e União Europeia pretendem concluir, em até 30 dias, um memorando de entendimento bilateral focado na ampliação da segurança dessas cadeias.

O memorando deverá mapear áreas de cooperação destinadas a estimular a demanda e diversificar a oferta, abrangendo projetos de mineração, refino, processamento e reciclagem. Também estão previstas medidas para reduzir riscos de interrupções no fornecimento, promover pesquisa e inovação e facilitar a troca de informações sobre estoques estratégicos. O engajamento americano nesse acordo ficará sob a liderança do Departamento de Estado.

O Japão participa da coordenação mais ampla entre as três economias e já mantém um arcabouço específico com os Estados Unidos. Em outubro de 2025, os líderes dos dois países assinaram um acordo voltado a garantir o fornecimento de minerais críticos e terras raras por meio de projetos de mineração e processamento, com escopo semelhante ao previsto no entendimento entre Washington e Bruxelas. Além disso, Estados Unidos, União Europeia e Japão afirmaram que pretendem desenvolver planos de ação conjuntos e explorar uma iniciativa comercial plurilateral com países de visão semelhante.

Argentina

Na América do Sul, os Estados Unidos também avançaram em direção à Argentina. Os dois países assinaram um instrumento-quadro para o fortalecimento do suprimento em mineração e processamento de minerais críticos, durante reunião ministerial convocada pelo secretário de Estado americano, Marco Rubio. Segundo o governo argentino, o acordo ratifica a associação estratégica entre os países e o compromisso com o desenvolvimento de um suprimento seguro, resiliente e competitivo.

De acordo com Buenos Aires, a iniciativa busca consolidar cadeias de valor mais robustas e diversificadas, criar um ambiente favorável à atração de investimentos produtivos de longo prazo e responder ao crescimento da demanda global e à incorporação de tecnologias avançadas. O governo argentino destacou que, em um contexto de estabilidade macroeconômica e de regras claras para o investimento, a mineração vem se consolidando, ao lado da energia e da agroindústria, como um dos pilares do processo de transformação econômica do país.

As estimativas oficiais indicam que a Argentina pode elevar suas exportações totais em cerca de US\$ 100 bilhões nos próximos sete anos, com participação crescente da mineração, que poderia superar US\$ 20 bilhões e alcançar mais de US\$ 30 bilhões ao final da próxima década.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

INDÚSTRIA - PACOTE DE R\$ 2 BI TENTA FREAR CRISE DA INDÚSTRIA QUÍMICA EM CUBATÃO

Anunciados por Geraldo Alckmin, incentivos elevam orçamento do regime especial do setor e são apresentados como resposta à concorrência externa

Por JUNIOR BATISTA redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo o ministro Geraldo Alckmin, os recursos serão destinados ao Regime Especial da Indústria Química, que teve seu orçamento ampliado de R\$ 1 bilhão para R\$ 3 bilhões

O governo federal anunciou um pacote de R\$ 2 bilhões em incentivos fiscais para empresas químicas do país,



medida que deve beneficiar diretamente as indústrias instaladas em Cubatão (SP), um dos principais polos do setor no Brasil. O anúncio foi feito pelo vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, durante reunião com deputados, vereadores do município, representantes de sindicatos e de empresas da indústria química.

Segundo Alckmin, os recursos serão destinados ao Regime Especial da Indústria Química, que teve o orçamento ampliado de R\$ 1 bilhão para R\$ 3 bilhões. “Isso é importante porque estimula a manutenção dos empregos e o crescimento e a competitividade da indústria química, que é uma indústria estratégica”, afirmou o vice-presidente.

Além da ampliação dos incentivos, o governo também anunciou o reforço de medidas de defesa comercial para combater a concorrência desleal no setor. Alckmin destacou que o país não pode aceitar práticas como o dumping, quando produtos estrangeiros entram no mercado nacional com preços abaixo do custo. “Nós não podemos aceitar dumping. Hoje estamos com 17 processos de antidumping em curso, uma defesa comercial legítima, prevista na Organização Mundial do Comércio”, disse.

O anúncio ocorre em um momento delicado para a indústria química em Cubatão. Em 2025, duas empresas que atuavam há décadas no município encerraram suas atividades. O polo industrial da cidade reúne cerca de 25 grandes empresas e é referência nacional nos setores de petroquímica, siderurgia, química e fertilizantes. A proximidade com o Porto de Santos e o Sistema Anchieta-Imigrantes confere ao município um papel estratégico na economia do estado de São Paulo e do Brasil.

A ampliação dos incentivos fiscais é vista pelo setor como uma resposta direta às pressões de lideranças industriais, políticas e sindicais de regiões fortemente industrializadas, como Cubatão, que vêm alertando para o risco de esvaziamento do polo químico local. Em janeiro, o prefeito Cesar Nascimento já havia levado ao governo federal a preocupação com o fechamento recente de fábricas e seus impactos sobre a economia do município.

Cenário setorial

De acordo com o sindicato que representa as empresas do setor, a alta competitividade com companhias internacionais agravou a crise das indústrias nacionais. Ao longo de 25 anos, mais de 7 mil postos de trabalho foram perdidos nas empresas instaladas em Cubatão, o que reforça a preocupação com a preservação do emprego e da atividade industrial na região.

Entidades representativas da indústria química avaliam que o cenário atual é crítico. Além da perda de unidades produtivas, o setor opera com elevado nível de ociosidade e enfrenta avanço das importações, redução de participação no mercado interno e custos de produção considerados elevados em comparação aos concorrentes internacionais, especialmente em itens como energia e matérias-primas.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria Química, a retração de um polo com a dimensão de Cubatão acende um alerta sobre o risco de desestruturação da base industrial do setor no país. Para a entidade, medidas emergenciais como o reforço do regime fiscal são necessárias para evitar perdas mais profundas enquanto não entram em vigor políticas de alcance mais estrutural.

Ações futuras

Como parte das ações de médio e longo prazo para estimular o setor, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 15.294, que institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq). A iniciativa prevê incentivos fiscais superiores a R\$ 10 bilhões, com investimentos programados entre janeiro de 2027 e dezembro de 2031. Ainda de acordo com representantes do setor, o fortalecimento do Regime Especial da Indústria Química ajuda a preencher um intervalo até que os incentivos previstos no Presiq passem a produzir efeitos econômicos mais amplos, contribuindo para preservar empregos, estimular investimentos e dar maior previsibilidade às empresas instaladas no país.

O prefeito de Cubatão, Cesar Nascimento, comemorou os anúncios e destacou a importância da articulação institucional. “Precisamos da união de todos neste momento”, afirmou. Já o deputado federal Paulo Alexandre Barbosa, da Baixada Santista, que articulou a reunião com o vice-presidente, ressaltou o foco na preservação dos postos de trabalho. “Estamos lutando pela indústria química do Brasil e pelo polo de Cubatão, especialmente pela preservação dos empregos para o povo da cidade”, declarou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - MERCOSUL-UE: EVENTUAL REGULAÇÃO DE SALVAGUARDAS GERA TEMOR

Integrantes do governo brasileiro avaliam que a medida poderia dar munição aos países europeus que são contra o acordo

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O governo Lula olha com receio o pedido do setor produtivo de criação de um marco legal sobre salvaguardas

Interlocutores do governo veem com apreensão o pedido do setor produtivo para criação de um marco legal sobre salvaguardas bilaterais no Brasil no âmbito do acordo entre Mercosul e União Europeia, com a regulamentação de procedimento específico para salvaguardas.

Integrantes do Executivo avaliam que a medida pode dar munição aos lados contrários ao acordo, como o de alguns países europeus.

O regulamento das salvaguardas agrícolas estabelecido pela UE prevê um gatilho relacionado ao aumento das importações e aos preços de produtos considerados sensíveis para intervenção da Comissão Europeia e até mesmo à suspensão temporária das preferências tarifárias.

Entidades do agronegócio brasileiro articulam medidas internas que mitiguem os impactos das salvaguardas agrícolas europeias e que deem “garantia” ao agronegócio nacional de acesso ao mercado europeu quando o acordo entrar em vigor. O movimento antecede a ratificação do acordo comercial entre Mercosul e o bloco europeu pelo Congresso Nacional.

A Frente Parlamentar da Agropecuária, por sua vez, pediu em ofício ao vice-presidente Geraldo Alckmin a estruturação de contramedidas antecipadas para as salvaguardas europeias e a criação de um marco legal sobre salvaguardas bilaterais do Brasil como “condição para ratificação do acordo”.

O alerta reverberado pelo Executivo é de que se faz necessária a leitura da dinâmica como um todo, não estritamente apenas às salvaguardas agrícolas, para evitar que um regramento interno não seja visto como um convite para reabertura do acordo ou que seja instrumentalizado pelas partes contrárias. O questionamento e revisão do acordo, segundo pessoas a par do tema, seria de interesse de partes da União Europeia.

Para interlocutores do governo, os mecanismos de defesa comercial previstos hoje no Brasil, em especial a lei da reciprocidade econômica, já atendem à eventual necessidade de resposta às medidas europeias, não havendo necessidade de procedimento específico de salvaguardas locais. O arcabouço jurídico interno também conta com outros instrumentos de defesa comercial amplamente já utilizados pelo País, destacam essas pessoas.



Há ainda uma série de mecanismos contemplada no próprio acordo que já permite resposta ao eventual acionamento das salvaguardas europeias. O acordo prevê, por exemplo, um mecanismo de reequilíbrio de concessões e um mecanismo para solução de controvérsias.

Esses instrumentos permitem que o Brasil, bem como os demais países sul-americanos, possa até mesmo em “momento oportuno” questionar a regulamentação das salvaguardas agrícolas europeias com o argumento de que se trata de uma medida unilateral e que afeta as bases comerciais acordadas, ou conduzir uma investigação própria de salvaguardas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - SOBRETAXAS SÃO USADAS PARA REDUZIR TARIFAS APLICADAS AOS EUA , DIZ BESENT

Segundo o secretário do Tesouro americano, a estratégia também é utilizada nas negociações com o Brasil

Do Estadão Conteúdo

Questionado nesta quarta-feira, 4, sobre os efeitos das tarifas a outros países para apoiar a indústria americana, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, respondeu que a administração as usou visando reduzir aquelas aplicadas aos produtos norte-americanos, como nos casos de Brasil e Colômbia.

As respostas ocorreram em testemunho perante o Comitê de Serviços Financeiros da Câmara dos Representantes, no qual Bessent se negou a afirmar se uma declaração antiga sua de que as tarifas eram inflacionárias estava correta.

Também evasivo, ao ser questionado, Bessent não respondeu sobre quais dispositivos legais Washington possui para comandar setores da Venezuela, especialmente o de hidrocarbonetos.

Por sua vez, apontou: “teremos auditores externos para monitorar o fluxo de fundos petrolíferos à Venezuela”. Bessent disse ainda que as prioridades de Defesa são as mesmas da economia, “começando com minerais críticos”.

Em outra frente, o presidente Donald Trump afirmou nesta quarta-feira ter conversado com o líder chinês Xi Jinping sobre diversos temas em uma “excelente” ligação, destacando o comércio.

Segundo ele, Pequim considera ampliar a compra de bens de agricultura acima do acordado no ano passado, incluindo aumentar a aquisição de soja para 20 milhões de toneladas na safra atual. “Eles se comprometeram a aumentar para 25 milhões de toneladas na próxima safra!”, escreveu o republicano na Truth Social.

Trump acrescentou que a conversa abordou a compra de petróleo e gás produzidos nos EUA pela China, entregas de peças de aeronaves e “diversos outros assuntos, todos muito positivos”.

Além disso, Trump e Xi falaram sobre a viagem do republicano para a China em abril, a qual “estou ansioso para que aconteça!” acrescentou ele.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

POLÍTICA - NÃO TEM COMO HADDAD FUGIR DESSA MISSÃO, DIZ TEBET

Ministra do Planejamento diz que Fernando Haddad precisa ter consciência e reforça o coro para que ele seja candidato em SP

Do Estadão Conteúdo



Simone Tebet acredita que Haddad é um dos nomes ideais para concorrer ao governo de São Paulo

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, defendeu que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se coloque à disposição para ser candidato em outubro deste ano. Ela disse que não tem como ele “fugir dessa missão”, que “o quadro não fecha sem ele” e que “ele precisa ter essa consciência”.

“O presidente está conversando com o vice-presidente Geraldo Alckmin e com o ministro Fernando Haddad. Esse é o próximo passo. Conversou esta semana e vai conversar na semana que vem”, afirmou.

“E vamos ver, eu acho que não há possibilidade de não ter pelo menos uma dupla em São Paulo. Uma andorinha não faz verão, né. Não tem como o ministro Haddad fugir dessa missão, assim. O quadro não fecha sem ele. E ele precisa ter essa consciência. Eu acho que ele tem”, declarou a ministra.

Tebet disse ter se colocado à disposição para ser candidata ao Senado - e não ao governo estadual. Também afirmou que Haddad e Alckmin seriam melhores candidatos ao governo por terem mais conhecimento e mais história em São Paulo.

“Acho que os melhores nomes para o governo de São Paulo, por toda a história, por conhecerem, por estarem mais atrelados à própria figura do presidente Lula, é o Haddad por ser do PT e o Alckmin por ser vice. A gente está falando em angariar votos para a majoritária federal. Esses dois nomes, a meu ver, no governo do Estado, puxam mais votos. É uma percepção que eu tenho. Mas esse processo, quem vai liderar é o presidente Lula”, declarou.

“Eu já me coloquei à disposição do presidente para disputar a vaga de Senado, ou em Mato Grosso do Sul ou em São Paulo. Ou seja, eu já me coloquei à disposição do time. E acredito que os dois (Alckmin e Haddad) também farão a mesma coisa”, finalizou.

Tebet foi questionada se o martelo já está batido sobre o assunto e disse que não. Também afirmou que deve haver uma nova conversa após o carnaval para decidir a chapa paulista.

Apoio

O presidente do PDT, Carlos Lupi, afirmou nas redes sociais, após um encontro com o presidente do PT, Edinho Silva, que seu partido reafirmou a aliança para a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência.

Na mesma postagem, afirmou que o PT teria se comprometido a apoiar as candidaturas de Juliana Brizola, no Rio Grande do Sul, de Alexandre Kalil, em Minas Gerais, e de Requião Filho, no Paraná.

Pouco mais de 1 hora depois, contudo, Kalil foi às redes dizer, sem citar a postagem de Lupi, que só sobe em seu palanque quem ele quiser. E o PT negou que tenha se comprometido com o apoio.

“Eleição é um saco: no meu palanque só sobe quem EU quiser”, publicou em seguida Kalil, sem referências à postagem do presidente de seu partido.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

TECON SANTOS 10, O NOVO CRONOGRAMA

A versão final do edital para a concessão do Tecon Santos 10, o megaterminal de contêineres e carga geral a ser implantado no Porto de Santos (SP), deve ser definida na próxima semana, em uma reunião no Ministério de Portos e Aeroportos, segundo fontes ligadas a pasta. Como consequência, o texto deve ser publicado entre o final deste mês e o início do próximo e o leilão da instalação ocorrerá em abril. No final do ano passado, a expectativa era de que o edital fosse divulgado no mês passado e o leilão ocorresse já em março.

A BATIDA DE MARTELO

Se esse novo cronograma para a implantação do Tecon Santos 10 se confirmar - o Ministério de Portos e Aeroportos já trabalha com esses novos prazos - não será o ministro Sílvio Costa Filho quem dará a batida do martelo confirmando o resultado do leilão do terminal. Ele deve deixar o cargo no início de abril para disputar uma das duas vagas no Senado por seu estado natal, Pernambuco. A sessão de concessão, então, será presidida pelo sucessor de Sílvio - atualmente, o nome mais cotado para substituí-lo no cargo é o do secretário-executivo da pasta, Tome Franca.

ACORDO COM A UE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva oficializou, na última segunda-feira, o envio do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia (UE) para o Congresso Nacional. Agora, os parlamentares precisam aprovar o tratado para que ele possa entrar em vigor, o que deve ocorrer ao longo das próximas semanas em votações tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Ambas as casas legislativas sinalizaram que a pauta tem prioridade. O acordo, que estabelece a maior zona de livre comércio do mundo, com mais de 720 milhões de habitantes, foi assinado por representantes dos dois lados no último dia 17 de janeiro, em Assunção, no Paraguai. Pelos termos, o tratado comercial prevê a eliminação de tarifas alfandegárias sobre a maior parte dos bens e serviços produzidos entre os dois blocos.

O ATRASO E A EXPECTATIVA

Mesmo com a assinatura formal entre os dois blocos, a internalização do acordo precisa ser feita pelos congressos nacionais de cada um dos países do Mercosul, bem como do Parlamento Europeu. No caso dos europeus, o encaminhamento do acordo para análise do Tribunal de Justiça da União Europeia acabou travando o texto e pode atrasar em até dois anos essa etapa final. A expectativa do governo brasileiro é de que a aprovação pelo Congresso Nacional ajude a pressionar o avanço do acordo por parte do Parlamento Europeu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

POLÍTICA - REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS TEM IMPACTO DE R\$ 4,3 BI ANUAIS

Valor equivale ao pagamento de 500 mil benefícios do Bolsa Família durante um ano inteiro, avalia o CLP

Do Estadão Conteúdo



O custo real na Câmara e no Senado depende de algumas hipóteses porque as casas não informam detalhes importantes, diz o Centro de Liderança Pública

A reestruturação de carreiras dos servidores da Câmara e do Senado aprovada na terça-feira, 3, terá impacto de R\$ 4,3 bilhões anuais, segundo cálculos do Centro de Liderança Pública (CLP). Esse valor equivale ao pagamento de um ano de Bolsa Família para 500 mil famílias, competindo, na prática, com outras despesas sociais.



A organização afirma que a medida cria um mecanismo de aumento concentrado no topo da administração legislativa com potencial de pressionar o teto do funcionalismo e ampliar desigualdades dentro do próprio Estado. Além disso, a mudança embaralha o debate sobre a reforma administrativa e a limitação dos chamados de penduricalhos.

O CLP lembra que grande parte da controvérsia pública sobre verbas acima do teto do funcionalismo se concentra no Judiciário e no Ministério Público, onde parcelas indenizatórias e pagamentos retroativos costumam aparecer como o principal vetor de distorção. “Ao adotar um mecanismo semelhante no topo do Legislativo, o Congresso sinaliza que esse tipo de solução é uma prática replicável entre Poderes, o que tende a reduzir o custo político de manter e expandir benefícios desse tipo”, continua a nota.

A entidade alerta ainda que o custo real depende de algumas hipóteses porque nem Câmara nem Senado informam no próprio texto da lei “quantos, de fato, converterão dias em dinheiro”, no caso da licença-compensatória, que pode ser convertida em dinheiro.

Pelo texto da Câmara, a regra permite acumular licença e, em caso de necessidade do serviço, transformar os dias não gozados em indenização. A licença-compensatória vale para servidor efetivo que exerça função comissionada FC-4 ou superior, com concessão limitada a 10 dias por mês (na prática, até 1/3 do mês). O cálculo considera um mês de 30 dias e a indenização, quando paga, é calculada como 1/30 da remuneração por dia convertido em pecúnia.

No Senado, o projeto também cria uma Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico (com percentuais de 40% a 100% do maior vencimento básico do cargo, a depender de regras internas) e prevê a indenização da licença-compensatória com lógica semelhante, de 1/30 da remuneração bruta por dia (excluídas parcelas eventuais/ temporárias).

De acordo com o CLP, no Senado, ao menos a distribuição das funções comissionadas (FC) é pública e permite calibrar cenários. Atualmente são 1.677 funções comissionadas, com mais de mil sendo nível 1 e 2 (os de maior remuneração). Como não está disponível a “remuneração total” de cada servidor por função (que inclui salário do cargo efetivo e outras parcelas), uma forma conservadora de aproximar o custo é usar apenas a remuneração bruta das próprias Funções Comissionadas.

Nessa base, a folha mensal das FCs do Senado fica perto de R\$ 11,5 milhões. Se a licença paga em dinheiro equivaler, em média, a 10% de um mês (por exemplo, 3 dias convertidos), o custo seria cerca de R\$ 1,15 milhão por mês (quase R\$14 milhões/ano). No cenário máximo, com 33,3% (10 dias/mês convertidos), isso sobe para cerca de R\$ 3,84 milhões/mês (cerca de R\$46 milhões/ano).

Na Câmara, há 1.733 cargos comissionados no total, mas não há tabulação da distribuição de cargos. A lei da Câmara fixa o mecanismo (1/30 por dia; limite de 10 dias/mês), então o custo vai depender essencialmente de quantos entram e de quantos dias serão convertidos em pecúnia em vez de gozados como folga. No máximo, há cerca de R\$ 40 milhões anuais. Junto ao custo do penduricalho no Senado, há pelo menos um custo agregado de R\$ 80 milhões por ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

POLÍTICA - CPMI DO INSS AVALIA CONDUÇÃO COERCITIVA DE DANIEL VORCARO

Estado Conteúdo

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), senador Carlos Viana (Podemos-MG), avalia recorrer à condução coercitiva caso o empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, não compareça ao depoimento marcado para 26 de fevereiro.

Nesta terça-feira, 3, o senador atendeu a um pedido da defesa de Vorcaro e adiou o depoimento que estava marcado para esta quinta, 5, para depois do Carnaval.

“A CPMI pode determinar trazê-lo sob condução coercitiva. Vai ficar muito pior se no dia 26 não acontecer o que nós acertamos com a defesa, que é mandar a polícia buscá-lo em casa, uma vez que nós já temos até a autorização do Supremo Tribunal Federal para que ele venha”, disse Viana em entrevista à CNN Brasil nesta quarta-feira, 4.

“É hora do seu Vercaro começar a falar. Fui muito firme com a defesa para que ele comece a falar para 254 mil aposentados que tinham os descontos pelo banco dele sem confirmação de origem. Ou seja, o INSS repassava o dinheiro ao Banco Master”, disse. “Nós queremos entender de onde ele conseguiu essa carteira”, complementou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

POLÍTICA - ALIADO DE EDUARDO BOLSONARO QUER PL CONTRA TARCÍSIO EM SP

Deputado estadual Gil Diniz sugere que o partido tenha candidato próprio na disputa do governo de São Paulo

Do Estadão Conteúdo



A declaração de Gil ocorre no mesmo momento em que o PL tenta encaixar um vice na chapa de Tarcísio

O deputado estadual de São Paulo Gil Diniz (PL) ironizou nesta terça-feira, 3, no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e afirmou que o PL deveria ter candidato próprio ao Palácio dos Bandeirantes.

Na semana passada, após visitar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Tarcísio afirmou que a avaliação do aliado é que outras candidaturas da direita vão reforçar a disputa contra presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“Essa mesma lógica vale para o governo de São Paulo? Porque se vale para o governo de São Paulo, vale a pena o Partido Liberal ter um candidato também, porque ajuda a chapa de (deputado) estadual, ajuda a chapa de (deputado) federal. O Partido Liberal é o maior partido do Estado de São Paulo e o maior partido do Brasil”, disse Gil Diniz no plenário. Tarcísio deve concorrer à reeleição.

Cotado para disputar uma vaga no Senado, ele é aliado do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e adotou Bolsonaro como sobrenome político, como consta no site da Alesp.

A declaração de Gil ocorre no mesmo momento em que o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, tem defendido o nome do presidente da Alesp, deputado André do Prado, como vice na chapa encabeçada por Tarcísio na disputa pelo Palácio dos Bandeirantes.

Já como Gil Diniz Bolsonaro, o parlamentar negou que a inclusão do sobrenome tenha caráter eleitoral. “Não tenho problema nenhum em colocar no meu nome parlamentar o nome do presidente Bolsonaro. Não é uma maneira politiqueria de fazer uso indevido do nome do presidente, mas de marcar posição: aqui, sim, nós defendemos o presidente Bolsonaro e sua família. Com o nome ou sem o nome, isso não define se somos bolsonaristas”, afirmou.

O embate entre Gil Diniz e Tarcísio não é algo novo. Como mostrou o Estadão, o governador tem sido criticado por atuar contra a indicação do deputado à liderança do Partido Liberal na Alesp.

Conhecido como “Carteiro Reação”, Diniz é um dos principais nomes da bancada bolsonarista na Assembleia e foi apontado por Eduardo Bolsonaro como seu substituto na disputa pelo Senado em São Paulo. A movimentação do governador contra um aliado da família incomodou Eduardo, segundo pessoas próximas ao filho do ex-presidente.



A troca no comando da bancada do Partido Liberal na Alesp ocorreu após o então líder, Carlos Cezar, ser indicado para o Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP). Segundo deputados do PL ouvidos reservadamente pelo Estadão, Tarcísio manifestou de forma explícita sua preferência por Alex Madureira (PL) a alguns parlamentares e, em outros casos, recorreu a auxiliares para deixar claro à bancada que o deputado era o seu escolhido. O movimento abriu caminho para que o deputado reunisse apoio suficiente e assumisse a liderança no fim do ano passado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

POLÍTICA - MICHELLE DECLARA APOIO A CAROLINE DE TONI APÓS IMPASSE SOBRE SENADO EM SC

Com a pré-candidatura de Carlos Bolsonaro pelo estado, partido não vê espaço para a deputada entrar na disputa

Do Estadão Conteúdo

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) publicou nesta quarta-feira, 4, uma mensagem de apoio à deputada federal Caroline de Toni (PL-SC). A parlamentar afirmou ter ouvido do presidente nacional do Partido Liberal (PL), Valde mar Costa Neto, que não há vaga para ela concorrer ao Senado pela legenda.

Em publicações no Instagram, Michelle compartilhou imagens ao lado de Caroline e também do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) com a deputada. Ao comentar as fotos, a presidente do PL Mulher sinalizou respaldo político à catarinense e indicou que ela conta com o apoio do casal Bolsonaro. “Estaremos com você”, escreveu.

Caroline relatou a interlocutores que ouviu de Valdemar não haver espaço para sua candidatura ao Senado pelo PL. A legenda pretende cumprir um acordo para lançar o ex-vereador Carlos Bolsonaro (PL-SC) e apoiar a reeleição do senador Esperidião Amin (PP-SC) nas duas vagas em disputa neste ano.

Nos bastidores, Valdemar sustenta que precisa cumprir um acordo com o presidente do PP, Ciro Nogueira, para apoiar Amin. Pessoas próximas ao presidente do PL também disseram ao Estadão/Broadcast que o partido não pretende contrariar o ex-presidente Jair Bolsonaro e, portanto, se vê levado a lançar Carlos ao Senado no Estado.

Caroline, no entanto, afirmou que vai manter a sua pré-candidatura ao Senado e cogita mudar de partido. Segundo a deputada, outras seis legendas já lhe fizeram convites: Avante, Podemos, PRD, Novo, MDB e PSD.

“Vou, porque eu estou bem nas pesquisas”, disse a deputada a jornalistas, em evento da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, em Brasília. “Eu me comprometi com deputados, com prefeitos, com todo mundo. Eu não tenho como voltar atrás, mesmo que eu perca”, acrescentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

FINANÇAS - FATURAMENTO DOS SHOPPINGS CRESCE 1,2% EM 2025

Com o maior volume de vendas já registrado, o setor fechou o ano com ganhos de R\$ 200,9 bi

Do Estadão Conteúdo

O faturamento dos shoppings centers no Brasil cresceu 1,2% em 2025 em comparação a 2024, totalizando R\$ 200,9 bilhões. O resultado ficou um pouco abaixo do crescimento inicialmente previsto para este ano, que era de 1,6%. O dado também foi inferior ao resultado de 2024, ano em que houve

elevação de 1,9% nas vendas do setor. Ainda assim, o volume de vendas dos shoppings em 2025 foi o maior já registrado.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira, 4, pela Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), e são nominais, isto é, não descontam a inflação.



O setor encerrou o ano de 2025 com 658 shoppings em atividade, distribuídos por 253 cidades no Brasil

O presidente da entidade, Glauco Humai, considerou o desempenho de 2025 positivo. “As vendas ficaram muito próximas do que esperávamos para este ano. O crescimento de 1,6% foi importante, ainda mais se comparado com outros setores, como a indústria, com resultados abaixo. Então, estamos satisfeitos”, afirmou Humai, durante entrevista coletiva à imprensa.

A taxa de ocupação média dos shoppings foi de 95,4%, um nível saudável e baixo, avaliou Humai, que vê uma boa demanda de lojistas por espaços nos centros de compra. “O que temos hoje é uma vacância técnica. Se o shopping estiver 100% ocupado, não cabem novas lojas, nem chegadas de marcas”, ponderou.

O setor encerrou o ano de 2025 com 658 shoppings em atividade, distribuídos por 253 cidades no Brasil. No último ano ocorreram 10 inaugurações. A área bruta locável (ABL) dos shoppings aumentou 0,9% no mesmo período, chegando a 18,3 milhões de metros quadrados. Para este ano, estão previstas 11 inaugurações segundo a Abrasce.

O número total de lojas no setor aumentou 1,2%, totalizando 124 7 mil em 2025. A taxa de inadimplência dos lojistas foi a 4,3%, a menor da história, segundo a Abrasce, o que mostra uma situação saudável dos comerciantes, na visão de Humai. A quantidade de pessoas empregadas no setor subiu 0,9% no ano, resultando em 1,082 milhões de empregados.

Por sua vez, o fluxo de visitantes mensais nos shoppings apresentou um recuo de 1% em 2025, atingindo 471 milhões de visitantes. O tempo médio de permanência dos visitantes nos shoppings subiu para 80 minutos, um recorde. A média dos últimos anos estava próxima de 73 minutos, enquanto na pandemia ficou abaixo de 30 minutos. E o valor médio gasto pelos consumidores cresceu de R\$ 121 em 2024

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

FINANÇAS - IBOVESPA TEM MAIOR QUEDA DESDE DEZEMBRO

Recuo nesta quarta-feira foi de 2,14%, aos 181.708,23 pontos. Na semana, ganho de 0,19% e no acumulado ano, 12,77%

Do Estadão Conteúdo

No dia seguinte à retomada da renovação de recordes, o Ibovespa ameaçou nesta quarta-feira, 4, o que seria a sua maior queda livre desde o chamado “Flávio Day” - como ficou conhecido o dia do anúncio da pré-candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à presidência da República, e o sismo resultante na precificação dos ativos.

Se em 5 de dezembro passado, o índice da B3 mergulhou 4,31% naquele fechamento - após ter renovado recorde intradia na mesma sessão -, nesta quarta o ajuste negativo chegou a ficar perto de 3%.

Porém, com a melhora em Vale (ON +0,49%) em direção ao fechamento, o índice moderou a perda desta quarta a 2,14%, aos 181.708,23 pontos. Uma variação, que na mínima do dia (180.268 54), superava 5 mil pontos em relação ao nível de abertura, correspondente à máxima do dia, de 185.670,99.

Ao fim, foi a maior perda diária para o Ibovespa desde 16 de dezembro (-2,40%). O giro financeiro, como observado desde janeiro, permanece fortalecido na B3, a R\$ 37,0 bilhões, refletindo o aumento da exposição do investidor de fora ao Brasil com a rotação de ativos desde os Estados Unidos.

Após a realização de lucros desta quarta-feira, o Ibovespa limita o ganho da semana a 0,19% que coincide com o acumulado no mês de fevereiro. No ano, sobe 12,77% e, em 12 meses, agrega 45,20%.

Dólar estável

Depois de operar em baixa firme pela manhã, o dólar ganhou força ao longo da tarde, acompanhando a onda de valorização da moeda americana no exterior, e passou a segunda etapa de negócios entre estabilidade e leve alta. Operadores afirmam que o real se comportou bem diante do tombo de mais de 2% da bolsa doméstica e do aumento do desconforto com o quadro fiscal, após aprovação de medidas no Congresso que elevam os gastos públicos.

Com mínima de R\$5,2166 e máxima de R\$5,2651, dólar à vista encerrou a sessão desta quarta-feira, 4, a R\$5,2495 (-0,01%). A divisa tem variação de 0,04% nos três primeiros pregões de fevereiro, após recuo de 4,40% em janeiro - a maior desvalorização mensal desde junho de 2025, quando caiu 4,99%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - COMO O PORTA-VOZ PROTEGE DADOS SEM PARECER EVASIVO



JOÃO FORTUNATO

Consultor especialista em Media Training
e Gestão de Crise e professor universitário

opinioao@portalbenews.com.br

É fundamental que a empresa defina previamente, em Media Training, quais números são públicos, quais são restritos e quais jamais devem ser comentados. Porta-voz não decide isso sozinho diante da câmera. Ele apenas executa uma estratégia de comunicação.

Em toda entrevista corporativa, existe um momento clássico em que o repórter tenta avançar para o terreno dos números. “Qual foi o faturamento?”, “Quanto a empresa investiu?”, “Qual a participação de mercado?”, “Quanto custa essa operação?”.

Para o jornalista, esses dados são valiosos porque ajudam a dimensionar a relevância da empresa e dão concretude à reportagem. Para a organização, porém, muitas vezes são informações estratégicas, sigilosas ou restritas a documentos oficiais e relatórios internos.

O problema surge quando o porta-voz, pressionado pela pergunta, reage mal: se irrita, desconversa de forma grosseira ou, pior, revela algo que não deveria. Nesses casos, não é apenas um dado que escapa é a credibilidade da empresa que se fragiliza.

O primeiro ponto é compreender que o jornalista não está “atacando” a empresa ao pedir números. Ele está cumprindo seu papel: buscar informação objetiva, comparável e relevante. Portanto, o porta-voz deve manter serenidade e postura colaborativa, sem cair na armadilha da defensiva. Respostas

ráspidas como “isso não é da sua conta” ou “não posso falar nada” soam como tentativa de ocultação e alimentam suspeitas.

O caminho correto é a transparência possível, dentro dos limites legítimos. O porta-voz deve reconhecer a importância da pergunta e, ao mesmo tempo, explicar com naturalidade por que aquele dado não pode ser divulgado. Uma formulação adequada seria: “Esses números fazem parte de informações estratégicas e não são divulgados publicamente, mas posso compartilhar o contexto geral do nosso desempenho”.

Essa resposta faz duas coisas importantes: não confronta o repórter e oferece uma alternativa. A entrevista não pode virar um muro. Se o número exato é sigiloso, o porta-voz pode trabalhar com faixas, tendências ou dados públicos já divulgados em balanços oficiais. Em vez de negar tudo, ele redireciona: “O que podemos afirmar é que estamos em crescimento consistente e ampliando investimentos na área X”.

Outro ponto essencial é nunca improvisar números. Muitos executivos, tentando parecer prestativos, chutam valores aproximados. Isso pode ser fatal. Um dado errado vira manchete, gera questionamentos de acionistas, órgãos reguladores e concorrentes. Quando não se tem certeza, a resposta correta é simples: “Prefiro não arriscar um número agora. Posso verificar e retornar com a informação que for possível divulgar”.

Além disso, é fundamental que a empresa defina previamente, em Media Training, quais números são públicos, quais são restritos e quais jamais devem ser comentados. Porta-voz não decide isso sozinho diante da câmera. Ele apenas executa uma estratégia de comunicação.

Por fim, é preciso lembrar: dizer “não” também é uma habilidade. Um porta-voz bem treinado sabe negar sem agressividade, proteger informações sem parecer evasivo e manter a entrevista produtiva. Em comunicação corporativa, o objetivo não é contar tudo, é transmitir confiança, coerência e responsabilidade.

Quando o repórter pede números sigilosos, o porta-voz não deve entrar em pânico nem se fechar. Deve agir com calma, firmeza e inteligência: reconhecer a pergunta, justificar o limite e conduzir a narrativa para o que pode e deve ser comunicado. Isso é maturidade institucional, e é isso que preserva reputação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

JUSTIÇA - BOLSONARO FEZ DESCASO COM PRECEITOS ÉTICOS MILITARES, DIZ MPM

Ministério Público Militar diz que ex-presidente feriu princípios ao tentar conduzir o país a um novo período de exceção democrática

Da Agência Brasil



A presidente do STM, Maria Elisabeth Rocha, pretende pautar os processos para julgamento assim que os relatores liberarem os caos.

O Ministério Público Militar (MPM) afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro fez descaso com a ética militar ao se envolver na trama golpista que pretendia impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República.



Segundo o órgão, o ex- -presidente violou os princípios éticos de fidelidade à pátria e de lealdade, entre outros. A conclusão faz parte da representação na qual o órgão pediu ao Superior Tribunal Militar (STM) a perda da patente do ex-presidente, que é capitão da reserva do Exército, e a consequente expulsão da força militar após a condenação a 27 anos e três meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Para defender a expulsão de Bolsonaro do Exército, o MPM citou as violações cometidas pelo ex-presidente. “Sem muito esforço, portanto, nota-se o descaso do ora representado Jair Messias Bolsonaro para com os preceitos éticos mais básicos previstos no art. 28 da Lei 6.880/1980 (Estatuto dos Militares)”.

Segundo o MPM, a decisão do Supremo que condenou Bolsonaro e outros acusados pela tentativa de golpe de Estado demonstra a gravidade da conduta de militares que juraram respeitar a bandeira nacional.

“São incontroversas, como se verá a seguir, a gravidade dos delitos cometidos e a violação dos preceitos éticos militares que os representados outrora juraram voluntariamente respeitar perante a bandeira do Brasil, em intensidade que aponta para a declaração de indignidade e a consequente perda do posto e da patente que ostentam e da qual fizeram uso”, sustentou o órgão.

Segundo o MPM, Bolsonaro também violou regras militares, entre elas: 1) Dever de probidade e de proceder de maneira ilibada na vida pública ao “constituir e chefiar uma organização, com autoridades do Estado brasileiro, e valer-se da estrutura pública para alcançar objetivos inconstitucionais”; 2) Dignidade da pessoa humana ao “tentar conduzir o país a um novo período de exceção democrática”; 3) Cumprimento das leis e das ordens das autoridades competentes, já que “reiteradamente conchavava com os demais integrantes da organização o descumprimento da Constituição, que solenemente jurou defender, e dos comandos judiciais provindos da Suprema Corte e do Tribunal Superior Eleitoral; 4) Zelo pelo preparo moral – “a conduta do ora representado espelha um estado de imoralidade”.

Além de Bolsonaro, o MPM também pediu ao STM a perda da patente dos generais da reserva Augusto Heleno, Paulo Sergio Nogueira, Braga Netto e o almirante Almir Garnier. Todos foram condenados na ação penal da trama golpista.

Segundo a presidente do STM, ministra Maria Elisabeth Rocha, o tribunal não tem prazo legal para julgar as ações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

JUSTIÇA - DEFESA RELATA PIORA DA SAÚDE DO EX-PRESIDENTE E COBRA LAUDO DA PF

Do Estadão Conteúdo

A defesa de Jair Bolsonaro relatou o que chamou de “piora” nos últimos dias no estado de saúde do ex-presidente. Em petição em seu processo de execução penal, os advogados apontam que Bolsonaro passou a sofrer com “episódios eméticos” (vômito) e crises de soluço acentuadas. Por isso, cobram a entrega, pela Polícia Federal, do laudo da perícia realizada para avaliar a necessidade de prisão domiciliar do ex-presidente.

Bolsonaro está detido no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, também conhecido como Papudinha, desde o dia 15 de janeiro. Naquele mesmo dia, Moraes determinou que fosse feita uma nova avaliação por uma junta médica da Polícia Federal sobre a necessidade de prisão domiciliar, fixando um prazo de 10 dias para que o laudo fosse apresentado no processo. Antes, o ex-presidente estava detido na Superintendência da Polícia Federal, também em Brasília.

No dia 20, segundo a defesa, Bolsonaro recebeu a visita da Diretoria Técnico-Científica da PF, composta por três médicos, que fizeram a perícia.



“Ocorre que, transcorridos mais de 10 dias da realização da perícia, verifica-se que, até o presente momento, não foi juntado aos autos o laudo elaborado pela referida junta médica”, diz a defesa de Bolsonaro, que pede que o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, determine a intimação da Superintendência da PF para que seja apresentado o laudo “com a máxima urgência”.

Na semana passada, o ministro Alexandre de Moraes autorizou a visita do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) ao ex-presidente. Segundo decisão, Nikolas poderá visitar Bolsonaro no dia 21 de fevereiro, um sábado, no horário das 8h às 10h. O despacho também autoriza a entrada de outros parlamentares em datas e horários distintos. No mesmo dia da visita de Nikolas, o deputado federal Ubiratan Sanderson (PL-RS) poderá ver o ex-presidente das 11h às 13h.

No dia 18 de fevereiro, uma quarta-feira, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) foi autorizado a comparecer das 11h às 13h. Já o senador Bruno Bonetti (PL-RJ) poderá realizar a visita das 8h às 10h.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

INTERNACIONAL - JUSTIÇA ARGENTINA PEDE AOS EUA EXTRADIÇÃO DE MADURO

Processo por “crimes de lesa humanidade” foi aberto no país em 2023, após denúncia feita por ONGs em nome de venezuelanos

Do Estadão Conteúdo

Hoje preso nos EUA, Nicolás Maduro é acusado na Argentina por tortura, homicídios e perseguição a dissidentes em seu país

A Justiça da Argentina solicitou aos Estados Unidos a extradição do ditador venezuelano Nicolás Maduro para que ele seja interrogado em um processo que apura supostos crimes de lesa humanidade cometidos durante sua gestão.

A medida foi determinada pelo juiz federal Sebastián Ramos e deverá ser formalizada pela chancelaria argentina junto ao governo do presidente dos EUA, Donald Trump, segundo a imprensa argentina.

Na decisão, o magistrado ordenou o envio de um pedido formal às autoridades americanas “a efeitos de solicitar a extradição de Nicolás Maduro Moros”, com base no tratado bilateral de extradição entre Argentina e Estados Unidos.

O caso teve início em 2023, a partir de uma denúncia apresentada por organizações não governamentais em nome de cidadãos venezuelanos.

A investigação envolve acusações de detenções ilegais, tortura, perseguição política e outros abusos contra opositores e manifestantes durante protestos realizados na Venezuela. Entre os investigados também estão o ex-comandante da Guarda Nacional Bolivariana Justo José Noguera Pietri e o ministro do Interior venezuelano, Diosdado Cabello.

De acordo com os denunciantes, haveria na Venezuela um “plano sistemático de repressão” em vigor desde 2014, com desaparecimentos forçados, tortura, homicídios e perseguição a dissidentes. Com base nessas alegações, a Justiça argentina já havia ordenado, em setembro de 2024, a captura internacional de Maduro e dos demais acusados.

Após a confirmação da detenção de Maduro durante uma operação militar dos Estados Unidos em território venezuelano, em 3 de janeiro, o procurador federal Carlos Stornelli solicitou que a Argentina requeresse formalmente a extradição do ex-presidente para que ele seja ouvido no processo. Ramos acolheu o pedido.



A Argentina recorre ao princípio da jurisdição universal para investigar crimes de lesa humanidade cometidos fora de seu território. O país tem histórico nesse tipo de iniciativa, embora a maioria das ações contra líderes estrangeiros não tenha resultado em detenções ou extradições.

A decisão ocorre em um contexto de aproximação política do governo do presidente argentino, Javier Milei, com o governo Trump, após elogios de Milei à intervenção norte-americana na Venezuela

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026

INTERNACIONAL - GOVERNO TRUMP ANUNCIA A SAÍDA DE 700 AGENTES DE MINNESOTA

A decisão foi tomada após autoridades estaduais e locais concordarem em entregar imigrantes p
Do Estadão Conteúdo

Cerca de 700 agentes federais serão retirados da operação de imigração em Minnesota, disse o czar da fronteira.

Tom Homan, durante uma coletiva de imprensa nesta quarta-feira, 4. Aproximadamente 3.000 agentes federais estão atualmente mobilizados no Estado.

Homan afirmou que a ação surgiu depois que as autoridades estaduais e locais concordaram em cooperar, entregando imigrantes presos. Entre os 700 que deixarão a região estão agentes do Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira dos Estados Unidos (ICE) e da Patrulha da Fronteira, o efetivo federal restante será de mais de 2.000 pessoas.

“Considerando esse aumento sem precedentes na colaboração e, como resultado, da necessidade de menos agentes de segurança pública para realizar esse trabalho e de um ambiente mais seguro anuncio que, com efeito imediato, reduziremos o efetivo em 700 pessoas - 700 agentes da lei”, disse Homan durante a coletiva de imprensa.

Porém, Homan não deu um prazo para o término da operação em Minnesota, após semanas de tumulto nas Cidades Gêmeas (área metropolitana formada por Minneapolis e Saint Paul), e protestos crescentes, especialmente desde a morte do manifestante Alex Pretti, segundo tiroteio fatal por agentes federais em no Estado de Minneapolis.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/02/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

LULA AMPLIA PRESSÃO ELEITORAL E DIZ QUE HADDAD E ALCKMIN SABEM QUE TÊM ‘PAPEL A CUMPRIR’ EM SÃO PAULO

Presidente aumenta pressão pública sobre ministro da Fazenda, que já disse não querer disputar as eleições em 2026

Por Ivan Martínez-Vargas e Bernardo Lima

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quinta-feira que o vice-presidente Geraldo Alckmin, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ou a ministra do Planejamento, Simone Tebet, podem ser candidatos ao governo de São Paulo. Lula aumentou a pressão sobre Haddad ao dizer que ele e Alckmin sabem que "têm um papel a cumprir".

O ministro da Fazenda tem dito publicamente que não quer ser candidato neste ano, mas é instado por correligionários a disputar as eleições em São Paulo. A preocupação do PT é evitar que o candidato de oposição a Lula na corrida ao Planalto abra uma grande vantagem sobre o petista no estado, o que, segundo essa avaliação, poderia ocorrer se o palanque estadual não for forte.



Presidente Lula e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, Ministro da Fazenda, Fernando Haddad e Aloizio Mercadante (BNDS) anunciam nova linha de crédito para Indústria 4.0. — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Nesse contexto, é lembrado o papel de Haddad em 2022, quando o petista levou a eleição contra o governador Tarcísio de Freitas ao segundo turno e contribuiu para que o então presidente Jair Bolsonaro não se distanciasse tanto de Lula, que chegou a ser mais votado que o adversário na capital do estado. Na ocasião, Haddad perdeu para o bolsonarista Tarcísio de Freitas por uma diferença de 2,4 milhões de votos, ou 55,34% a 44,66% dos votos válidos.

— Nós temos muito voto em São Paulo e temos condições de ganhar as eleições em São Paulo. Eu ainda não conversei com o Haddad, ainda não conversei com o Alckmin, mas eles sabem que têm um papel para cumprir em São Paulo, eles sabem. A Simone (Tebet) também tem um papel para cumprir, também não conversei com ela — disse Lula em entrevista ao Portal UOL.

No caso de Tebet, o cenário mais provável é que a ministra deixe o MDB para disputar o Senado por São Paulo, uma vez que o diretório paulista do partido é próximo ao bolsonarismo e deve apoiar o candidato do atual governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Ela tem convite para se filiar ao PSB.

— Acho que a gente pode ganhar as eleições (para o governo estadual) em São Paulo se a gente escolher um candidato a governador, o Alckmin ou o Haddad, a Simone Tebet. Nós vamos ganhar aquelas eleições em São Paulo, porque é o seguinte: quem é que fez mais política social? Quero comparar com os governadores — disse Lula.

Articulação do PT

Como mostrou O GLOBO, um grupo do PT encarregado por Lula de articular sua reeleição pretende fazer uma ofensiva para incluir o MDB na chapa que será levada às urnas em outubro. O principal trunfo a ser oferecido ao partido é o posto de vice, o que deslocaria Alckmin para a disputa eleitoral de São Paulo. Atualmente, a legenda ocupa três ministérios no governo, mas a cúpula emedebista resiste a um alinhamento eleitoral.

Caso um acordo vingue, os citados para eventualmente ocupar o posto de vice de Lula são Renan Filho e o governador Pará, Helder Barbalho. Ambos têm, no momento, planos de disputar a eleição em seus estados, concorrendo ao governo e ao Senado, respectivamente.

A história do MDB sempre foi marcada por divisões regionais. Mesmo quando a legenda formalizou as alianças com Dilma Rousseff em 2010 e 2014 com a indicação de Michel Temer para vice, houve dissidências em estados como o Rio Grande do Sul.

Por isso, a cúpula do PT sabe que seria impossível contar com o apoio integral do partido e tenta construir uma aliança formal no plano nacional que garanta o tempo de televisão para o petista, mas com liberação dos diretórios estaduais.

Pressão em Haddad

Haddad também têm sido pressionados por ministros petistas, como Camilo Santana (Educação) e Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais), a ser candidato em outubro. Santana disse em entrevista ao GLOBO que o colega de Esplanada não pode se "dar ao luxo" de tomar decisões individuais. Haddad

tem resistido e afirma que prefere participar da coordenação da campanha à reeleição e, nesta semana, disse que nas conversas com Lula sobre o assunto "resta saber quem vai convencer quem".

— Estou conversando com o presidente sobre isso. Vamos ver quem convence quem.

Palanque em Minas

O presidente também voltou a defender que o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) seja candidato ao governo de Minas Gerais. O ex-presidente do Senado está reticente em entrar na disputa e provavelmente teria de trocar de partido para ser o candidato de Lula ao governo mineiro, uma vez que a sigla de Kassab no estado filiou neste ano o vice-governador Matheus Simões, aliado de Romeu Zema (Novo) e possível candidato à sucessão no estado.

— Ainda não desisti de você, viu, Pacheco. Vamos ter uma conversa e acho que você pode ser o futuro governador de Minas Gerais — afirmou o presidente.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/02/2026

PLENÁRIO DO STF ANALISA EM 25 DE FEVEREIRO DECISÃO DE DINO SOBRE PENDURICALHOS

Ministro determinou que órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário revisem, em até 60 dias, todas as verbas remuneratórias e indenizatórias pagas a seus agentes

Por Mariana Muniz — Brasília



Ministro Flávio Dino na abertura do ano do Judiciário do STF
— Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O plenário físico do Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar no dia 25 de fevereiro a decisão do ministro Flávio Dino que impôs aos Três Poderes a revisão e a suspensão de verbas indenizatórias sem previsão legal usadas para driblar o teto do funcionalismo. A análise foi pautada pelo presidente da Corte, Edson Fachin.

Ao determinar que órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário revisem, em até 60 dias, todas as verbas remuneratórias e indenizatórias pagas a seus agentes, Dino afirmou que se consolidou no país um sistema de "penduricalhos" incompatível com a Constituição.

Por esses benefícios, alguns servidores conseguem receber acima do teto do funcionalismo, o equivalente ao salário de um ministro do STF, hoje em R\$ 46.366. Na decisão, o ministro alerta para o uso indevido de verbas ditas "indenizatórias" que, na prática, servem para turbinar salários e ultrapassar o limite previsto na Constituição.

Apenas parcelas indenizatórias expressamente previstas em lei podem ficar fora do teto, conforme entendimento já consolidado pelo STF, de acordo com Dino.

A decisão determina que, em até 60 dias, órgãos de todos os níveis da Federação revisem as verbas pagas e suspendam aquelas que não possuam base legal. Além disso, cobra do Congresso Nacional a edição da lei que regulamenta quais verbas indenizatórias são efetivamente admissíveis como exceção ao teto. A decisão será submetida ao Plenário, em data ainda a ser definida pela Presidência do STF.

A determinação foi dada no julgamento de embargos de declaração em uma reclamação apresentada por associação de procuradores municipais de São Paulo, mas o ministro ampliou os efeitos da decisão diante do que classificou como um descumprimento "massivo e generalizado" da jurisprudência do STF sobre o teto constitucional.

Ao analisar o caso, Dino afirmou que houve, ao longo dos últimos anos, uma “multiplicação anômala” de verbas classificadas como indenizatórias, usadas para driblar o limite constitucional de remuneração no serviço público.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/02/2026

INVESTIGAÇÃO APONTA INDÍCIOS DE QUE VORCARO, EX-SÓCIO DO MASTER E FUNDADOR DA REAG APORTARAM R\$ 1 BI NO BRB

Resultado de auditoria foi encaminhado à Polícia Federal (PF) e ao Banco Central (BC)

Por Geralda Doca — Brasília



Vorcaro e o Banco Master — Foto: O GLOBO

Uma auditoria apontou indícios de que nomes ligados ao Banco Master eram “investidores finais” de fundos que aportaram R\$ 1 bilhão no Banco Regional de Brasília (BRB).

Como mostrou O GLOBO, a suspeita é que a capitalização tinha como objetivo dar ao banco do governo do Distrito

Federal maior capacidade para fazer negócios com o Master, controlado por Daniel Vorcaro.

Além do dono do Master, a cadeia de fundos responsável pelos aportes tinha como investidores Maurício Quadrado, ex-sócio do banqueiro, e João Carlos Mansur, fundador da gestora Reag, de acordo com pessoas com acesso à investigação independente, que foi contratada pelo próprio BRB.

A Reag é investigada pela Polícia Federal como responsável pela operação de uma rede de fundos de investimentos usados pelo Master para inflar seu patrimônio. A exemplo do banco, a gestora foi liquidada extrajudicialmente pelo Banco Central (BC).

Procurado, Quadrado negou, por meio de sua defesa, que a operação tenha tido por finalidade inflar ou artificialmente elevar o capital do BRB. A assessoria de Mansur disse que não iria se manifestar, e Vorcaro não respondeu.

Auditoria chega à PF e ao BC

O resultado da auditoria foi encaminhado à Polícia Federal (PF) e ao Banco Central (BC), na semana passada, e ao Supremo Tribunal Federal (STF) na terça-feira. Liquidado no fim do ano passado pela autoridade monetária em meio a uma crise de liquidez, o Master é o centro da investigação da Operação Compliance Zero, da PF, por suspeita de fraudes no sistema financeiro, particularmente em transações bilionárias com o BRB.

A apuração identificou que foram realizados dois aportes pelos fundos no BRB, no valor de R\$ 250 milhões e R\$ 750 milhões. A vantagem da capitalização em um banco é que ela pode alavancar (multiplicar) a capacidade de crédito da instituição. Além disso, poderia conferir maior capacidade para o BRB comprar o Master, o que veio a ser negociado posteriormente. O negócio, contudo, foi vetado pelo BC.

Como efeito da auditoria conduzida pelo escritório Machado Meyer com apoio da Kroll, o BRB atualizou dados públicos sobre sua participação acionária, na última terça-feira. O banco controlado pelo governo do Distrito Federal informou que Mansur detém uma fatia de 4,553% da instituição.

Subscrição chamou a atenção

Chamou a atenção da auditoria o fato de que a operação de capitalização, que inicialmente seria feita via oferta de ações (“follow-on”), ocorreu via subscrição. A principal diferença é que o segundo modelo

garante preferência aos acionistas para comprar novas ações e manter sua participação, enquanto o follow-on é uma oferta aberta ao mercado.

A investigação apura agora se esses fundos compraram ações para se tornarem acionistas antes do aumento de capital para poder participar dessa subscrição privada. Os auditores também querem saber se a antiga direção do BRB sabia quem eram os beneficiários finais desses fundos.

O que diz o BRB

Em comunicado ao mercado, o BRB informou na quarta-feira que o relatório da auditoria é preliminar, "com escopo delimitado a aspectos específicos da investigação independente, no qual foram identificados fatos que demandavam análise pelas autoridades competentes, com vistas à avaliação de eventual existência de atos ilícitos."

O BRB disse ainda que encaminhou a conclusão às autoridades para ciência e diligências necessárias.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/02/2026

GOVERNO ANUNCIA QUE SEIS EMPRESAS DEVEM PARTICIPAR DE LEILÃO DO GALEÃO

Ministério de Portos e Aeroportos encerrou reuniões para apresentar condições aos interessados

Por Bernardo Lima e Bruno Rosa — Brasília e Rio



Aeroporto do Galeão, no Rio — Foto: Márcia Foletto/Agência O Globo

O governo federal anunciou nesta quinta-feira que seis empresas demonstraram interesse em participar do leilão de concessão do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, que está previsto para acontecer em 30 de março.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), foi feito o "roadshow", uma série de reuniões em que o governo apresentou às empresas detalhes do modelo de concessão, leilão, e diretrizes contratuais. A iniciativa foi conduzida pelo MPor, em parceria com a Casa Civil e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Para o secretário Nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, as reuniões cumpriram um papel fundamental para dar previsibilidade e segurança ao mercado.

— O roadshow foi uma oportunidade importante para apresentar, de forma transparente, os avanços do projeto e ouvir o mercado. Tivemos um diálogo qualificado, que reforça a confiança dos investidores e contribui para o sucesso do leilão do Galeão — destacou.

Para Marcus Quintella, diretor da Fundação Getulio Vargas Transportes (FGV), o leilão é importante para permitir os investimentos no Galeão. Segundo ele, houve mudanças importantes na modelagem, com nova configuração, com regras que podem interessar aos investidores, como a saída da Infraero, o compartilhamento de risco e a outorga variável.

— É uma situação que pode contribuir para os investimentos futuros no Galeão, e para que a prestação de serviços continue boa. A modelagem financeira precisa fechar a conta. Isso é fundamental para a continuidade do Galeão.

O especialista em aviação Alessandro Vieira, da Unicuritiba, diz que, embora o modelo de venda assistida do Galeão traga avanços importantes do ponto de vista institucional e econômico, o valor

mínimo é elevado e pode restringir o número de interessados, especialmente em um cenário ainda marcado por incertezas no setor aéreo.

— Outro ponto de atenção é a capacidade do novo operador de retomar os investimentos e recuperar a atratividade do Galeão frente a outros aeroportos da região, o que exigirá uma estratégia comercial agressiva e eficiência operacional. O modelo é mais maduro e corrigiu distorções do passado, mas o sucesso da privatização dependerá da confiança do mercado.

Próximo passo

O Galeão é o terceiro maior aeroporto do país. No ano passado, 17,5 milhões de passageiros passaram pelo aeroporto, que registrou 5,6 milhões em voos internacionais.

Após a rodada de reuniões com as empresas, o próximo passo do processo de licitação do Galeão será a realização de uma sessão pública de esclarecimentos no dia 26 de fevereiro, na B3, em São Paulo.

O leilão simplificado do aeroporto foi uma solução costurada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com o governo, a Anac e o concessionário para resolver o problema financeiro do contrato, diante de projeções que não se confirmaram.

Com lance mínimo de R\$ 932 milhões, o leilão vai vencer quem apresentar a melhor proposta econômica, definida pela contribuição inicial, ou seja, o consórcio, que se comprometer a pagar o maior valor logo no início do contrato.

A empresa vencedora do leilão assumirá o compromisso de pagar à União uma contribuição variável anual correspondente a 20% do faturamento bruto da concessão até 2039. Além disso, a companhia será a única controladora do terminal, já que o acordo com o TCU prevê o fim da participação acionária da Infraero.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/02/2026

EXPORTAÇÕES PARA OS EUA CAEM PELA SEXTA VEZ E ENCONTRO LULA-TRUMP É APOSTA DO SETOR

Por Ana Carolina Diniz



O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o dos Estados Unidos, Donald Trump, durante reunião bilateral na Cúpula da Asean em Kuala Lumpur, na Malásia, no último domingo (26) — Foto: Ricardo Stuckert/PR

O encontro do presidente Lula com Donald Trump, na primeira semana de março, está sendo visto com expectativa pelo setor exportador. De acordo com dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, as exportações para o território norte-americano caíram 25,5% em janeiro de 2026. As importações diminuíram 10,9%. É a sexta queda consecutiva de vendas após a taxa de 50% dos produtos brasileiros pelo presidente Trump.

O diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior, Herlon Brandão, explicou que a maior queda, em valor absoluto, foi a dos produtos semiacabados.

- Estamos comparando o cenário pós-aumento de tarifa (janeiro de 2026) com o pré-aumento de tarifa (janeiro de 2025). Os produtos semiacabados tinham uma cota de exportação para os Estados Unidos, que era plenamente utilizada pelos exportadores brasileiros. Era uma cota significativa, mas que foi eliminada pelo governo norte-americano. A partir daí, passou a ser aplicada integralmente a tarifa da Seção 232: primeiro 25% e depois 50%. Então, observamos esse efeito, que provavelmente afetou a exportação do principal produto, no caso, o aço.

Em 20 de novembro, o governo dos Estados Unidos decidiu pela retirada da tarifa de importação de 40% sobre alguns produtos brasileiros, como café, chá, frutas tropicais e sucos de frutas, cacau e especiarias, banana, laranja, tomate e carne bovina. Com isso, em dezembro, a queda da exportação foi de 7%. Brandão considera que esse arrefecimento provavelmente refletiu alguma demanda reprimida, principalmente para a carne.

- A carne foi um produto que, de fato, depois saiu da lista de alimentos tarifados e recuperou muito em dezembro.

Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior, lembra que muitos produtos ainda estão sofrendo com as tarifas impostas pelos Estados Unidos, como aço, alumínio e cobre, impactados pelas medidas da Seção 232.

- Há vários outros produtos industriais que ainda estão com a tributação de 40%. E isso, claro, está afetando muito a exportação de produtos industriais brasileiros. E até alguns produtos agropecuários, como o caso de café solúvel, ainda estão com tarifa. Então há uma expectativa de que, na viagem do Lula, isso possa ser tratado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/02/2026

ARGENTINA ASSINA ACORDO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO COM OS EUA

Em novembro, ambos fecharam um acordo-quadro para que a nação sul-americana abrisse seu mercado aos produtos americanos em troca de uma redução das tarifas sobre algumas de suas exportações

Por AFP — Buenos Aires



Um trabalhador observa enquanto contêineres são descarregados no Porto de Rosário, Argentina. País assinou contrato de investimento e comércio com os EUA — Foto: Sebastian Lopez Brach/Bloomberg

A Argentina afirmou que assinou um acordo de comércio e investimentos com o governo de Donald Trump, cumprindo o compromisso do presidente Javier Milei de abrir a economia sul-americana.

O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Pablo Quirno, disse que os dois países assinaram o acordo em uma publicação nas redes sociais na quinta-feira, mas não forneceu detalhes sobre o texto final.

Os dois países haviam concordado anteriormente com um acordo-quadro em novembro, que previa que a Argentina fizesse várias concessões em sua economia historicamente protecionista, enquanto os EUA concordaram em remover algumas tarifas recíprocas sobre produtos farmacêuticos e “recursos naturais indisponíveis”.

O chefe de gabinete de Milei, Manuel Adorni, e o Ministério das Relações Exteriores da Argentina não responderam imediatamente aos pedidos de comentário. O Escritório do Representante de Comércio dos EUA afirmou que não tinha comentários imediatos.

O acordo-quadro afirmou que a Argentina se comprometeu a importar carros fabricados nos EUA e a aceitar alimentos certificados pela Food and Drug Administration (FDA). A Argentina também abrirá seu mercado para o gado vivo e dará aos produtores americanos acesso preferencial para vender ao país “determinados medicamentos, produtos químicos, máquinas, produtos de tecnologia da informação, dispositivos médicos, veículos automotores e uma ampla gama de produtos agrícolas”.

O acordo também aborda direitos de propriedade intelectual e comércio digital, entre outros temas, segundo o documento-quadro.

Trump tem buscado repetidamente ajudar Milei, um de seus principais aliados na América Latina. Em setembro passado, quando Milei enfrentava uma difícil eleição de meio de mandato, o Tesouro dos EUA anunciou um pacote de ajuda de US\$ 20 bilhões que ajudou a mitigar uma venda massiva da moeda e a reforçar a confiança do mercado em seu governo.

O partido de Milei então conquistou uma vitória esmagadora na eleição de outubro, desencadeando uma alta nos mercados.

A nação sul-americana frequentemente figura entre as piores do mundo em barreiras comerciais, já que suas tarifas tiveram média de 13% nos últimos anos, em comparação com 3,5% nos EUA, segundo dados do Banco Mundial. A última tentativa da Argentina de abrir sua economia, nos anos 1990, devastou a indústria local e fez com que o livre-comércio se tornasse sinônimo de perda de empregos para muitos eleitores.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 05/02/2026

BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 4,3 BILHÕES EM JANEIRO

Por Ana Carolina Diniz



Tarifaço tará recuo na balança comercial e no PIB do Brasil, dizem relatórios — Foto: Nelson Almeida/AFP

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 4,3 bilhões em janeiro, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). O resultado foi o melhor segundo melhor para meses de janeiro da série histórica, e é resultado da queda das importações. As exportações somaram US\$ 25,2 bilhões, com leve retração anual (-1%), enquanto as importações alcançaram US\$ 20,8 bilhões, recuaram -9,8%.

Ariane Benedito, economista-chefe do Picpay, considera que o resultado reflete um início de ano ainda positivo para o setor externo, mas com sinais claros de normalização dos fluxos comerciais. Ela destaca que, pelo lado das exportações, o desempenho foi heterogêneo.

A agropecuária teve alta de 2,1%, mas a indústria extrativa teve queda de 3,4%. A agropecuária avançou, sustentada por embarques de soja, milho e carnes, enquanto a indústria extrativa recuou, pressionada pela queda nas vendas de petróleo bruto e minério de ferro. A indústria de transformação também apresentou leve retração, indicando menor disseminação do crescimento exportador no início de 2026.

Já as importações mostraram queda expressiva e disseminada, especialmente em bens industriais, combustíveis e máquinas. Para Ariane, o movimento pode ser um possível ajuste de estoques após o ciclo de forte crescimento observado no ano passado.

As exportações brasileiras cresceram, principalmente, para China (alta de 17,4%, com aumento de US\$ 1,0 bilhão), Índia (alta de 14,4%, com aumento de US\$ 0,1 bilhão), Panamá (alta de 88,0%, com aumento de US\$ 0,1 bilhão), Emirados Árabes Unidos (alta de 110,1%, com aumento de US\$ 0,3 bilhão), Iêmen (alta de 330,2%, com aumento de US\$ 0,1 bilhão) e Irã (alta de 21,4%, com aumento de US\$ 0,1 bilhão).

E caíram para Países Baixos (Holanda) (queda de 28,1%, com recuo de US\$ 0,3 bilhão), Espanha (queda de 22,4%, com recuo de US\$ 0,2 bilhão), Noruega (queda de 33,9%, com recuo de US\$ 0,1 bilhão), Argentina (queda de 24,5%, com recuo de US\$ 0,3 bilhão), Chile (queda de 13,3%, com recuo

de US\$ 0,1 bilhão), Estados Unidos (queda de 25,5%, com recuo de US\$ 0,8 bilhão) e Egito (queda de 42,3%, com recuo de US\$ 0,2 bilhão).

- Em conjunto, o resultado de janeiro sinaliza um superávit comercial ainda confortável, porém cada vez mais condicionado à dinâmica das commodities e ao comportamento da demanda interna. À frente, a balança comercial tende a exercer papel relevante na absorção dos desequilíbrios externos, mas com menor margem de folga do que a observada em anos recentes, mantendo um patamar de R\$ 66 bilhões para 2026 - considera Ariane.

Em seu relatório, o Itaú considera que a balança comercial apresentou resultado sazonalmente forte em janeiro e permaneceu rodando em nível elevado.

- Essa melhora recente no saldo reflete, por um lado, exportações fortes puxadas sobretudo pelo crescimento do quantum exportado na indústria extrativa e, por outro, a desaceleração do quantum de importações, especialmente de bens intermediários. Olhando à frente, esperamos superávit de US\$ 74 bilhões em 2026.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/02/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

LULA DIZ QUE RECEBEU VORCARO E AFIRMOU QUE NÃO HAVERIA POSIÇÃO POLÍTICA 'PRÓ OU CONTRA' MASTER

Segundo presidente, empresário relatou que sofria 'perseguição'; Haddad, Galípolo e PGR foram consultados sobre situação do Master após encontro mediado por Mantega, diz Lula

Por Gabriel Hirabahasi (Broadcast) e Victor Ohana (Broadcast)

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, nesta quinta-feira, 5, que disse ao presidente do Master, Daniel Vorcaro, que não haveria "posição política" a favor ou contra o banco, mas sim uma "investigação técnica", em encontro que o petista teve com o banqueiro, mediado pelo ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, em dezembro de 2024. As declarações ocorreram em entrevista ao UOL News.

Lula disse que o encontro ocorreu fora da agenda e que, na ocasião, chamou o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, à época indicado ao cargo, e o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, para acompanharem a reunião. O presidente tratou com naturalidade a sua decisão de receber o empresário. "Primeiro, eu já recebi, neste mandato meu, o Itaú, o Bradesco, o Santander, o BTG Pactual. Todos os bancos eu já recebi", declarou.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva Foto: Wilton Junior/Estadão

O Banco Master foi liquidado em novembro de 2025 e Vorcaro chegou a ser preso ao tentar sair do Brasil. Ele é investigado por fraudes na instituição. A decisão sobre a liquidação foi assinada por Galípolo.

Sobre o encontro, Lula disse que Vorcaro relatou que sofria de "perseguição". "Não tinha uma agenda marcada comigo. Quando o Guido veio com o Vorcaro a Brasília e pediu se eu podia atender, ele veio conversar comigo. Eu

chamei o Galípolo, acho que chamei o Rui Costa, que é da Bahia e que conhecia ele. E ele então me contou da perseguição que ele estava sofrendo, que ele estava sofrendo uma perseguição, que tinha gente interessada em derrubar ele.”

Em seguida, o presidente da República disse o que falou a Vorcaro: “O que eu disse para ele? Não haverá posição política pró ou contra o Banco Master. O que haverá é uma investigação técnica, feita pelo Banco Central. Foi essa a conversa. ‘Você fique tranquilo que a política não entrará na investigação.’”

Lula afirmou que, depois de se reunir com o dono do Banco Master, chamou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a Procuradoria-Geral da República (PGR). “Depois disso, eu chamei no meu gabinete o ministro da Fazenda, chamei no gabinete o presidente do Banco Central e convidei para vir aqui, e ouvir o que eu queria conversar com os meus ministros, o procurador-geral da República. Para que o Haddad contasse o que ele pensava do Banco Master, para que o Galípolo contasse a relação com o Banco Master e que a Procuradoria tentasse ajudar, porque nós estávamos diante da primeira chance real de pegar os magnatas da corrupção, da lavagem de dinheiro neste País”, disse.

Lula acrescentou: “Não me importa que envolva político, não importa que envolva partido, não me importa que envolva banco. Quem estiver metido nisso vai ter que pagar o preço da irresponsabilidade de dar talvez o maior rombo econômico da história deste País”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/02/2026

VORCARO ESTEVE 17 VEZES NO BC EM 2025, EM QUATRO ÁREAS DO ÓRGÃO, E CHEGOU A FICAR 8H EM UM ÚNICO DIA

Périplo pelo Banco Central no último ano ocorreu no gabinete da Presidência, em duas diretorias e dois comitês

Por Wesley Galzo e Alvaro Gribel

BRASÍLIA - O banqueiro Daniel Vorcaro, dono do liquidado Banco Master, esteve 17 vezes nas dependências do Banco Central em Brasília e São Paulo em 2025. Ele participou de reuniões com membros da cúpula da instituição, como o presidente Gabriel Galípolo, em diretorias e departamentos estratégicos para os seus interesses naquele momento.

Registros obtidos pelo Estadão via Lei de Acesso à Informação (LAI) mostram que Vorcaro visitou a autarquia em momentos-chave dos processos de tentativa de retomada de liquidez do banco, de oferta de venda para o Banco de Brasília (BRB) e, posteriormente, de início das tratativas de liquidação do banco. O levantamento não considera reuniões por videoconferência.

Procurados, a defesa de Vorcaro e o BC não se manifestaram.



Daniel Vorcaro, fundador do Banco Master. Foto: Banco Master/Divulgação Foto: Banco Master/Divulgação

Os registros de entrada e saída do banqueiro das dependências do BC revelam que ele passou mais de 34 horas na autoridade monetária no ano em que as atividades do Master foram encerradas.

Vorcaro, em depoimento à Polícia Federal, diz que o Master foi escrutinado pelo BC, mas que, em nenhum momento, foi avisado sobre risco de liquidação. Essa é a principal tese da sua defesa. Já o diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino, afirmou às autoridades que a sua área identificou os indícios de fraudes e encaminhou rapidamente os documentos ao Ministério Público e à Polícia Federal.



Visitas de Daniel Vorcaro ao BC em 2025

Data	Prédio	Local visitado	Duração
01/10/2025	SPA	Diretoria de Fiscalização/ Departamento de Supervisão Bancário	00:37
09/09/2025	BSB	Gabinete do Presidente	01:14
04/09/2025	SPA	Comitê de Informações Financeiras	00:24:43
28/08/2025	BSB	Diretoria de Fiscalização/ Departamento de Supervisão Bancário	01:27:16
14/08/2025	BSB	Diretoria de Fiscalização	01:24:32
06/08/2025	BSB	Diretoria de Fiscalização	01:29:26
22/07/2025	BSB	Diretoria de Fiscalização/ Departamento de Supervisão Bancário	08:23:38
02/07/2025	BSB	Gabinete do Presidente	01:23:22
08/05/2025	BSB	Gabinete do Presidente	01:19:22
11/04/2025	BSB	Gabinete do Presidente	03:08:56
09/04/2025	SPA	Diretoria de Fiscalização/ Departamento de Supervisão Bancário	01:18:27
08/04/2025	SPA	Comitê de Governança, Riscos e Controles	01:40:02
01/04/2025	BSB	Gabinete do Presidente	02:42:39
17/03/2025	BSB	Diretoria de Fiscalização	02:17:07
21/02/2025	SPA	Diretoria de Fiscalização/ Departamento de Supervisão Bancário	02:40:54
11/02/2025	SPA	Comitê de Governança, Riscos e Controles	01:23:04
05/02/2025	SPA	Comitê de Governança, Riscos e Controles	00:48:20

[Get the data](#)

agenda de Galípolo previa um encontro de uma hora.

Nesse período, o Master já vinha recebendo recursos de uma linha do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para honrar suas dívidas, e o Banco Central já temia que a exposição ao Master pudesse levar o BRB à crise.

A visita de 8h no dia em que venda do Voiter é autorizada

Em uma dessas visitas, no dia 22 de julho, Vorcaro ficou por 8 horas e 23 minutos na autarquia, com entrada às 9h54, autorizada pela Diretoria de Fiscalização, e saída às 18h18 registrada pela mesma diretoria e pelo Departamento de Supervisão Bancária, conforme os registros obtidos pelo Estadão.

Dois dias após esse encontro de mais de 8 horas, o BC autorizou a venda do Banco Voiter ao ex-sócio de Vorcaro, o banqueiro Augusto Lima. O Voiter integrava o conglomerado prudencial do Master e teve a venda autorizada à Lima que depois acabou sendo preso na Operação Compliance Zero. A autorização ocorreu porque Lima assumiu passivos do Master, diminuindo assim o custo para o FGC.

Meses antes, em fevereiro, quando o Master tentava cumprir o ultimato dado pelo Banco Central em novembro de 2024 para tentar melhorar os seus indicadores de liquidez, como revelou o Estadão, Vorcaro esteve três vezes na autarquia.

O périplo de Vorcaro pelo BC no último ano ocorreu no gabinete da Presidência, ocupado por Galípolo; na Diretoria de Fiscalização, de Aquino; no Departamento de Supervisão Bancário; na Gerência Administrativa em São Paulo; no Comitê de Governança, Riscos e Controles; e no Comitê de Informações Financeiras.

Das 17 visitas de Vorcaro ao BC, cinco foram para se reunir com Galípolo em seu gabinete. No dia 11 de abril, quando Vorcaro passou mais de três horas com Galípolo, o BRB concluiu a due diligence (auditoria interna) no Master, e R\$ 19 bilhões em ativos do perímetro da negociação original foram excluídos.

No mês seguinte, no dia 8 de maio, Galípolo e Vorcaro se encontraram novamente, desta vez por uma hora e 19 minutos e, no mesmo dia, o BC decidiu dispensar temporariamente o recolhimento compulsório - depósito que os bancos são obrigados a reserva ao BC - do Master à autarquia.

Galípolo registrou em sua agenda todos os encontros com Vorcaro, mas, nos dias 1º e 11 de abril, o banqueiro ficou o dobro de tempo no BC do que o previsto na agenda. No dia 1º, ele ficou 2 horas e 42 minutos no banco; no dia 11, foram 3 horas e 8 minutos. Nas duas ocasiões, a

À época, o Master já estava vendendo carteiras para o BRB com documentações adulteradas - que, na visão da PF e do Banco Central, configurariam fraudes. Em janeiro, foram seis contratos no valor de R\$ 1,66 bilhão; em fevereiro, outros seis, chegando a R\$ 1,82 bilhão.

Outra data em que o banqueiro esteve no BC foi 17 de março, quando Master foi notificado oficialmente pelo Banco Central de que as carteiras vendidas ao BRB tinham documentação insuficiente.

Em setembro, logo após a negativa da operação com o BRB, no dia 3 de setembro, Vorcaro esteve no BC nos dias 4 e 9. No dia 17 de novembro, houve um último encontro, mas virtual, entre Vorcaro e Ailton de Aquino.

No mesmo dia, o banqueiro foi preso pela Polícia Federal enquanto tentava sair do País, horas após o anúncio de que a Fictor e um grupo de investidores árabes estaria interessado em comprar o banco.

Sua defesa usou essa reunião para argumentar que Vorcaro não desejava fugir, já que o BC teria sido avisado sobre uma viagem a Dubai para "assinatura do contrato e anúncio da operação com o grupo de investidores estrangeiro".

Nesta segunda-feira, 2, a Fictor, que tentou comprar o Master, entrou com um pedido de recuperação judicial na Justiça de São Paulo, com dívida de R\$ 4 bilhões.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 05/02/2026

COM AUMENTO DE CAPITAL, FATIA DA VOTORANTIM NA HYPERA DEVE CRESCER NOVAMENTE

Anúncio do aporte, que pode chegar a R\$ 1,5 bilhão, pegou o mercado de surpresa
Por Altamiro Silva Junior (Broadcast) e Cynthia Decloedt (Broadcast)



Instalações da Hypera; empresa diz que o aumento de capital ampliará sua capacidade de investimento 'em oportunidades de crescimento orgânico e inorgânico' Foto: Divulgação/Hypera

O aumento de capital privado de até R\$ 1,5 bilhão anunciado nesta quarta-feira, 4, pela Hypera, que pegou o mercado de surpresa, deve ajudar a equilibrar a estrutura de capital da companhia e aumentar a participação da Votorantim na farmacêutica, de acordo com fontes. Com isso, a Votorantim deve chegar mais perto da fatia do empresário Júnior, como é conhecido João Alves de Queiroz Filho, que tem 27% da companhia.

No aumento de capital, o bloco de controle, que tem 53% da companhia, se comprometeu a "exercer integralmente" seu direito de preferência, ou seja, não haverá diluição. O BTG calcula que para isso, vão desembolsar R\$ 800 milhões. O prazo para exercer esse direito vai de 9 a 17 de março.

A Votorantim, que atualmente tem 11% da Hypera, além de exercer seu direito de preferência, se comprometeu a comprar até R\$ 1 bilhão em ações, conforme a disponibilidade das sobras. Na prática, tende a desembolsar até R\$ 150 milhões, nas contas dos analistas do BTG. De qualquer modo, vai aumentar sua fatia.

Negociação vem desde 2024

Desde o final de 2024, Júnior vem articulando com o fundo mexicano Maiorem e o grupo Votorantim um acordo de acionistas, uma forma de blindar a farmacêutica de ofertas hostis, como a feita naquele ano pela rival EMS. O acordo foi firmado em março do ano passado.

A Votorantim entrou na sociedade com a aquisição em 2023 de 5,6% das ações da Hypera, fatia que chegou aos 11% atuais no começo do ano passado.

Em comunicado, a Hypera afirma que o “aumento de capital tem o objetivo de fortalecer a estrutura de capital da companhia, por meio da redução do seu endividamento líquido, contribuindo para a melhora de sua eficiência operacional e financeira”. A empresa vai emitir até 70,588 milhões de ações, ao preço de R\$ 21,25.

Essa iniciativa, segundo a empresa, “ampliara a capacidade de investimento da companhia em oportunidades de crescimento orgânico e inorgânico”. Por esse motivo, alguns analistas apontaram que os recursos do aumento de capital podem ser utilizado para a compra da Medley, a fabricante de genéricos que está sendo vendida pela Sanofi. A Hypera é uma das finalistas nesse processo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/02/2026

INTERCEMENT DIZ QUE JUSTIÇA AMERICANA RECONHECEU PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A empresa, em recuperação judicial, teve seu plano aprovado pela Corte de Falências de Nova York, garantindo eficácia nos EUA e somando-se a reconhecimentos na Espanha e Holanda

Por Mateus Fagundes

A InterCement Brasil, em recuperação judicial, deu mais um passo para concluir sua reestruturação global ao obter nesta quinta-feira, 5, o reconhecimento de seu plano de recuperação pela Corte de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York.

Segundo a empresa, a decisão, tomada no âmbito do processo de Chapter 15, “assegurou plena eficácia ao plano de recuperação judicial da Companhia e de suas afiliadas no território dos Estados Unidos”.



Fabrica da InterCement em Ijaci, MG Foto: InterCement/Divulgação

O aceite da Justiça americana se soma ao reconhecimento concedido pela Justiça espanhola em 28 de janeiro e à audiência realizada nesta quinta-feira na Holanda para homologar o plano de composição da InterCement Financial Operations B.V., braço financeiro sediado no país.

“A Intercement confia que o cumprimento das demais condições previstas no PRJ permitirá alcançar uma estrutura de capital adequada para um novo momento da Companhia, em benefício de seus credores, investidores, parceiros comerciais e demais interessados”, disse a empresa à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No ano passado, a Mover, nome da holding que controlava a InterCement, fechou um acordo para a entrega de seus dois últimos grandes ativos para saldar dívidas de R\$ 14 bilhões. No acordo, o grupo concordou em vender a participação de 15% na concessionária de infraestrutura Motiva (ex-CCR), considerada a joia da coroa, para pagar uma dívida de mais de R\$ 3 bilhões com o Bradesco.

No caso da cimenteira, que atua no Brasil e Argentina, por sua vez, ficou definido que seria transferida aos grandes credores financeiros — Bradesco, um empresário argentino e detentores de títulos estrangeiros — para acabar com um débito de R\$ 9,4 bilhões.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/02/2026

LEILÃO DO GALEÃO ENTRA NA RETA FINAL APÓS REUNIÃO COM INVESTIDORES; SEIS EMPRESAS MOSTRAM INTERESSE

A vencedora do leilão deverá pagar uma contribuição variável anual de 20% do faturamento bruto até 2039 e será a única controladora do terminal, conforme acordo com o TCU

Por Elisa Calmon (Broadcast)

O Governo Federal encerrou nesta quinta-feira, 5, o roadshow do Leilão de Venda Assistida da concessão do Aeroporto Internacional do Galeão (Rio de Janeiro), previsto para 30 de março. Ao todo, seis empresas, que não tiveram os nomes divulgados, participaram das reuniões.

Mas o número de participantes no roadshow não deve ser considerado como cenário real dos potenciais investidores, segundo o secretário Nacional de Aviação Civil, Daniel Longo. “Hoje, temos uma gama de empresas com expertise e conhecimentos sobre o processo regulatório e que podem dispensar essa etapa”, afirmou, em nota.



Aeroporto do Galeão será leiloadado em 30 de março
Foto: Pedro Kirilos/Estadão

O roadshow foi conduzido pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em parceria com a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (Seppi), da Casa Civil da Presidência da República, e com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Durante os encontros, foram apresentados os principais aspectos do projeto de concessão, incluindo o modelo do leilão, as diretrizes contratuais e as perspectivas operacionais e econômicas do aeroporto.

As etapas preliminares incluem ainda uma sessão pública de esclarecimentos no dia 26 de fevereiro, às 10h, no auditório da B3, com transmissão online pelo canal da B3.

Venda assistida

O leilão de venda assistida do Aeroporto do Galeão será aberta ao mercado. No entanto, conforme estabelecido no acordo, os acionistas privados das concessionárias Changi, de Cingapura, e Vinci, da França, que detêm 51% da RIOgaleão, deverão apresentar ao menos uma proposta no valor mínimo para participar do certame.

O valor mínimo para o terminal será de R\$ 932 milhões e deverá ser pago à vista. A vencedora assumirá o compromisso de pagar à União uma contribuição variável anual correspondente a 20% do faturamento bruto da concessão até 2039. Além disso, a vencedora será a única controladora do terminal, já que o acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU) prevê o fim da participação acionária da Infraero.

O leilão é resultado de uma solução consensual homologada pelo TCU, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex Consenso). O acordo aprovado promoveu o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão, incorporou cláusulas alinhadas aos contratos mais recentes do setor e viabilizou a retomada dos investimentos previstos para o aeroporto, segundo o Ministério de Portos e Aeroportos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/02/2026

RIO TINTO E GLENCORE ABANDONAM CONVERSAS DE FUSÃO PARA CRIAR GIGANTE DA MINERAÇÃO

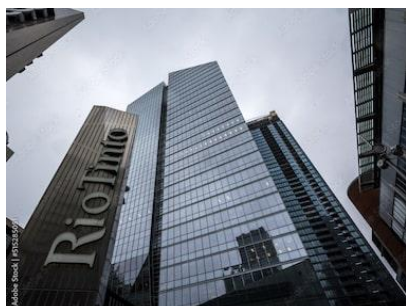
Empresas não chegaram a um acordo sobre termos principais, incluindo cargos de liderança e valor de mercado

Por Redação

A Rio Tinto e a Glencore abandonaram os planos de fusão que criaria a maior empresa de mineração do mundo com um valor de mercado de mais de US\$ 260 bilhões, segundo o The Guardian.

As empresas disseram que não conseguiram chegar a um consenso sobre os termos principais de um possível acordo, que incluía a Rio Tinto mantendo tanto os cargos de presidente quanto de diretor executivo e a propriedade pro forma do grupo combinado.

Uma aquisição da Glencore pela Rio Tinto teria catapultado o grupo combinado ao topo da indústria de mineração de cobre. No entanto, a Glencore disse que esses termos subestimavam significativamente seu negócio e a contribuição da empresa para a entidade resultante da fusão, o que significava que não seriam do melhor interesse de seus acionistas.



Fusão de Rio Tinto e Glencore poderia criar uma gigante da mineração Foto: Jerome - stock.adobe.com

O grupo disse que permanece forte como uma empresa independente graças a um negócio bem diversificado em uma gama de commodities e aos esforços recentes para simplificar suas estruturas operacionais.

As ações da Glencore caíram mais de 8% em Londres, enquanto as ações da Rio Tinto caíram 3%.

No mês passado, as duas empresas confirmaram que estavam em conversas sobre uma possível combinação de alguns ou todos os seus negócios, o que poderia ter incluído uma aquisição total em ações da trader e mineradora listada em Londres Glencore pela gigante mineradora anglo-australiana Rio Tinto.

As negociações de fusão estavam ocorrendo em meio a um aumento nos preços do cobre, que recentemente ultrapassaram US\$ 14,5 mil por tonelada métrica em Londres, enquanto os compradores se preocupam com a disponibilidade de suprimento.

Como a maioria das grandes mineradoras, a Rio Tinto está priorizando uma expansão de seu negócio de cobre, apostando que o metal industrial será uma commodity quente à medida que o mundo constrói mais veículos elétricos, infraestrutura de energia renovável e centros de dados.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 05/02/2026

BALANÇA COMERCIAL: BRASIL REGISTRA SUPERÁVIT DE US\$ 4,3 BI EM JANEIRO, ABAIXO DAS PROJEÇÕES

Exportações aos EUA caíram 25,5%, pelo sexto mês seguido

Por Flávia Said (Broadcast)

BRASÍLIA - A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 4,343 bilhões em janeiro de 2026, após saldo positivo de US\$ 9,633 bilhões em dezembro de 2025.

De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC) divulgados nesta quinta-feira, 5, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 25,153 bilhões e importações de US\$ 20,81 bilhões.

O resultado do último mês veio abaixo da mediana apontada na pesquisa Projeções Broadcast, de superávit comercial de US\$ 4,8 bilhões em janeiro. As projeções para esta leitura variavam de US\$ 3,46 bilhões a US\$ 6,10 bilhões.



Exportações de produtos brasileiros para a China cresceram 17,4% em janeiro de 2026 Foto: China OUT/AFP

Em janeiro, as exportações registraram queda de 1,0% na comparação com janeiro de 2025, com crescimento de 2,1% em Agropecuária, que somou US\$ 3,872 bilhões; queda de 3,4% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 7,072 bilhões; e, por fim, queda de 0,5% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 14,082 bilhões.

As importações também caíram, 9,8% na comparação mesmo mês do ano passado, com queda de 28,7% em Agropecuária, que somou US\$ 439 milhões; queda de 30,2% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 770 milhões; e, por fim, queda de 8,02% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 19,446 bilhões.

EUA

As exportações de produtos brasileiros para os Estados Unidos caíram 25,5% em janeiro de 2026 (totalizando US\$ 2,40 bilhões no mês passado, ante US\$ 3,22 bilhões em janeiro de 2025).

As importações diminuíram 10,9% e chegaram a US\$ 3,07 bilhões (foram US\$ 3,44 no mesmo mês de 2025). Assim, a balança comercial com este parceiro comercial resultou num déficit de US\$ 670 milhões.

Esta é a sexta queda consecutiva nas vendas aos EUA, após a imposição da sobretaxa de 50% aplicada pelo governo Donald Trump aos produtos brasileiros, em meados de 2025.

No fim do ano passado, alguns produtos brasileiros foram retirados das tarifas, mas o MDIC calcula que 22% das exportações brasileiras ainda estão sujeitas às tarifas estabelecidas em julho, incluindo nesse grupo tanto os produtos que pagam apenas a alíquota extra de 40%, quanto os que pagam os 40% mais a taxa-base de 10%.

Já as exportações de produtos brasileiros para a China cresceram 17,4% em janeiro de 2026 (somando US\$ 6,47 bilhões no mês, ante US\$ 5,51 bilhões em janeiro de 2025).

Pelo lado das importações, houve diminuição de 4,9% nas compras vindas da China em janeiro (totalizando US\$ 5,75 bilhões, ante US\$ 6,05 em igual mês do ano passado). Com isso, o Brasil teve superávit de US\$ 720 milhões com a China no primeiro mês deste ano.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 05/02/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

GOVERNO FEDERAL CONCLUI APRESENTAÇÃO DO GALEÃO A INVESTIDORES COM SEIS EMPRESAS INTERESSADAS

Leilão está previsto para 30 de março, na sede da B3, em São Paulo; lance mínimo, que deverá ser pago à vista, é de R\$ 932 milhões

Por Paula Martini, Valor — Rio



Aviação Civil (Anac), em São Paulo.

A Infraero, que representa 49% de participação, sairá do aeroporto após a venda — Foto: Ana Branco/Agência O Globo

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) concluiu a apresentação a investidores da concessão do Aeroporto Internacional do Galeão, na zona norte do Rio. Ao todo, seis empresas participaram das reuniões realizadas virtualmente e no escritório da Agência Nacional de

Aviação Civil (Anac), em São Paulo. O leilão do Galeão está previsto para 30 de março, na sede da B3, em São Paulo. O lance mínimo, que deverá ser pago à vista, é de R\$ 932 milhões.

Nos três dias de encontro, foram apresentados os principais aspectos do projeto de concessão, incluindo o modelo do leilão, as diretrizes contratuais e as perspectivas operacionais e econômicas do aeroporto. Os interessados também puderam solicitar esclarecimentos específicos por escrito.

As apresentações foram feitas pelo ministério em parceria com a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (Seppi), da Casa Civil, e a Anac. Para o secretário Nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, as reuniões cumpriram um papel fundamental para dar previsibilidade e segurança ao mercado.

Ele destacou que o número de empresas participantes do roadshow não representa necessariamente o cenário real de potenciais investidores. “Hoje, temos uma gama de empresas com expertise e conhecimentos sobre o processo regulatório e que podem dispensar essa etapa”, explicou, em nota.

O próximo passo do processo de licitação será uma sessão pública de esclarecimentos no dia 26 de fevereiro, às 10h, no auditório da B3, com transmissão online.

O modelo adotado tem como base acordo firmado no Tribunal de Contas da União (TCU) entre o MPor, a Anac e a concessionária RIOgaleão – formada pela Changi, de Cingapura, e a Vinci, que detêm 51% da participação. A Infraero, que representa 49%, irá sair do aeroporto após a venda.

A disputa será aberta, mas o entendimento prevê que os acionistas privados da concessão atual apresentem pelo menos uma proposta com o valor mínimo para participar do certame.

O advogado Diogo Nebias, especialista em contratos de infraestrutura, considera que o número de interessados demonstra a atratividade do leilão, mas ressalta que os grupos privados devem analisar os contratos com cautela.

“Considerando as dificuldades da concessão anterior e readequações, os interessados devem ser cautelosos na análise de retorno frente à necessidade de investimentos em capacidade e operação somada à obrigação de pagamento da outorga”, diz.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/02/2026

IBOVESPA PERDE FORÇA NO FIM DO PREGÃO COM PIORA EM NY E TEM ALTA LEVE; VALE CEDE 3,4%

Aumento da aversão a risco global afetou em cheio ações de commodities, como Vale e Petrobras
Por Bruna Furlani, Valor — São Paulo



Ibovespa perde força no fim do pregão com piora em NY e tem alta leve; Vale cede 3,4% — Foto: Pixabay

Depois de passar a maior parcela do pregão com uma alta mais intensa, o Ibovespa devolveu boa parte dos ganhos perto do fechamento, em virtude da piora registrada em Nova York. Mais uma vez, a intensificação das perdas nas bolsas americanas voltou a pesar sobre o índice. O aumento da aversão a risco global também afetou em cheio ações de commodities, como a Vale e a Petrobras.

Com o forte movimento registrado na reta final do pregão, o Ibovespa encerrou longe das máximas, com leve alta de 0,23%, aos 182.127 pontos, depois de oscilar entre os 181.569 pontos e 184.017 pontos. O movimento local, no entanto, foi bem mais contido do que o visto em Nova York. Por lá, o Nasdaq cedeu 1,59%; S&P 500 exibiu baixa de 1,23%; e o Dow Jones recuou 1,20%.

Segundo um gestor, a intensificação das perdas em NY não teve um gatilho específico, mas levou a um recuo mais expressivo, especialmente de ações de commodities. Aqui, os papéis ordinários da Vale e os preferenciais da Petrobras encerraram nas mínimas, com queda de 3,33% e 1,39%, respectivamente.

Desde os primeiros minutos do pregão, as ações da Vale apresentaram um dia mais negativo. Segundo analistas, o desempenho de mineradoras globais foi afetado pelo acúmulo de estoques de minério de ferro em portos da China. Em NY, os recibos de ações (ADRs) da Vale também fecharam com queda expressiva, de 4,40%, em linha com as perdas de pares globais, como Rio Tinto Group e BHP Group, que recuaram 5,56% e 4,32%, nessa ordem.

Já blue chips de bancos fecharam mistas: as PN do Itaú Unibanco foram destaque de alta após a divulgação do balanço hoje, ao avançar 2,02%; na ponta contrária, as ON do Banco do Brasil lideraram as perdas, no valor de 2,63%, juntamente com as units do Santander, que recuaram 1,20%.

Hoje, o Itaú reportou lucro de R\$ 12,32 bilhões no quarto trimestre, o que representa uma alta de 3,7% em relação ao trimestre anterior e de 13,2% na comparação anual. O resultado foi considerado acima das estimativas de consenso do mercado.

Para o Citi, a receita de tarifas da companhia superou novamente as despesas, “mostrando a disciplina de custos rigorosa do banco” e melhorias em eficiência. Além disso, o Itaú registrou uma alíquota efetiva de imposto de cerca de 31%. A projeção para 2026 sugere um lucro R\$ 50,6 bilhões, 2% abaixo do esperado pela casa, apesar de uma faixa de alíquota de imposto mais alta.

Já as ações preferenciais do Bradesco fecharam em alta de 0,81%. O banco divulgará o resultado após o fechamento de hoje.

Em relatório assinado por Gustavo Medeiros e Ben Underhill, a gestora global Ashmore Group destaca que a dinâmica mais interessante na América Latina está ocorrendo no setor financeiro.

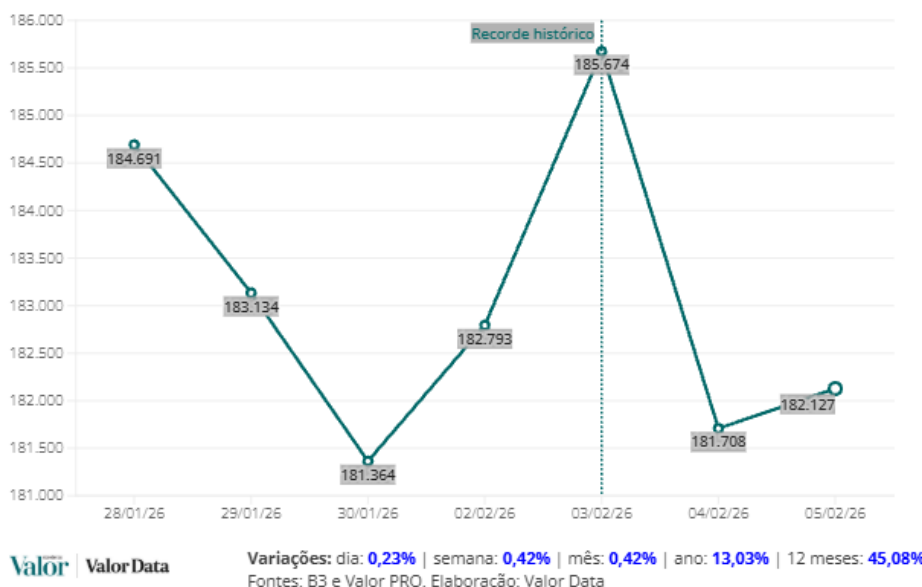
Os especialistas afirmam que as empresas passaram por um forte re-rating (reclassificação), de 1,4 vez o valor patrimonial entre 2022 e 2024 para 2,4 vezes atualmente. A gestora diz que, à primeira vista, isso pode desestimular investidores, mas que, ao observar o quadro mais amplo, chama atenção que os bancos negociaram, em média, a 3,5 vezes o valor patrimonial durante o período de forte expansão entre 2003 e 2007.

“Seria possível voltarmos a níveis estruturalmente mais elevados de preço sobre o valor patrimonial? Bancos são apostas alavancadas na economia. Se os preços das commodities voltarem a ganhar força (materiais já estão) e políticas melhores levarem a um crescimento econômico mais forte, isso é plausível. Entre 2003 e 2007, a América Latina cresceu cerca de 5% ao ano, contra 3% ao ano entre 2022 e 2024”, escrevem.

O volume financeiro negociado pelo Ibovespa chegou a R\$ 25,2 bilhões e a R\$ 33,3 bilhões na B3.

Ibovespa

Comportamento nos últimos 7 dias - em pontos



Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/02/2026

PRESIDENTE DO PANAMÁ DIZ QUE CONCESSÕES PORTUÁRIAS 'NUNCA MAIS' SERÃO DE UMA ÚNICA EMPRESA

Suprema Corte do Panamá anulou o contrato da CK Hutchison, de Hong Kong, que opera dois portos no Canal do Panamá; China advertiu que haverá “preços altos” a pagar

Por Elida Moreno, Em Reuters — Cidade do Panamá



Canal do Panamá — Foto: Divulgação

O presidente do Panamá, José Raúl Mulino, afirmou, nesta quinta-feira (5), que a concessão de contratos para operar dois portos, mantidos e administrados por quase três décadas pela hong-konguesa CK Hutchison Holdings, “nunca mais” será concedida a uma única empresa.

Na semana passada, a Suprema Corte do Panamá anulou o contrato da CK Hutchison para operar dois portos ao longo do estratégico Canal do Panamá, por meio de sua subsidiária Panama Ports Company, ao decidir que os contratos violavam a Constituição do país centro-americano ao conceder privilégios exclusivos e isenções fiscais à empresa.

“Não espero que essa situação se agrave”, disse Mulino, classificando a decisão da Corte como definitiva. “O Panamá é um país digno e não permitirá ser ameaçado por nenhum país do mundo.”

Na terça-feira(3), a China advertiu que haveria “preços altos” a pagar pela decisão judicial, que o Escritório de Assuntos de Hong Kong e Macau da China chamou de “absurda”, “vergonhosa” e “patética”. As autoridades chinesas prometeram defender os interesses das empresas chinesas.

Mulino acrescentou que ainda não estava claro quando a decisão será implementada. Enquanto isso, a Panama Ports Company continuará operando ambos os portos, afirmou. “O Estado panamenho decidirá muito mais adiante sobre o modelo de concessão a ser adotado”, acrescentou.

Na quarta-feira, a CK Hutchison informou que sua unidade Panama Ports Company iniciou procedimentos de arbitragem internacional contra o Panamá, em um processo que pode levar anos para ser concluído.

A decisão e o recurso à arbitragem lançam ainda mais dúvidas sobre o futuro controle dos dois portos e sobre o acordo planejado pela empresa, de US\$ 23 bilhões, para vender seus negócios portuários.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/02/2026

DFC APROVA FINANCIAMENTO DE US\$ 565 MILHÕES À SERRA VERDE, MINERADORA DE TERRAS RARAS

Detalhes sobre as condições do empréstimo foram mantidos em sigilo

Por Cibelle Bouças, Valor — Belo Horizonte



Mineradora Serra Verde — Foto: Reprodução

A Serra Verde, companhia de mineração de terras raras com operação em Minaçu (GO), obteve financiamento de US\$ 565 milhões da Corporação Financeira dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (DFC). A operação inclui a opção de compra, pelo governo dos Estados Unidos, de uma participação minoritária no grupo.

Os detalhes sobre as condições do empréstimo foram mantidos em sigilo pela DFC e pela mineradora. “O recurso tem três objetivos: refinanciar uma dívida do grupo e otimizar a planta fabril, além da possibilidade de o DFC ser um sócio minoritário da Serra Verde”, afirmou Ricardo Grossi, presidente da Serra Verde Pesquisa e Mineração e diretor de operações do Grupo Serra Verde.

Em novembro de 2025, o DFC havia aprovado o empréstimo de US\$ 465 milhões. Grossi disse que o valor foi ampliado para contemplar a opção de compra de participação acionária no Grupo Serra Verde e também por uma atualização cambial. No fim do ano passado, a Serra Verde contratou o banco Goldman Sachs para buscar um sócio minoritário disposto a adquirir de 10% a 20% da companhia, mas a empresa não confirma se a opção de compra da DFC é nesses patamares. A operação da Serra Verde foi avaliada pelo mercado no fim de 2025 em torno de US\$ 900 milhões.

“O compromisso de grande porte da DFC assegura um futuro promissor para a Serra Verde e para diversas empresas downstream que dependem de nossas terras raras”, afirmou Thras Moraitis, CEO da Serra Verde.

O plano de expansão da mineradora prevê ampliação da capacidade da planta industrial de 5 mil toneladas para 6,5 mil toneladas de óxido total de terras raras (TREO) por ano. A expectativa é concluir a ampliação até o fim de 2027.

A mineradora é considerada a única fora da Ásia que produz em escala comercial quatro elementos magnéticos essenciais de terras raras, segundo o Ministério de Minas e Energia. Há outras empresas com projetos em terras raras no Brasil, como Aclara, Meteoric, St George e Viridis, mas que ainda não são operacionais.

A operação Pela Ema, da Serra Verde, é caracterizada por um depósito com elevada concentração de terras raras pesadas (disprósio e térbio) e leves (neodímio e praseodímio) de alto valor. Esses elementos são essenciais para produção de ímãs permanentes, usados em turbinas eólicas, veículos elétricos e outras tecnologias.

A companhia atua na extração e processamento desses elementos, produzindo e vendendo carbonato misto de terras raras (MREC). A mina tem vida útil estimada em 25 anos.

“Existe possibilidade de uma segunda fase de expansão, para dobrar a capacidade de produção até 2030, mas isso exigiria uma nova planta industrial. Essa é uma discussão para o futuro”, afirmou Grossi.

Fundada em 2007, a Serra Verde recebeu em 2023 investimento de US\$ 150 milhões do Energy and Minerals Group, de Houston (EUA) e do Vision Blue, fundo liderado por Mick Davis, ex-chefe da Xstrata. Em 2024, recebeu um novo aporte de US\$ 150 milhões da Denham Capital, de Boston (EUA), do Energy and Minerals Group e do Vision Blue.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/02/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

NA INGLATERRA, MÚCIO DESTACA POTENCIAL MULTIPROPÓSITO DO FUTURO NDM 'OIAPOQUE'

Da Redação Indústria naval 05/02/2026 - 19:42



campanha, alimentos e remédios.

O ministro da Defesa, José Mucio Monteiro Filho, conheceu, na última terça-feira (3), em Plymouth, na Inglaterra, o futuro Navio Doca Multipropósito (NDM) Oiaoque, que está passando por processo de revitalização para ser incorporado à esquadra brasileira. Com 176 metros de comprimento e 18.000 toneladas de deslocamento, a embarcação pode atingir a velocidade de até 34 quilômetros e foi projetada para receber duas aeronaves de grande porte, carros de combate, ambulâncias e outros veículos. O meio naval pode ser usada para o transporte de hospitais de

Múcio destacou a importância da embarcação e de sua característica multipropósito não apenas para operações militares, mas também para ações humanitárias. “Esse navio é verdadeiramente multipropósito. Serve para a nossa defesa, para abastecimento de navios, para área fluvial e, também, para atender a nossa população ribeirinha”, disse o ministro.

De acordo com a Marinha, a incorporação ao setor operativo da força naval está prevista para o dia 30 de junho de 2026, com chegada ao Brasil em outubro. A embarcação, que será operada por até 290 militares e pode acomodar cerca de 700 pessoas, será usada em missões de apoio humanitário e de proteção das águas jurisdicionais brasileiras.

Durante a visita, o ministro acompanhou uma apresentação sobre o estágio atual de preparação do navio. Em seguida, ele percorreu a embarcação e conheceu o passadiço, o centro de comando e o Centro de Operações de Combate, além da pista de decolagem e pouso situada no convés superior da embarcação e os espaços destinados às operações anfíbias, responsáveis pelo controle do envio de material e militares do mar para terra.

José Mucio Monteiro Filho foi ainda até a doca alagável, área interna do navio que permite o embarque, lançamento e recolhimento de embarcações e meios de desembarque e amplia a capacidade de apoiar operações militares, missões de ajuda humanitária, de logística e de resposta a emergências. Conheceu também as áreas destinadas a alojamento e permanência a bordo da tripulação e de outros participantes de operações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/02/2026

ARTIGO - ENTRE A VIRTUDE DA REVISÃO E O VALOR DA ESTABILIDADE REGULATÓRIA

Por Caio Morel Opinião 05/02/2026 - 18:40



Quando uma norma bem construída, recém-implementada e reconhecida por sua qualidade passa a ser tão brevemente colocada sob revisão, a reflexão que se impõe não é de resistência, mas de responsabilidade: é este, de fato, o momento adequado para rever?

A Resolução ANTAQ nº 109, de 21 de novembro de 2023, representa um marco na regulação dos serviços prestados pelos terminais que movimentam e armazenam contêineres no Brasil.

Trata-se de uma norma estruturante, concebida para enfrentar um dos temas mais sensíveis do setor portuário: a organização, a transparência e a previsibilidade da estrutura de serviços e de suas respectivas cobranças.

É importante reconhecer, e registrar, que a ANTAQ, mesmo sendo uma agência relativamente recente no desafio de regular um setor tão complexo e intensivo em capital como o portuário, acertou. A Resolução 109 trouxe clareza conceitual, padronização de práticas, exigências de transparência e instrumentos modernos de governança regulatória. Não por acaso, esse esforço foi reconhecido nacionalmente: em 2024, a norma foi agraciada com o Selo Ouro de Boas Práticas Regulatórias, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), no âmbito da política federal de valorização da qualidade regulatória.

Esse reconhecimento não é meramente simbólico. O Selo Ouro distingue atos normativos que se destacam por critérios como previsibilidade, participação social, clareza normativa e aderência às melhores práticas regulatórias. Em outras palavras, a Resolução 109 foi publicamente reconhecida como um exemplo de boa regulação.

Justamente por isso, causa legítima preocupação a sinalização de sua inclusão, em prazo tão curto, na Agenda Regulatória da ANTAQ para fins de revisão. O setor de terminais de contêineres opera com investimentos elevados, de longo prazo, e altamente dependentes de estabilidade regulatória. Cada norma estruturante demanda tempo para ser plenamente assimilada, operacionalizada e avaliada em seus efeitos concretos.

A revisão prematura de uma norma dessa natureza pode produzir um efeito paradoxal: enfraquecer a segurança jurídica e regulatória exatamente no momento em que ela começava a se consolidar. Mais do que o conteúdo de uma eventual revisão, o que preocupa é o sinal transmitido ao setor produtivo, o de que regras recém-estabelecidas, amplamente debatidas e institucionalmente premiadas podem ser reabertas antes mesmo de completarem seu ciclo natural de maturação.

É fundamental deixar claro: não se trata de rejeitar o aprimoramento regulatório. O diálogo técnico, a escuta qualificada e a evolução normativa sempre fizeram parte da construção institucional do setor portuário brasileiro. O que se defende é método, cautela e respeito ao tempo da regulação. Normas estruturantes exigem implementação efetiva, observação empírica e avaliação consistente antes de qualquer reconfiguração.

Revisões frequentes, especialmente quando ainda não há evidências claras de falhas estruturais, tendem a gerar incerteza, aumentar o risco regulatório e desestimular investimentos: exatamente o oposto do que se espera em um setor estratégico para a competitividade do país.

A Resolução ANTAQ nº 109/2023 foi um passo relevante na direção correta. O desafio agora não é refazê-la, mas preservar os ganhos regulatórios alcançados, garantindo estabilidade, coerência institucional e previsibilidade. Em um setor que precisa crescer, investir e competir globalmente, a

melhor regulação é aquela que, além de bem-intencionada e tecnicamente sólida, respeita o tempo necessário para provar sua eficácia.



Caio Morel é presidente executivo da Abratec — Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres.260205-caio-morel-presidente-executivo-abratec-divulgacao-edit-artigo.jpg

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/02/2026

SUAPE PROJETA ATINGIR USO DE 50% DE ENERGIA LIMPA

NESTE SEMESTRE

Da Redação Portos e logística 05/02/2026 - 19:04



A administração do Complexo Industrial Portuário de Suape (PE) anunciou, nesta quinta-feira (5), que projeta atingir ainda neste primeiro semestre de 2026 o uso de 50% de energia limpa em suas atividades, a partir da incorporação de fontes renováveis a sua matriz elétrica. Segundo a autoridade portuária, 35,95% da energia usada pelo complexo já é proveniente de fontes renováveis, como parte de plano de redução de emissões e preparação da infraestrutura local para a economia de baixo carbono.

De acordo com a administração do empreendimento, a energia renovável abastece áreas de alta demanda do complexo, como o centro administrativo, os cais 1, 4 e 5, o Pátio Público de Veículos (foto) e o prédio da autoridade portuária. O consumo anual nessas unidades é de aproximadamente 1,46 GWh ano, equivalente ao consumo mensal de cerca de 7.300 residências populares, com consumo médio de até 200 kWh.

A autoridade portuária informou que, além da ampliação do uso de fontes limpas de energia, investe em soluções tecnológicas para otimizar o uso de energia e citou como exemplos o cais 5 e o pátio de veículos, nos quais um sistema inteligente de iluminação ajusta automaticamente a intensidade conforme a necessidade operacional. Com isso, a economia estimada de energia nas áreas chega a 60% do consumo em comparação com os sistemas convencionais.

Outro projeto voltado para uso de energia limpa e redução de emissões é o uso de 100% de energia solar no Viveiro Florestal de Suape, que tem capacidade para produzir cerca de 450 mil mudas por ano. Além disso, segundo a autoridade portuária, dos 17,3 mil hectares da área total do Complexo Industrial Portuário de Suape, 59% estão na Zona de Preservação Ecológica (ZPEC).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/02/2026

MP DO 'GÁS DO POVO' AUMENTA EM R\$ 800 MILHÕES DEPRECIAÇÃO ACELERADA PARA NAVIOS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 05/02/2026 - 17:17



Texto aprovado pelo Congresso manteve proposta encaminhada pelo governo federal em setembro, permitindo ampliar limite do valor da renúncia fiscal de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 2,4 bilhões, em caso de sanção presidencial

A medida provisória 1315/2025 que trata do auxílio 'Gás do Povo', aprovada nesta semana no Congresso, aumenta em R\$ 800 milhões o limite de renúncia fiscal do governo federal para incentivar a construção de navios-tanque novos destinados à indústria petroleira, em estaleiros nacionais. Antes da MP, encaminhada pelo governo federal ao

legislativo em setembro do ano passado, a renúncia total permitida na chamada 'depreciação acelerada' era de R\$ 1,6 bilhão entre 1º de janeiro de 2027 e 31 de dezembro de 2031.

O relator da matéria, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), manteve a medida proposta pelo governo no texto final, que modifica a Lei 14.871/2024 sobre o tema. Os recursos se aplicam ainda a embarcações de apoio marítimo para atividades de transporte de petróleo, seus derivados e derivados de gás natural.

O mecanismo de depreciação acelerada do navio diminui o tributo a pagar, na medida em que acelera as deduções que podem ser feitas da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referentes ao desgaste pelo uso ou por causas naturais ou obsolescência normal do bem.

A depreciação poderá ser utilizada no montante de 50% do valor do navio no ano em que entrar em serviço e de 50% no ano seguinte. Esses navios deverão ser construídos com índices mínimos de conteúdo local a serem estipulados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O benefício será aplicável aos navios novos comprados até 31 de dezembro de 2026 e que entrem em operação a partir de 1º de janeiro de 2027. A renúncia estimada pelo governo será de R\$ 200 milhões ao ano de 2027 a 2030.

Tramitação

A MP, aprovada na última segunda-feira (2) no plenário da Câmara dos Deputados e na terça-feira (3) no Senado, seguiu para sanção presidencial. A medida altera a Lei 14.237/2021 para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo e criar nova modalidade de operacionalização do auxílio.

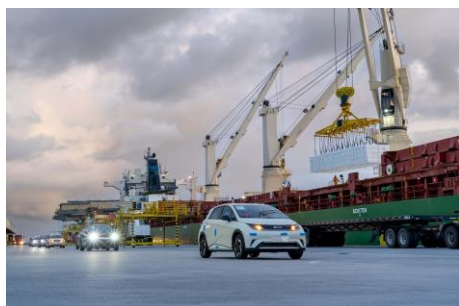
O texto aprovado cria nova modalidade de acesso direcionada a residentes em áreas rurais. Famílias dessas localidades inscritas no CadÚnico, com renda familiar mensal, por pessoa, menor ou igual a meio salário mínimo terão acesso à instalação de biodigestores e outros sistemas de baixa emissão de carbono para cozinhar alimentos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/02/2026

DIVERSIFICAÇÃO LEVOU PORTOCEL AO SEU MAIOR VOLUME DE CARGAS MOVIMENTADAS

Da Redação Portos e Logística 05/02/2026 - 19:21



A Portocel, que opera terminais portuários em Aracruz, no Espírito Santo, e em Santos, em São Paulo, anunciou nesta quinta-feira (5) que encerrou 2025 com a maior movimentação de sua história, por causa do aumento de volume, da diversificação de cargas e da expansão da área de atuação. Segundo a empresa, no terminal capixaba, foram movimentadas 7,8 milhões de toneladas, 5,4% a mais que no ano anterior, e, no paulista, superou um milhão de toneladas desde o início das operações, em agosto de 2024.

A companhia explicou que a diversificação de cargas foi determinante para os resultados, informando que a movimentação de veículos passou de cerca de três mil em 2024 para aproximadamente 25 mil unidades no ano passado. Já o volume de granito movimentado aumentou 156%, chegando a 250,3 mil toneladas.

A Portocel informou ainda que em 2025 passou a operar com carretéis gigantes usados na indústria de óleo e gás, segmento em que o movimento chegou a 3,2 mil toneladas no ano. Além disso, a empresa previu expansão da movimentação de cargas de projeto, equipamentos de grandes dimensões e peso e que exigem logística especializada.



A companhia anunciou ainda a ampliação no primeiro semestre de 2026 de 100 mil metros quadrados na área alfandegada que opera no Espírito Santo e de outros 300 mil metros quadrados para atender à expectativa de aumento de demandas. Além disso, destacou que houve melhorias nos acessos rodoviários ao terminal capixaba, ampliando as condições logísticas para recebimento e escoamento de cargas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/02/2026

CONAB PREVÊ PRODUÇÃO DE 66,2 MILHÕES DE SACAS DE CAFÉ EM 2026

Da Redação Economia 05/02/2026 - 16:49

A primeira estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a safra brasileira de café em 2026, divulgada nesta quinta-feira (5), prevê produção de 66,2 milhões de sacas beneficiadas, 17,1% a mais que no ano anterior. Se for confirmada a estimativa, o volume será recorde na série histórica da Companhia, ultrapassando a safra de 2020, que teve 63,1 milhões de sacas.

O crescimento previsto é baseado no aumento de 4,1% na área em produção em relação a 2025, estimada em 1,9 milhão de hectares. Além disso, segundo a Conab, condições climáticas favoráveis registradas ao longo do ciclo da cultura, a tecnologia agregada e boas práticas de manejo nas lavouras indicam mais produtividade, que deve crescer 12,4% em relação à safra passada e chegar a 34,2 sacas por hectare.

Para a produção do café tipo arábica, a colheita esperada é de 44,1 milhões de sacas, com aumento de 23,3% sobre a safra anterior. A Conab prevê também maior colheita do conilon, com 22,1 milhões de sacas e alta de 6,4% sobre a produção de 2025, que é o recorde registrado pela Companhia nesse segmento.

Em Minas Gerais, principal produtor de café no país e que registra a maior área destinada para o arábica, a produção é estimada em 32,4 milhões de sacas, por causa da melhor distribuição das chuvas, principalmente nos meses precedentes à floração, além das questões fisiológicas da planta. Em São Paulo, a expectativa é de safra de 5,5 milhões de sacas, devido à bienalidade positiva e à recuperação de áreas afetadas no ciclo anterior.

Já para a Bahia o crescimento previsto na produção total do grão é de 4%, com 4,6 milhões de sacas colhidas, sendo 1,2 milhão de sacas de arábica e 3,4 milhões de sacas de conilon. No Espírito Santo, a produção de café esperada é de 19 milhões de sacas, com alta de 9% em relação a 2025, com 14,9 milhões de toneladas de conilon e crescimento de 5% desse tipo de café em relação à safra anterior.

Com cultivo apenas da espécie conilon, Rondônia deve registrar produção de 2,7 milhões de sacas, mais 18,3% que em 2025. A estimativa de aumento considera a renovação do material genético com plantas clonais mais produtivas aliada às condições climáticas favoráveis desde o início do ciclo.

Mesmo com queda de 17,1% na quantidade de café exportada, com venda de 41,9 milhões de sacas de 60 quilos, o Brasil exportou no ano passado 16,1 bilhões de dólares do produto, o que representou aumento de 30,3% na comparação com 2024 e recorde na série histórica, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O resultado refletiu a alta de 57,2% no preço médio do produto em relação a 2024.

No ciclo de 2026, os preços devem continuar altos, mesmo com a expectativa de produção recorde no Brasil, principal produtor e exportador mundial de café, e de boa safra no Vietnã. De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, o consumo mundial mantém tendência de alta e com expectativa de recorde, chegando a 173,9 milhões de sacas de 60 quilos, principalmente por causa da maior demanda do mercado asiático, com destaque para China, Indonésia e Vietnã.

Diante desse cenário, o estoque mundial no início da safra 2025/26 é o mais baixo em 25 anos, previsto em 21,3 milhões de sacas de 60 quilos, com queda de 7,8% na comparação com o ciclo

anterior. Para o fim do ciclo, o Departamento de Agricultura americano prevê nova queda, de 5,4%, no estoque, para 20,1 milhões de sacas de 60 quilos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/02/2026

MAERSK REGISTROU CRESCIMENTO EM TODOS OS SEGMENTOS EM 2025

Da Redação Navegação 05/02/2026 - 16:30



O grupo A.P. Moller – Maersk divulgou, nesta quinta-feira (5), o balanço de suas atividades em 2025 e anunciou que registrou avanços em todos os segmentos em que atua e que os resultados ficaram acima da previsão. De acordo com os números divulgados pelo grupo, a receita geral no ano chegou a 54 bilhões de dólares, com Ebitda de 9,5 bilhões de dólares e o Ebit alcançou 3,5 bilhões de dólares.

No transporte marítimo, foi anunciado o crescimento de 4,9% no volume transportado em comparação com 2024, com destaque para o aumento de 8% no quarto trimestre, e que há expectativa para 2026 de alta de 2% a 4% no transporte global de contêineres, por causa da previsão de reabertura gradual do Mar Vermelho. Nas operações de terminais e de infraestrutura portuária crítica, informou a empresa, as receitas cresceram 20%, graças a volumes maiores de movimentação, melhores tarifas e maior arrecadação com armazenagem.

A Maersk anunciou também o início de um plano de reordenamento operacional com meta de reduzir custos em 180 milhões de dólares por ano. O projeto prevê o corte de aproximadamente mil dos seis mil colaboradores e, de acordo com a empresa, notificações e consultas já estão sendo feitas em suas unidades.

Além disso, a companhia informou que reorganizará seu segmento de logística e serviço, que será dividido em três: logística terrestre, gerenciamento e soluções logísticas. Na nova estrutura, os produtos do subsegmento logística terrestre serão geridos localmente, em cada país, enquanto o gerenciamento e as soluções logísticas operarão como produtos organizados globalmente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/02/2026

SAAM TEM PLANOS PARA 4 NOVOS REBOCADORES

Por Danilo Oliveira Indústria naval 04/02/2026 - 22:49



Projetos para construção das novas unidades receberam prioridade de financiamento do FMM em 2025

A Saam Towage tem planos para incorporar quatro novos rebocadores. Os projetos de construção dessas unidades receberam prioridade de financiamento junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM) em 2025. O estaleiro construtor será divulgado após concluído o processo de contratação. Atualmente, a empresa conta com 67 rebocadores no Brasil, sendo 63 próprios e quatro afretados

a casco nu. Essa frota inclui os 21 adquiridos da Starnav em meados de 2023, que viabilizou a expansão das atividades da Saam para novos portos no Brasil.

A gerente da Saam Towage no Brasil, Renata Ervilha, disse à Portos e Navios que a Saam busca manter sua frota de rebocadores estrategicamente distribuída ao longo da costa para atender estas operações especiais, contando com 67 rebocadores, de até 86 toneladas de bollard pull (BP) — sendo 19 embarcações dotadas de guincho de popa e 15 embarcações com sistema de combate a incêndio classe FIFI-1, eficientes em situações de emergências em navios e terminais portuários.

A empresa enxerga grandes desafios no futuro, com a demanda por rebocadores cada vez mais potentes e eficientes. “Temos observado uma demanda crescente para a entrada de navios cada vez maiores nos portos, o que demanda uma frota de rebocadores bastante potentes e confiáveis”, comentou Renata.

Durante a 58ª reunião ordinária, realizada em maio de 2025, o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) aprovou o pleito da Saam e concedeu prioridade para a construção de quatro rebocadores azimutais, com valor total de R\$ 257,6 milhões. O estaleiro mencionado na resolução do CDFMM é o Detroit (SC). Os valores e o estaleiro, no entanto, podem sofrer alterações ao longo desse tipo de processo.

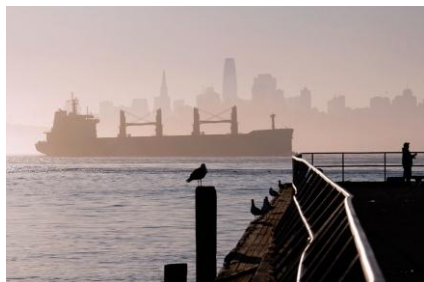
O apoio portuário é tema de uma das reportagens da próxima edição (751) da Portos e Navios.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/02/2026

JANELA DE AVALIAÇÃO DO IDA 2025 VAI ATÉ 16 DE FEVEREIRO

Da Redação Portos e logística 04/02/2026 - 19:57



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) prorrogou até 16 de fevereiro a janela de avaliação do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) referente ao período avaliativo de 2025. O formulário continua disponível para titulares e suplentes designados pelas instalações portuárias que foram selecionadas pela Agência e, segundo a entidade, dúvidas podem ser tiradas pelo e-mail gestao.ambiental@antaq.gov.br ou pelo telefone (61) 2029-6661.

O IDA é regulamentado por resolução da Antaq de 17 de dezembro de 2024 e é o instrumento para acompanhamento e avaliação da gestão ambiental de portos públicos e instalações portuárias. O objetivo é quantificar e simplificar informações de forma a facilitar o entendimento do público e de tomadores de decisão sobre as questões ambientais portuárias.

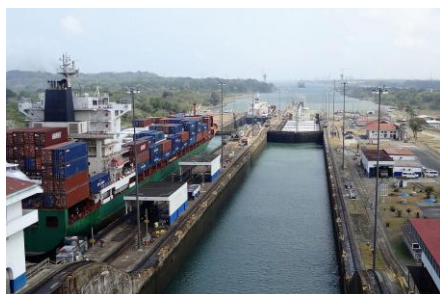
Entre os indicadores avaliados estão os sobre a situação do licenciamento ambiental, a composição da equipe do setor de gestão ambiental, a prevenção de riscos e atendimento a emergências, a auditoria ambiental, o gerenciamento de resíduos, a qualidade e a eficiência no uso de energia, o monitoramento da qualidade ambiental e os planos de contingência de saúde. O painel de resultados das avaliações anteriores está disponível e nele é possível verificar informações sobre o ranking, análise por atributos e por instalações portuárias, entre outras análises.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/02/2026

CHINESA PPC PEDE INDENIZAÇÃO AO PANAMÁ ALEGANDO DESCUMPRIMENTO DE CONCESSÃO

Da Redação Portos e logística 04/02/2026 - 19:27



A chinesa Panama Ports Company (PPC) anunciou, nesta quarta-feira (4), que iniciou no dia anterior processo de arbitragem contra a República do Panamá, com base no contrato de concessão aplicável para exploração de dois terminas panamenhos e nas Regras de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. A PPC contesta a decisão da Suprema Corte do Panamá que considerou inconstitucional o arcabouço legal autorizou a cessão dos portos de Balboa e Cristóbal é inconstitucional anulou o contrato que permitia à empresa, subsidiária do grupo chinês

Hutchison Ports, operar os terminais em lados opostos do Canal do Panamá.

Segundo a empresa, a medida representou campanha do Estado panamenho dirigida especificamente contra ela e seu contrato de concessão, com uma série de ações abruptas que teriam culminado em “danos graves e danos adicionais iminentes”, sem que medidas semelhantes tivessem sido tomadas contra outros contratos portuários.

A subsidiária da Hutchison Ports alegou que, antes de recorrer à arbitragem, fez “extensos esforços para evitar disputas”, mantendo suas operações e cooperando com o Estado panamenho. Mas alegou afirmou que ele panamenho tem rotineiramente ignorado comunicações, esforços de consulta e pedidos de esclarecimento.

A empresa fundamenta sua reivindicação na natureza do contrato de concessão e no arcabouço legal vigente há quase três décadas, que descreve como “direito contratual”, concebido para proporcionar “segurança jurídica e respeito a longo prazo ao arcabouço legal e contratual aplicável”. Nesse contexto, a PPC sustenta que “a República do Panamá violou o contrato e a legislação aplicável” e que buscará “indenização integral com base na avaliação de dados financeiros relevantes, sujeita a resolução célere, juntamente com outras medidas legais complementares”.

Como parte do contexto do conflito, a empresa indicou que o Estado “optou por reverter suas posições de longa data em relação ao quadro jurídico e contratual” e que promoveu ou apoiou processos judiciais “com o objetivo de destruir o contrato de concessão”, o qual, enfatiza, foi resultado de “um processo de licitação internacional transparente”.

A PPC se referiu também a um comunicado de imprensa emitido pelo Judiciário panamenho em 29 de janeiro de 2026, classificando-o como “irregular” e relacionado a uma decisão que declarou uma lei de 1997 inconstitucional. Segundo a empresa, essa decisão é “diametralmente oposta a decisões anteriores emitidas pela Suprema Corte em relação a contratos semelhantes” e “ainda não foi publicada nem entrou em vigor”.

A empresa afirmou que, após a decisão judicial, “o Estado panamenho declarou e implementou amplamente medidas para assumir o controle das operações da PPC”. Entre essas ações, mencionou “visitas e instruções inesperadas para que concedesse acesso irrestrito à propriedade física, comercial e intelectual, bem como às informações, além de acesso irrestrito aos seus funcionários, no âmbito de um suposto plano para “sistematizar e executar” uma transição portuária por meio de “ações coordenadas” das autoridades estatais.

Apesar desse cenário, a PPC afirmou que continuou operando e solicitando mecanismos de coordenação, destacando que investiu no país “uma quantia muitas vezes maior do que o investimento feito por qualquer outra operadora portuária”, o que gerou “milhares de empregos diretos e indiretos” e ajudou a posicionar o Panamá como “um porto e centro logístico de renome mundial”. A empresa reiterou pedido ao Estado panamenho que forneça esclarecimentos e realize consultas sobre o assunto, à medida que o processo de arbitragem internacional avança.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 045/02/2026

ELD ENERGY E MODEC DESENVOLVERÃO SOLUÇÕES DE BAIXO CARBONO PARA FPSOS

Da Redação Offshore 04/02/2026 - 19:49



A Modec e a Eld Energy, companhia norueguesa produtora de sistemas de células a combustível, assinaram, no final de janeiro, um acordo para desenvolver um conjunto uma célula a combustível de óxido sólido integrada de 120 kW e um sistema de captura de CO₂ para FPSOs. O termo abrange o projeto e a fabricação de protótipos para uma solução de energia offshore de baixo carbono, com testes operacionais em terra planejados para 2027 e demonstração offshore em 2028.

As duas empresas iniciaram em 2025 a fabricação conjunta de um sistema de energia offshore SOFC de 40 kW em escala piloto usando gás natural associado produzido por FPSOs, com mais eficiência e menos emissões do que as fontes de energia offshore convencionais, como geradores de turbina a gás (GTGs). O acordo recém-assinado amplia a potência de saída da SOFC de 40 kW para 120 kW, representando passo importante rumo à implantação gradual em FPSOs.

Além disso, a SOFC integrará uma unidade de captura de CO₂ e recuperação de combustível otimizada para os gases de escape da SOFC. O desenvolvimento visa fornecer um sistema de energia escalável de múltiplos MW, capaz de atender à demanda total de energia das FPSOs com intensidade de carbono zero. A expectativa das empresas é que essas iniciativas aprimorem continuamente tanto o desempenho ambiental quanto o valor operacional das FPSOs.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/02/2026

ESTUDO DA CNI MOSTRA ESTABILIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NO RANKING MUNDIAL DE EXPORTAÇÃO E PRODUÇÃO

Da Redação Economia 04/02/2026 - 19:25



O estudo Indústria no Mundo, produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgado, nesta quarta-feira (4), indica que a indústria de transformação brasileira apresentou resultados estáveis em 2024, mantendo suas posições nos rankings globais de exportações e produção industrial. O levantamento usou dados do UN Comtrade e da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), coletados em dezembro de 2025.

Nas exportações, o Brasil manteve 0,92% de participação no mercado global e ficou, pelo terceiro ano consecutivo, na 30ª posição no ranking mundial. Na produção global, embora com queda de 0,01%, o Brasil teve 1,17% e continuou na 15ª colocação entre os maiores produtores da indústria de transformação do mundo.

A gerente de comércio e integração internacional da CNI, Constanza Negri, avaliou que os dados mostram a resiliência da indústria de transformação em ambiente externo desafiador. Segundo ela, as exportações do país cresceram em 2024 apesar da queda dos preços internacionais, por causa do maior volume exportado, mas isso não afetou a posição no ranking dos principais produtores e exportadores da indústria de transformação.

O levantamento mostra que o valor da produção da indústria de transformação brasileira cresceu 2,3% em 2024, influenciado pela recuperação da demanda doméstica e pela aceleração da atividade industrial. Ainda assim, a participação do país no total mundial segue, desde a década de 1990, pressionada pela tendência de longo prazo de perda relativa.

De acordo com o estudo, as exportações brasileiras de bens da indústria de transformação cresceram 2,7% em 2024, revertendo queda do ano anterior e superando o índice de alta das exportações mundiais no setor, de 2,1%. O resultado foi influenciado pela melhora do ciclo econômico global, com inflação em queda e menor restrição monetária, o que estimulou a demanda externa.

Na comparação com 11 parceiros comerciais selecionados, o Brasil se destacou como uma das poucas economias que mantiveram participação estável nas exportações mundiais, ao lado dos Estados Unidos. O desempenho contrasta com países como Alemanha, Japão e Espanha, que registraram perda de participação.

A China manteve a liderança e aumentou sua fatia tanto nas exportações quanto na produção industrial mundial. Em 2024, o país respondeu por 17,4% das exportações globais da indústria de transformação, mais do que o dobro da participação dos Estados Unidos, o segundo lugar com 7,9%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/02/2026

FENOP FIRMA ACORDO COM MPOR PARA REFORÇAR AGENDA ESG

Da Redação Portos e logística 04/02/2026 - 19:16



O Ministério de Portos e Aeroportos e a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) assinaram, nesta quarta-feira (4), um acordo de cooperação técnica para implementação de um projeto voltado à adoção de práticas de sustentabilidade no setor portuário. A parceria, chamada 'Portos e Pontes', está alinhada ao Programa Nacional de Descarbonização dos Portos (PND) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Com foco nos pilares Ambiental, Social e de Governança (ESG), o projeto busca estimular a incorporação da sustentabilidade à gestão e à operação portuária, com engajamento de operadores do setor e Órgãos de Gestão de Mão de Obra (Ogmos). A proposta é que a agenda ESG seja tratada de forma transversal entre portos e territórios nos quais estão instalados.

Entre as ações previstas, estão a divulgação de casos e experiências exitosas, a realização de eventos técnicos e atividades de sensibilização, a mobilização do setor para adesão a iniciativas sustentáveis e o monitoramento da evolução das práticas ESG nos portos. O presidente da Fenop, Sérgio Aquino, disse que o projeto reforça o compromisso da entidade com a responsabilidade social e ambiental no setor portuário. Segundo Aquino, a entidade tem entre seus comitês técnicos o de responsabilidade social e ambiental, a partir do qual surgiu o programa Portos e Pontes.

Pelo acordo, a Secretaria Nacional de Portos (SNP) dará apoio institucional às ações, na participação técnica e na articulação com outros órgãos públicos e outras entidades, além de assegurar o alinhamento às diretrizes de sustentabilidade do MPor. À Fenop caberá a coordenação da execução, a operacionalização das ações previstas e a mobilização dos operadores portuários e dos Ogmos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/02/2026

CHINA MANTÉM PELO 16º ANO POSIÇÃO DE MAIOR CONSTRUTOR NAVAL DO MUNDO

Da Redação Indústria naval 04/02/2026 - 19:01



A China manteve em 2025, pelo 16º ano consecutivo, a posição de maior construtor naval do mundo e ampliou sua participação em importantes indicadores do setor. Dados recentes divulgados pelo Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação chinês indicaram que o país liderou em entrega de navios, novas encomendas e carteira de pedidos no ano passado.

As embarcações construídas na China em 2025 atingiram 53,69 milhões de toneladas de porte bruto, com alta de 11,4% em relação ao ano anterior, representando 56,1% da produção global. No fim de dezembro, a carteira de pedidos subiu 31,5%, chegando a 274,42 milhões de toneladas de porte bruto, equivalentes a 66,8% dos pedidos globais em aberto, e as novas encomendas atingiram 107,82 milhões de toneladas de porte bruto, representando 69% do mercado global.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 022/2026
Página 79 de 79
Data: 05/02/2026
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Segundo Li Yanqing, vice-presidente da Associação Chinesa da Indústria Naval Nacional, os estaleiros chineses entraram em 2026 com encomendas para três a quatro anos, mantendo as linhas de produção em plena atividade. Ele disse que a inteligência artificial e os sistemas digitais estão sendo cada vez mais integrados ao projeto, à fabricação e às operações de navios, contribuindo para o aumento da eficiência e levando o setor a produção mais sustentável e inteligente.

O professor Yu Xinding, da Universidade de Negócios Internacionais e Economia de Pequim, afirmou que a China continua liderando em áreas como energia limpa e transporte marítimo inteligente. "Essas vantagens estruturais conferem à indústria naval chinesa maior resiliência diante da pressão externa", afirmou. Ele se referiu a taxas portuárias adicionais impostas a navios chineses pelo governo americano na esperança de reativar sua própria indústria naval. Pequim respondeu imediatamente com contramedidas, cobrando taxas portuárias especiais de navios provenientes dos Estados Unidos.

De acordo com o professor, as sobretaxas e sanções são incapazes de mudar o cenário da indústria naval. "Mais economias sentirão o enorme custo da ruptura das regras comerciais nos setores de construção naval e marítimo", disse Yu.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 04/02/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO [LINKEDIN.COM](https://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 05/02/2026